



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE**  
**EMPREENDIMENTOS LOCAIS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

---

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE SERGIPE: CARACTERIZAÇÃO,  
POLÍTICA E ARTICULAÇÃO COMERCIAL**

---

**DANIELA REGINA SANTOS DE JESUS**

SÃO CRISTÓVÃO  
SERGIPE – BRASIL  
JUNHO/2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE SERGIPE: CARACTERIZAÇÃO,  
POLÍTICA E ARTICULAÇÃO COMERCIAL**

**DANIELA REGINA SANTOS DE JESUS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO LACERDA DE OLIVEIRA MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE  
EMPREENDIMENTOS LOCAIS.  
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE  
2010

J58a Jesus, Daniela Regina Santos de  
Arranjos Produtivos Locais de Sergipe : caracterização, política e articulação comercial / Daniela Regina Santos de Jesus. – São Cristóvão, 2010.  
146 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lacerda de Oliveira Melo.

1. Economia – Desenvolvimento econômico. 2. Políticas públicas – Economia. 3. Arranjos Produtivos Locais – Sergipe. 4. Fluxos comerciais. I. Título.

CDU 338.23(813.7)

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE SERGIPE: CARACTERIZAÇÃO,  
POLÍTICA E ARTICULAÇÃO COMERCIAL**

Dissertação de Mestrado defendida por **Daniela Regina Santos de Jesus** e aprovada em 22 de Junho de 2010 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Ricardo Lacerda de Oliveira Melo  
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dean Lee Hansen  
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Valdênia Apolinário  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Dedico este trabalho, ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Lacerda, pela orientação, pelo apoio e confiança depositada, sobretudo, pelos seus ensinamentos e exemplo de um grande mestre, pois quando se admira um mestre o coração dá ordens à inteligência pra aprender o que o mestre faz.*

*Dedico, especialmente, aos meus pais, José Francisco de Jesus e Maria de Lourdes Santos de Jesus, que tanto contribuíram para minha formação, acima de tudo, minha formação como ser humano ao me ensinarem que a felicidade está na simplicidade da vida.*

## AGRADECIMENTOS

*Primordialmente, a Deus, meu Criador e Senhor, pelo dom da vida, por Sua presença em minha vida, e por me conceder capacidade física e intelectual para desenvolver este trabalho.*

*A minha família, em especial a minha mãe, D. Lourdes, uma mulher espetacular, quem, certamente tem me acompanhado de forma única, nesta jornada acadêmica, sustentando-me nas horas mais difíceis, vibrando comigo nos momentos de conquista e, de maneira incondicional, compreendendo minha ausência em muitos momentos deste período tão importante em minha vida. Agradeço também ao meu pai, Sr. José, e aos meus irmãos (Paty, Eli, Wesley e Fabinho), com quem, apesar dos momentos de ausência da minha parte, indubitavelmente, possibilitaram-me chegar até aqui da forma mais satisfatória possível, ao me permitirem sentir a importância de se ter uma família. Amo vocês.*

*Aos meus colegas de turma, pessoas incríveis e talentosas, pelas experiências compartilhadas em sala de aula, tornando, assim, ainda mais, estimulante seguir a diante esse trajeto acadêmico, graças a eles, constituído de experiências grandiosas tanto em termos intelectuais quanto humanos, meu muito obrigada! Em especial, agradeço a Geo (Geovânea), quem me acolhera, com seu afeto maternal, e em muitos momentos de insegurança, com sua persistência e fé inquebrantáveis, ao proferir palavras de ensinamento para vida, fez-me acreditar que eu era capaz. Agradeço ainda, pela amizade estabelecida com uma pessoa muito especial, Mih (Michele), quem se revelou uma grande amiga e parceira de muitas atividades e pesquisas, com quem compartilhei muitas angústias e ansiedade, mas também dei muitas risadas em momentos de alegria minimizando, assim, meu stress, minha euforia.*

*Aos mestres, professores catedráticos, que ao compartilharem parte de seu conhecimento contribuiram, significativamente, para minha formação acadêmica e a partir da postura profissional e compromisso assumido com a academia deram-me estímulo para se dedicar, cada vez mais, aos meus estudos.*

*Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Lacerda de Oliveira Melo (meu orientador) e ao Prof. Dr. Dean Lee Hansen, por terem ministrado, com dedicação e presteza, à disciplina de Desenvolvimento Regional, a partir da qual pude dar meus primeiros passos na realização deste trabalho; bem como pela confiança depositada ao me convidarem para fazer parte do Projeto de Pesquisa, voltado para o desenvolvimento regional com foco em APLs no Estado de Sergipe, constituído de uma riqueza singular de dados, participação esta que me permitiu o aprofundamento necessário para o desenvolvimento deste trabalho.*

*Agradeço ainda à coordenação geral do referido Projeto de Pesquisa, assumida pela Profa. Dra. Valdênia Apolinário (UFRN), pela responsabilidade adquirida; à SEDETEC, pela contribuição na pesquisa de campo; ao BNDES, pelo financiamento, e à Redesist pelo compromisso nacional com as questões acerca do desenvolvimento regional e local.*

*Por fim, agradeço àqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.*

## RESUMO

Ao longo do século XX o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil caracterizou-se pela concentração de renda em termos espaciais e pessoais, tendo como resultado a formação de uma sociedade com um dos maiores índices de desigualdades do mundo. Nos últimos tempos, tendo em vista a necessidade de se corrigir os problemas gerados pela concentração de renda, países em desenvolvimento como o Brasil têm adotado o novo modelo de desenvolvimento regional endógeno, o qual propõe alternativas para elaboração de uma nova política de desenvolvimento regional para o país. Para tanto, leva em consideração a importância da dimensão local e das relações entre os agentes no processo produtivo e prioriza a implantação de políticas voltadas para Arranjos Produtivos Locais – APLs, cujo enfoque de sua economia é baseado na cooperação, no conhecimento e no aprendizado. Diante desse contexto, o presente estudo parte de um mapeamento de APLs existentes em Sergipe voltado para a promoção de políticas públicas e privadas de apoio a esses arranjos, com o intuito de apresentar o contexto no qual o estado encontra-se. Além disso, foram analisados dados da balança comercial (interestadual/internacional) de Sergipe com o intuito de demonstrar qual a proximidade entre esses arranjos e o desempenho econômico do estado. Finalmente, chega-se a conclusão de que é possível gerar ganhos de competitividade para as regiões menos desenvolvidas a partir da criação de oportunidades para os pequenos empreendimentos por meio do estímulo ao crescimento dos APLs, estabelecimento de cadeias produtivas competitivas e redução das desigualdades econômica e inclusão social.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; política industrial; arranjos produtivos locais; fluxos comerciais; integração regional.



## ABSTRACT

Throughout the 20th century the development model adopted in Brazil was characterized by the concentration of income in space and personal terms, resulting in the formation of a society with one of the highest rates of inequality in the world. Lately, in view of the need to correct the problems created by the income concentration, countries in development like Brazil have adopted the new model of endogenous regional development, which proposes alternatives for the elaboration of a new regional development policy for the country. To do so, takes into account the importance of local dimension and relations between the agents in the production process and prioritize the implementation of policies for Local Productive Arrangements - LPAs, whose focus of its economy is based on cooperation, knowledge and learning. Given this context, the present study starts with a mapping of existing LPAs in Sergipe devoted to the promotion of public and private policies in support of these arrangements, in order to present the context in which the state is. Furthermore, were analyzed the data of commercial balance (interstate/international) of Sergipe in order to demonstrate the proximity between these arrangements and the economic performance of the state. Finally, we come to the conclusion that it is possible to generate gains from competitiveness for the less developed regions through the creation of opportunities for small businesses by stimulating the growth of LPAs, the establishment of productive competitive chains and reduce of economy inequalities and social inclusion.

**Key Words:** regional development; local productive arrangements; industrial policies; trade flows; regional integration.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....</b>	<b>09</b>
1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO E A VALORIZAÇÃO DAS ESPECIFICIDADES LOCAIS.....	09
1.2 AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	15
1.3 A ECONOMIA DO CONHECIMENTO.....	20
1.4 INOVAÇÃO, APRENDIZAGEM E COOPERAÇÃO NOS APLS.....	27
<b>CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA ECONÔMICA DE SERGIPE E AS POLÍTICAS DE APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....</b>	<b>35</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA SERGIPANA.....	35
2.1.1 DESEMPENHO ECONÔMICO.....	35
2.1.2 ESTRUTURA PRODUTIVA.....	39
2.2 OS PRINCIPAIS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DE SERGIPE.....	45
2.3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ESTADO DE SERGIPE.....	48
2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE APOIO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE.....	51
2.5 A PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE APOIO JUNTO AOS APLS NO ESTADO DE SERGIPE.....	54
<b>CAPÍTULO 3 – FLUXOS COMERCIAIS DE SERGIPE E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....</b>	<b>68</b>
3.1 A BALANÇA COMERCIAL DE SERGIPE.....	68
3.2 RELAÇÕES COMERCIAIS INTERESTADUAIS.....	69
3.3 FLUXOS DE COMÉRCIO INTERESTADUAL.....	70
3.3.1 FLUXOS DE ENTRADAS INTERESTADUAIS.....	76
3.3.2 FLUXOS DE SAÍDAS INTERESTADUAIS.....	90
3.3.3 SALDOS DAS TRANSAÇÕES INTERESTADUAIS.....	104
3.4 FLUXO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERGIPE.....	110
3.4.1 FLUXO DE EXPORTAÇÕES.....	111
3.4.2 FLUXO DE IMPORTAÇÕES.....	114
3.5 FLUXO DE COMÉRCIO TOTAL.....	117
3.6 ARTICULAÇÃO COMERCIAL DE SERGIPE E APLS.....	120
3.6.1 FLUXOS COMERCIAIS DE APLS COM ATIVIDADES FORMALIZADAS.....	120
3.6.2 FLUXOS COMERCIAIS DE APLS COM ATIVIDADES PARCIALMENTE FORMALIZADAS E INFORMAIS.....	122
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>132</b>

## NOMENCLATURA

ACESE	- Associação Comercial e Empresarial de Sergipe
ADEMA	- Administração Estadual do Meio Ambiente
APL	- Arranjo Produtivo Local
BANESE	- Banco do Estado de Sergipe
BB	- Banco do Brasil
BNB	- Banco de Desenvolvimento do Nordeste
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento
CNPCo	- Centro Nacional de Pesquisa de Coco
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	- Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAFEN/SE	- Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras em Sergipe
FAPITEC/SE	- Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica
GTP APL	- Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi
IFS	- Instituto Federal de Sergipe
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITPS	- Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
MCS	- Movimento Competitivo de Sergipe
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	- Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MPE's	- Micro e Pequenas Empresas
MPMEs	- Micro, Pequenas e Médias Empresas
NEAPL/SE	- Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
PAM	- Pesquisa Agrícola Municipal
PD	- Plano de Desenvolvimento
PIA	- Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONESE	- Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PSDI	- Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
REDESIST	- Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SAGRI	- Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento
SEBRAE	- Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEDETEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
SEFAZ/SE	- Secretária da Fazenda do Estado de Sergipe
SEICTEC	- Secretaria Estadual da Indústria, do Comércio e da Ciência e Tecnologia
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento
SEPLAN	- Urbano Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da
SETRAPIS	- Igualdade Social
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TICs	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UEP	- Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento
UEPAE	- Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Quissamã
VAB	- Valor Adicionado Bruto

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos por Setor Econômico, Brasil e Sergipe - 2007.....	54
Tabela 2 - Valor da Produção, Rendimento Médio, área plantada e área colhida de acordo com os principais produtos agrícolas cultivados em Sergipe – 2007.....	55
Tabela 3 - Principais atividades econômicas de Sergipe de acordo com o Valor da Transformação Industrial, Estabelecimento e Pessoal Ocupado - 2007.....	56
Tabela 4 - Sergipe - APLs identificados e Volume de Produção estimada .....	59
Tabela 5 - Balança Comercial Externa e Interestadual de Sergipe - 2006.....	80
Tabela 6 - Fluxo de comércio do estado de Sergipe com as macrorregiões e estados selecionados – 2006 (%) .....	82
Tabela 7 - Fluxo de comércio do estado de Sergipe, conforme suas transações comerciais com outros Estados – 2006 .....	84
Tabela 8 - Fluxo de Comércio Interestadual do Estado de Sergipe por Tipo de Atividade – 2006.....	85
Tabela 9 - Participação do Estado da Bahia nas Transações Comerciais de Sergipe, conforme os principais setores da economia - 2006.....	86
Tabela 10 - Participação dos Estados Brasileiros no volume de entradas correspondente ao setor de comércio, reparação de veículos automotores.....	88
Tabela 11 - Fluxo de Comércio Interestadual (entradas) do Estado de Sergipe Correspondente ao Setor de Comércio, Atividades Selecionadas – 2006.....	89
Tabela 12 - Principais Estados Fornecedores de Produtos Relacionados com A Atividade de Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Hipermercados e Supermercados .....	90
Tabela 13 - Participação dos Estados Nordestinos nos fluxos comerciais de entrada da atividade de comércio atacadista de combustível sólidos, líquidos e gasosos – 2006.....	91
Tabela 14 - Fluxo de Comércio Interestadual (Entradas) do Estado de Sergipe da Seção Indústria de Transformação, Atividades Selecionadas – 2006.....	92
Tabela 15 - Participação dos Estados nas Entradas referentes à Indústria de Transformação e sua Atividade Principal no Estado de Sergipe – 2006 .....	94
Tabela 16 - Fluxo de Comércio Interestadual (entradas) do Estado de Sergipe correspondente à Indústria Extrativa, atividades selecionadas – 2006 .....	95

Tabela 17 - Participação dos principais Estados Fornecedores da Indústria Extrativa no Estado de Sergipe, conforme atividades econômicas – 2006 .....	96
Tabela 18 - Fluxo de Comércio Interestadual (entradas) do Estado de Sergipe Correspondente à Indústria de Transformação, Atividades Seleccionadas – 2006 .....	97
Tabela 19 - Participação dos Estados nas Entradas Referentes ao Setor de Agropecuária no Estado de Sergipe – 2006 .....	98
Tabela 20 - Principais Atividades Conforme as Transações de Compra do Estado de Sergipe Realizadas com o Estado da Bahia - 2006 .....	100
Tabela 21 - Volume de Saídas (vendas) Interestaduais de Sergipe – 2006.....	101
Tabela 22 - Participação dos Estados Brasileiros no Volume Total de Saídas (vendas) registrado em Sergipe - 2006.....	102
Tabela 23 - Fluxo de Comércio Interestadual (saídas) do Estado de Sergipe por meio da Indústria de Transformação, Principais Atividades – 2006 .....	104
Tabela 24 - Participação dos Estados nas Transações de vendas referentes à Indústria de Transformação e sua Atividade Principal no Estado de Sergipe – 2006 .....	105
Tabela 25 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe referente à indústria de transformação, atividades selecionadas – 2006.....	106
Tabela 26 - Participação dos Estados nas Transações de vendas (saídas), referentes à Indústria Extrativa e sua Atividade Principal no Estado de Sergipe – 2006 .....	107
Tabela 27 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe das atividades pertinentes ao setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, atividades selecionadas – 2006.....	108
Tabela 28 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe das atividades pertinentes ao setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, atividades selecionadas – 2006.....	110
Tabela 29 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe das atividades pertinentes ao setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura, atividades selecionadas – 2006.....	111
Tabela 30 - Participação dos Principais Estados no Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe, pertinentes ao setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura, atividades selecionadas – 2006.....	112
Tabela 31 - - Principais atividades conforme as transações de vendas do Estado de Sergipe realizadas com o Estado da Bahia - 2006.....	114
Tabela 32 - Saldo das Transações Interestaduais do Estado de Sergipe, Setores Seleccionados – 2006.....	115

Tabela 33 - - Fluxo de comércio interestadual (saldo) do estado de Sergipe da seção de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, atividades selecionadas – 2006 .....	116
Tabela 34 - Saldo das Transações Comerciais de Sergipe, conforme o Fluxo de Comércio Interestadual do Estado – 2006.....	118
Tabela 35 - - Fluxo de Comércio Interestadual (saldo) do Estado de Sergipe, Indústria de Transformação – 2006 .....	120
Tabela 36 - Saldo das Transações Comerciais Interestaduais (saldo) do Estado de Sergipe, correspondente à Indústria Extrativa – 2006.....	121
Tabela 37 - Participação do Estado Sergipano nas Transações Comerciais do Brasil com o Exterior – 2006 .....	122
Tabela 38 - Fluxo de comércio internacional (exportações) do estado de Sergipe, correspondente à indústria de transformação, atividades selecionadas – 2006.....	123
Tabela 39 - Fluxo Comercial de Exportações conforme os Principais Produtos Exportados do Estado de Sergipe – 2006.....	124
Tabela 40 - Valor das Exportações de Sergipe para os Principais Blocos Econômicos – 2006 .....	125
Tabela 41 - Fluxo de comércio internacional (importações) do estado de Sergipe da seção indústrias de transformação, atividades selecionadas – 2006 .....	126
Tabela 42 - - Fluxo de comércio internacional (importações) do estado de Sergipe da seção agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura, atividades selecionadas – 2006 .....	127
Tabela 43 - - Fluxo Comercial de Exportações conforme os Principais Produtos Importados do Estado de Sergipe – 2006 .....	127
Tabela 44 - Valor das Exportações de Sergipe para os Principais Blocos Econômicos – 2006 .....	128
Tabela 45 - Fluxo de Comércio Total do Estado de Sergipe Correspondente ao Setor de Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, Atividades Selecionadas – 2006.....	129
Tabela 46 - - Fluxo de Comércio Total do Estado de Sergipe Correspondente à Indústria de Transformação, Atividades Selecionadas – 2006.....	130
Tabela 47 - Fluxo de Comércio Total do Estado de Sergipe Correspondente à Indústria extrativa, atividades selecionadas – 2006 .....	130
Tabela 48 - - Participação dos APLs formalizados nas Entradas de comércio do Estado de Sergipe - 2006.....	132

Tabela 49 - Fluxos Interestaduais das Atividades Relacionadas aos APLs Parcialmente Formais e Informais, Sergipe – 2006.....	135
--	-----



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sergipe: As Instituições de Apoio e os APLs nos quais Desenvolvem Ações .....	68
Quadro 2 - Sergipe - As ações das instituições .....	70
Quadro 3 - Sergipe: Atuação, Projetos, Programas e/ou Ações voltadas para os APLs, por instituição - 2008-2009 .....	75

## INTRODUÇÃO

---

Durante o século XX, por meio da chamada industrialização por substituição de importações a economia brasileira chegou a atingir um crescimento com elevação considerável, apresentando na segunda metade do século uma taxa anual de 5,2%. Além disso, modificou-se através de uma transformação estrutural que alterou substancialmente tanto sua base produtiva quanto as condições de vida da população.

Embora no século XX, esse modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil tenha feito com que a economia brasileira alcançasse uma das maiores taxas de crescimento médio do PIB em todo mundo, seu caráter concentrador de renda, seja em termos espaciais ou pessoais, proporcionou a formação de uma sociedade com um dos maiores índices mundiais de desigualdades (SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001).

A partir de problemas decorrentes, tais como concentração de renda e aumento das desigualdades sociais, dessa industrialização forçada no país ao longo do século passado, fez-se necessário à formulação de políticas que proporcionassem a redistribuição da renda e a desconcentração da atividade econômica. Diante da situação, o governo criou instituições e programas cuja meta consistia no desenvolvimento das regiões mais pobres do país. Nesse sentido, a partir dos anos 50, com as grandes obras de infra-estrutura e o apoio à industrialização no âmbito do Plano de Metas, tais esforços ganharam maior importância com destaque para a criação de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, entre outras, o Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB).

Nos últimos anos, no âmbito da economia mundial o que se percebe é a ocorrência de profundas transformações em virtude do processo de integração comercial e por conta da difusão do novo paradigma tecnológico. Consequentemente, isso tem provocado mudanças de ordem organizacional na estrutura produtiva da economia de forma que a produção, antes baseada no modelo de produção fordista, agora se baseia em tecnologias intensivas em informação, flexíveis e computadorizadas. Além disso, esse novo modelo de política industrial tem como diferencial a prática de políticas horizontais direcionadas para o aumento da produtividade e das exportações.

No final dos anos 90 as disparidades regionais apresentavam-se elevadas e tal fato remetia à necessidade de discutir novas estratégias de desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas. Neste sentido, esse novo modelo de política industrial, no Brasil, tem ganhado cada vez mais impulso de forma a estimular o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais

como instrumento de desenvolvimento regional, principalmente, por conta da avaliação positiva das experiências bem-sucedidas de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no cenário internacional.

A partir da mudança na estrutura organizacional da produção industrial, tendo em vista o processo de desverticalização, as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) passam a ganhar um novo papel na economia à medida que atuam em ramos que apresentam pouca vantagem competitiva para as grandes empresas, atuando assim de forma complementar, sobretudo, as que fazem parte de redes de cooperação. Desta forma as MPME's assumem um papel importantíssimo na economia sob a condição de amortecedor econômico frente às novas mudanças tecnológicas, à medida que conseguem manter o poder de compra dos consumidores, através da geração de emprego e renda. Desta forma, os arranjos produtivos locais constituídos por essas empresas, com base na teoria de desenvolvimento endógeno, tem sido foco de vários estudos e se tornado alvo de políticas públicas na promoção do desenvolvimento regional e local. Sob tal aspecto, acredita-se que a promoção do desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas apresenta potencial relevante para ajudar a solucionar o problema das desigualdades regionais no país.

Considerando que, dentre outras características, tal modelo baseia-se na introdução de novas tecnologias e em políticas horizontais direcionadas para o aumento da produtividade e das exportações, o presente trabalho propõe-se a analisar os fluxos comerciais da balança comercial de Sergipe, a fim de destacar a importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local e regional. Dentro desse aspecto, a participação de políticas públicas e privadas assume condição *sine qua non* para o desenvolvimento desses arranjos, como será demonstrado ao longo do trabalho.

O presente estudo parte de um mapeamento dos arranjos produtivos locais, realizado no estado de Sergipe e propõe-se a analisar os fluxos comerciais de Sergipe a partir do desempenho das atividades econômicas, sobretudo, com base naquelas que possuem relação (direta ou indireta) com os arranjos produtivos locais. Tal proposta remete ao estudo das políticas de apoio aos arranjos, adotadas no estado, sob a perspectiva de estratégia de desenvolvimento da nova política industrial voltada para o apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), através da utilização de APLs como instrumento de desenvolvimento regional.

O ponto de partida conceitual desenvolveu-se com base na literatura que investiga o tema sobre Arranjos Produtivos Locais, através de estudos de casos, relatório de pesquisa e

levantamento de dados. Além disso, o trabalho em questão baseou-se em informações disponíveis no Projeto de Pesquisa do BNDES intitulado “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em estados Nordestinos Seleccionados”; do qual faço parte e que contempla treze estados da região Norte e Nordeste, entre eles o estado de Sergipe, e tem como objetivo avaliar as políticas de apoio existentes no estado, com a finalidade de fornecer subsídios para a formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas e privadas voltadas para APLs. Em ressalva, os relatos do referido projeto de pesquisa foram obtidos através de pesquisa de campo (entrevista) e fonte secundária. No tocante à base de dados utilizada no presente trabalho, concernente às transações comerciais, faz referência ao ano de 2006, sendo adquirida por meio de informações fornecidas pela Secretária da Fazenda do estado de Sergipe (SEFAZ/SE) para o fluxo de comércio interestadual, e pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o fluxo de comércio internacional. Os dados foram trabalhados de forma ilustrativa e explicativa através do volume de entrada e saída de bens e serviços referentes ao estado de Sergipe, relacionado com outros estados e com o exterior, por meio das atividades econômicas pertinentes à economia sergipana, sobretudo, por meio de atividades produtivas que possuem relação com os arranjos produtivos locais de Sergipe.

A partir desse propósito, o presente trabalho apresenta-se sob a seguinte estrutura, no primeiro capítulo será apresentada a revisão da literatura a cerca da questão do desenvolvimento regional e local por meio de pontos relevantes tais como a valorização da localidade; características das aglomerações produtivas dentro do modelo de desenvolvimento endógeno; e a importância da economia do conhecimento na promoção do desenvolvimento econômico. O capítulo seguinte propõe-se a apresentar o perfil econômico de Sergipe com base em sua participação no PIB nacional, expondo também as principais atividades econômicas do estado e sua relação com os arranjos produtivos locais, de forma a evidenciar a abordagem do tema como estratégia de desenvolvimento regional por meio da promoção de políticas de apoio aos arranjos; além disso, serão tratadas nesta seção as relações estabelecidas entre instituições de apoio e os APL's, a fim de demonstrar os possíveis resultados provenientes dessas políticas de apoio para o desenvolvimento da localidade na qual estão inseridos tais arranjos. Na sequência, o terceiro capítulo propõe-se a apresentar os dados da balança comercial de Sergipe por meio das transações comerciais que o estado estabeleceu com outros estados da federação brasileira e com o exterior, durante o período de 2006, a fim

de salientar a importância dos arranjos produtivos para o desenvolvimento local e regional. Por fim, com o intuito de compreender a importância do presente estudo em seu caráter conclusivo, serão apresentadas as conclusões.

# CAPÍTULO 1

## DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

---

Neste capítulo serão apresentados alguns pontos fundamentais sobre a questão do desenvolvimento, dentre eles a evidente valorização da localidade que tem gerado no Brasil um enfoque sobre o desenvolvimento de base local; a partir de experiências internacionais bem sucedidas; bem como as principais características das aglomerações produtivas dentro do modelo de desenvolvimento endógeno; e por fim, os aspectos da economia do conhecimento e a importância da mesma na promoção do desenvolvimento através dos novos fatores de produção (tecnologia e informação) sob o aspecto das transformações tecnológicas e organizacionais que vem estabelecendo uma nova relação entre o regional e o global.

### **1.1 Desenvolvimento Regional Endógeno e a Valorização das Especificidades Locais**

Nas últimas décadas, a questão sobre o desenvolvimento econômico tem sofrido mudanças significativas, provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões industriais, bem como pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais, de forma a remodelar uma nova realidade econômica dos países e que leva em consideração uma maior valorização da localidade.

De acordo com a literatura acerca do desenvolvimento econômico, os estudos sobre localização e desenvolvimento regional ganharam força após a segunda guerra, diante de um cenário de crise internacional, à medida que as desigualdades regionais foram acentuadas em diversos países. Nesse momento, em termos de crescimento econômico, faziam-se necessários modelos de planejamento e de políticas capazes de estabelecer certa igualdade entre as diversas regiões dos países para combater as desigualdades existentes e promover o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, surge então o modelo de desenvolvimento baseado na idéia de crescimento exógeno que no intuito de corrigir ou apenas atenuar as desigualdades existentes, buscava redistribuir e compensar as desigualdades por meio da transferência de capital e de tecnologia; o que por outro lado, promoveria a mobilidade inter-regional de bens e fatores de produção das regiões mais prósperas para as menos desenvolvidas (FEITOSA, 2007).

A respeito da idéia do crescimento exógeno, destaca-se a noção de pólo de desenvolvimento sob a influência schumpeteriana do progresso técnico, em que segundo

Diniz (2001), o dinamismo de um pólo era determinado pela existência de uma ou mais indústrias motrizes que exerce o papel dominante e gera efeitos multiplicadores sobre outras atividades<sup>1</sup>.

Segundo a teoria dos pólos de crescimento, a idéia era instalar grandes plantas industriais em áreas estratégicas que resultaria na difusão do desenvolvimento das regiões pólo para áreas no seu entorno com o objetivo de diversificar a base econômica, atrair poupança externa e promover o crescimento do emprego, do produto e da renda. A partir dos anos de 1950 o modelo de desenvolvimento regional baseado na teoria dos pólos de crescimento foi uma tendência adotada por vários governos nacionais (FEITOSA, 2007).

No entanto, considerando a importância dos investimentos em capital social na promoção do desenvolvimento regional e sob a análise do processo de polarização, as regiões mais desenvolvidas tenderiam a atrair capital e trabalho qualificado das regiões menos desenvolvidas, realimentando assim a desigualdade, ao passo que, através dos investimentos em capital social básico as regiões desenvolvidas promoveriam seu desenvolvimento regional e por conseguinte criariam a tendência de tornar-se cada vez mais rica em detrimento das regiões atrasadas que seguiriam uma tendência de tornarem-se cada vez mais pobres (DINIZ, 2001).

Diante do contexto, observa-se que, a princípio não houve uma preocupação estrita com o desenvolvimento local, considerado no momento, apenas como parte integrante do desenvolvimento Regional, este por sua vez, sendo mera extensão do crescimento econômico nacional. Sendo assim, aos governos locais caberia seguir as orientações dadas pelo governo central adequando a realidade local à diretriz do governo nacional. Destarte, tal modelo se constituía em políticas de desenvolvimento local centralizadas pelos governos nacionais sob a suposição de que o desenvolvimento ocorreria de “cima para baixo”, de tal forma que partiria do planejamento e intervenção do Estado nacional para as instâncias locais (FEITOSA, 2007).

No entanto, de acordo com os relatos de Andrade (2007), o modelo tradicional de acumulação capitalista não se propagou espacialmente ao ponto de reduzir as desigualdades (intra) regionais nos países em desenvolvimento, em especial na América Latina. De tal modo que, a partir dos anos 80, as especificidades locais passaram a ganhar maior importância na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento regional adequada ao momento e para cada região.

---

<sup>1</sup> Ver Perroux (1967)

De acordo com Diniz (2001), o atraso na América Latina relacionado às regiões decorria das relações de troca internacionais que se caracterizava por uma deterioração nestas relações entre o “centro” e a “periferia”. Para o autor, tal assertiva fortalecia-se à medida que o primeiro, ao exportar bens industrializados e possuir melhor organização sindical, reteria os frutos do progresso técnico em detrimento do segundo que exportava produtos primários, cujos preços não subiam com o aumento de demanda, pelo excesso de fatores (terra e trabalho) e sempre caíam quando a demanda reduzia.

Em meados dos anos 90 surge o modelo de desenvolvimento regional endógeno com destaque para o papel do capital humano e da valorização de outros fatores de produção como educação e ciência e tecnologia num processo contínuo de absorção pela região do excedente gerado pelo local, ou da atração de excedentes gerados em outras regiões. Vale lembrar que o ambiente atrativo de excedentes econômicos pode ser criado a partir da transformação e qualificação das estruturas internas da região (ANDRADE, 2007).

Em consonância às características do novo modelo de desenvolvimento regional, Amaral Filho (1996) conceitua o desenvolvimento endógeno sob a definição de um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região para reter excedente econômico. Sendo que este excedente tanto pode ser gerado na economia local e/ou a atração de excedentes, quanto pode ser proveniente de outras regiões, cujo resultado constitui-se na ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

Dessa forma, a partir da eminência do desenvolvimento endógeno as políticas regionais começam a ceder lugar às ações locais, de forma que as regiões devem buscar potencializar o uso dos recursos locais para ampliar sua própria capacidade de desenvolvimento. Nesse ambiente de mudanças observam-se duas considerações em destaque, a primeira diz respeito à dimensão regional que passou a ser valorizada como elemento constitutivo de mudanças técnicas; e a segunda concerne ao fato de que a inovação adquire importância na análise do desenvolvimento econômico e na promoção de políticas regionais. Destarte, as políticas de desenvolvimento além de atenderem-se ao problema das desigualdades regionais, também possuem caráter desenvolvimentista para as competências locais, valorizando, assim, as especificidades de cada região e procurando inserí-las em mercados, cada vez mais, globalizados (FEITOSA, 2007).



De acordo com Siqueira e Siffert Filho (2001), o novo modelo de desenvolvimento regional leva em consideração uma nova regionalização do país a partir da divisão de mesorregiões e microrregiões, o papel dos clusters no crescimento das economias regionais e as experiências internacionais. Nesse sentido, percebe-se que as localidades passaram a desempenhar um papel mais ativo, seja na organização do espaço físico, seja na definição de ambientes institucionais favoráveis ao desenvolvimento econômico local.

Na tentativa de seguir os mesmos caminhos de experiências internacionais bem sucedidas sob a utilização do modelo de desenvolvimento endógeno, como é o caso da Terceira Itália e do Vale do Silício, deve-se levar em consideração que cada região, localidade ou setor segue padrões evolucionários distintos. Por isso é interessante descartar a possibilidade de copiar ou reproduzir experiências adquiridas em uma localidade para desenvolver outra localidade, justamente, por não se tratar de um modelo único de desenvolvimento, mas sim de um modelo que deve se adequar as especificidades locais de cada região.

A respeito do novo modelo de desenvolvimento, há duas tendências que procuram explicar a emergência do modelo de desenvolvimento endógeno, a primeira relaciona-se às particularidades de cada caso de desenvolvimento local, enquanto que a segunda acredita na tese da crise do sistema produtivo fordista e o conseqüente renascimento das vantagens da pequena produção baseada na produção flexível. Independente da corrente sobre o desenvolvimento regional endógeno a ser seguida, vale notar o surgimento de janelas de oportunidades para que regiões e locais circunscritos fora dos grandes eixos de aglomeração fordista pudessem engendrar seus processos de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 1996).

Embasado na primeira tendência, Feitosa (2007) observa que o modelo de desenvolvimento anterior, adotado pelo governo, pertinente ao modelo de planejamento espacial nacional com políticas de desenvolvimento regional, tornou-se ineficaz pelo fato de não conseguir mais gerar um crescimento constante e sustentável nas regiões menos desenvolvidas. É importante destacar que tais políticas eram baseadas em controles locacionais e em incentivos fiscais e financeiros por meio de investimento em infra-estrutura e transferência de recursos. A partir de então, surge a necessidade de novas estratégias de intervenção política. Assim o Estado, ao perder sua capacidade de continuar mantendo o antigo modelo, passa a promover um amplo processo de descentralização de poder para as instancias locais.

O autor ainda reforça a idéia de que o novo modelo de desenvolvimento apresenta uma estrutura que parte dos próprios agentes locais e não do planejamento central por meio de intervenções conduzidas pelo Estado-nacional, sendo caracterizado por um modelo de desenvolvimento que parte de baixo para cima, à medida que parte de potencialidades socioeconômicas originais do local. Sendo assim, trata-se de um modelo de desenvolvimento de “baixo para cima”, em que cada região deve procurar definir sua própria estratégia de desenvolvimento constituindo, assim, um processo que pode ser dificultado pelas características institucionais e econômicas de cada região.

A esse respeito, Amaral Filho (1996) ressalta que o desenvolvimento endógeno deve ser entendido como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região que prioriza possibilidades alternativas de desenvolvimento por meio de pequenas empresas concentradas em um mesmo ambiente e com forte divisão do trabalho.

Para tanto, segundo Andrade (2007), o referido modelo depende de reformas que recuperem a capacidade de investimento, e de modernização do aparelho local por parte do Estado Federado; de estratégias regionais que mobilizem também investimento privado, a fim de elevar o nível de formação bruta de capital fixo. Além disso, o modelo de desenvolvimento endógeno baseia-se na valorização dos novos fatores de produção como capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação e, por fim, meio ambiente.

Quanto às políticas de apoio voltadas para os APLs como ação governamental, as ações tornaram-se mais populares nos anos 90, sobretudo, em virtude da revalorização do local enquanto espaço privilegiado para o surgimento de inovações e ao fim do estado intervencionista Keynesiano. Vale lembrar que, tais políticas de desenvolvimento devem ser moldadas para cada caso em virtude da peculiaridade dos arranjos, no entanto, elas devem criar condições que facilitam o surgimento de aglomerações de pequenas empresas, concentradas espacialmente (DINIZ, 2006).

Neste sentido, o governo deve facilitar as parcerias entre os atores que normalmente não apresentam nenhuma interação e isso pode ser feito através do fornecimento de bens públicos, locais e regionais a fim de incentivar o surgimento de redes de cooperação e encorajar o diálogo entre as firmas e outras instituições. Além disso, em prol do desenvolvimento de APLs o governo pode criar e distribuir ações voltadas para a

disseminação do conhecimento, o fortalecimento de aconselhamentos financeiros, de marketing e design para pequenas e micro firmas.

O incentivo gerado pelo governo, por meio dessas ações de apoio capaz de fortalecer e até promover o surgimento de novas MPMEs, emerge na condição de alternativa para o desenvolvimento econômico regional; o qual se volta para a valorização do local e suas potencialidades, de forma a configurar assim o modelo de desenvolvimento endógeno, ou seja, com atuação das ações governamentais de baixo para cima.

Segundo Puga (2003), embasado na obra “Small is beautiful”, a própria voracidade do processo de produção capitalista, o qual é considerado um devorador de sua própria base, recursos naturais e humanos, permitiu uma nova visão da economia voltada para as MPMEs, ao produzirem com tecnologias alternativas e menos agressivas ao meio ambiente, sendo vistas então como alternativas de desenvolvimento econômico<sup>2</sup>.

Em ressalva, embora a importância das MPMEs tenha adquirido reconhecimento no desenvolvimento econômico, não se pode negligenciar o papel da grande empresa na modernização e sobrevivência das pequenas empresas, à medida que a grande empresa torna-se responsável (mas não exclusivamente) pela formação de redes de terceirização, fornecedores, etc. (ANDRADE, 2007).

Além disso, é interessante acrescentar que a ocorrência de transformações estruturais no processo produtivo, verificada nas últimas décadas, contribuiu para o surgimento de organizações sociais e coletivas (agrupamentos e rede de empresas, cluster, distritos industriais, sistema produtivo, arranjo produtivo, etc.), à medida que novas oportunidades foram criadas para as pequenas empresas por meio de empresas de maior porte (AMARAL FILHO, 2002).

Diante do exposto, o resgate da dimensão espacial no desenvolvimento econômico tem se caracterizado como uma tentativa de entender as razões que levaram ao surgimento de aglomerados de MPMEs eficientes e competitivas em certas localidades particulares, em que o foco de análise deixa de centrar-se exclusivamente na empresa individual e passa a incidir sobre as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido. Em decorrência dessa mudança, o referido modelo de desenvolvimento passa a orientar as novas formas de intervenção do Estado na promoção da política industrial e tecnológica com o intuito de promover a intensificação das potencialidades de cada localidade, sobretudo, com destaque

---

<sup>2</sup> Ver Schumacher (1973), autor do livro “small is beautiful”.

para o capital humano e a valorização dos novos fatores de produção, conhecimento e informação.

## **1.2 Aglomerações Produtivas e Desenvolvimento Local**

Considerando que as transformações ocorridas no processo produtivo devem-se, sobretudo, ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, oportunidades foram criadas para as MPMEs, de maneira que tal fato contribuiu para o surgimento de novas formas de organização.

O novo ambiente constituído por competição intensiva em conhecimento, globalizado produtivamente e em constante mudança favoreceu o surgimento de novas experiências de desenvolvimento econômico, tais como distritos industriais, *clusters*, arranjos e sistemas produtivos locais, que priorizam os aspectos intangíveis (capital social, conhecimento em P&D, aprendizagem) da produção, na geração de emprego e renda. (FEITOSA, 2007).

Segundo Cassiolato *et al* (1998), as novas formas de organização condizem com o surgimento de um novo padrão de produção resultante da crise do modelo de produção em massa, o qual sustentava-se na dominação das grandes empresas verticalmente integradas, com produção de bens standardizados e voltados para mercados baseados em competição via preços. Nesta fase de transição do modelo fordista, enquanto as grandes empresas passavam por dificuldades de sobrevivência, os arranjos de pequenas e médias empresas mostravam maior flexibilidade e dinamismo.

Diante das mudanças tecnológicas e do contínuo processo de inovação surgem o que muitos autores definem como formas de organização dos sistemas regionais de inovação, entre elas os Arranjos Produtivos Locais (APLs), onde a capacidade de atração de cada região passa a depender, cada vez mais, do conjunto de elementos locais, naturais, econômicos, sociais, culturais, políticos, complementares ou sistêmicos (DINIZ *et al*, 2006).

A participação de empresas numa aglomeração geográfica pode ocorrer através da especialização local em atividades de uma mesma base técnica, com o simples aproveitamento da mão-de-obra disponível, ligações ocasionais inter-firmas, nenhuma ou pouca experiência de cooperação e com instituições locais pouco desenvolvidas. O aprofundamento da especialização da produção também indica a participação de empresas numa aglomeração geográfica, desde que as empresas e organizações locais se reestruturem,

mas mantenham a mesma organização produtiva e padrão de inter-firmas. Além disso, a diversificação em produtos e setores diferentes, proveniente de empresas e organizações locais que organizam a produção, estabelece novas relações com firmas e instituições locais e incorpora em sua área geográfica atividades produtivas para frente e pra trás, o que também representa uma característica das empresas que participam de aglomerações geográficas (FEITOSA, 2007).

Desde a década de 80, estas análises se iniciaram fundamentalmente a partir do sucesso das experiências de arranjos locais da região da Terceira Itália, comumente chamados de distritos industriais italianos e que apresentavam as seguintes características: proximidade geográfica; especialização setorial; predominância de pequenas e médias empresas; estreita colaboração entre firmas; competição entre firmas baseada na inovação; identidade sócio-cultural com confiança; organização de apoio de forma ativa (prestação de serviço, atividades financeiras, consultorias, etc); e promoção de governos regionais e municipais (CASSIOLATO *et al*, 1998).

A evolução de um simples aglomerado geográfico de empresas para um arranjo produtivo depende da geração e/ou introdução de inovações, sejam elas tecnológicas ou organizacionais e institucionais, dependem também do fortalecimento da capacidade de aprender dos indivíduos e empresas e da difusão do conhecimento (codificado e tácito), que as envolve por todo o conjunto de empresas locais (FEITOSA, 2007).

Em termos gerais, a definição de APLs a partir de Puga (2003), refere-se a uma concentração geográfica de empresas e instituições que se relacionam em um setor particular e nele estão envolvidos universidades, associações de classe, instituições governamentais e outras organizações que provêem educação, informação, conhecimento e/ou apoio técnico na condição de agentes e fornecedores especializados.

Dentro do referencial evolucionista, a Redesist define arranjos produtivos locais como sendo aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos (mesmo que incipientes). É importante destacar que a interdependência, articulação e vínculos consistentes dentro dos arranjos resultam em interação, cooperação e aprendizagem, por conseguinte constituem sistemas produtivos e inovativos locais, desde que apresentem potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento regional (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Na discussão acerca do desenvolvimento local, APLs são considerados um dos novos sistemas produtivos, dentre outros (Distritos Industriais Marshalianos, *Cluster*, Cadeias Produtivas, etc), encontrados na vasta literatura que se propõem a analisar e entender os aspectos determinantes da promoção do desenvolvimento, bem como as políticas necessárias para a sua sustentação ao longo do tempo. Segundo Feitosa (2007, p.140), o conceito de Arranjos ou Sistemas Produtivos Locais é dado da seguinte forma:

[...] aglomerados territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculos de interdependência, mesmo que incipientes. Engloba categorias tradicionais nas análises de aglomerações, como a cooperação, mais inclui também os processos de aprendizagem, capacitação e inovação, considerados como fundamentais para a sustentação da competitividade dos agentes participantes das aglomerações de empresas. Sua formação está associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.

Ainda de acordo com o autor, essas aglomerações surgem a partir de relações intensas entre as empresas locais e promovem uma maior eficácia no sistema local à medida que ampliam a divisão do trabalho, permitindo assim uma maior especialização produtiva e a introdução de novas tecnologias.

A respeito das características e importância de arranjos produtivos locais, a primeira contribuição significativa na economia ocorreu em fins do século XIX, realizada por Marshall ao analisar o padrão de firma comum à Inglaterra naquela época, onde pequenas firmas concentradas na manufatura de produtos específicos, em setores como o têxtil, se localizavam geograficamente em *clusters*, em geral na periferia dos centros produtores. Tal experiência levou o autor a considerar os distritos industriais de pequenas empresas britânicas como sendo “a ilustração mais eficiente do capitalismo, tendo em vista que, apesar das limitações de economias de escala, os mesmos apresentavam reduzidos custos de transição, bem como economias externas particularmente significativas” (CASSIOLATO *et al*, 1998, pág. 16)

Cassiolato e Lastres (2001, p.08), caracterizam os APLs da seguinte forma:

[...] Arranjo produtivo local refere-se genericamente a qualquer dos tipos de aglomerados produtivos acima referidos. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo agentes localizados no mesmo território; incluindo não apenas empresas (produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviços, comercializadoras e etc.) e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também diversas outras instituições públicas e privadas (voltadas à: formação de treinamento de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; consultoria; promoção e financiamento, etc.).

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), a ênfase em APLs Investiga as relações entre conjuntos de empresas e destes com outros atores; dos fluxos de conhecimento, particularmente, em sua dimensão tácita; das bases dos processos de aprendizado para a capacitação produtiva, organizacional e inovativa; da importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas.

Os autores acreditam que essa ênfase dada aos APL's permite conhecer e entender as influências do território sobre as atividades econômicas, assim como implementar políticas que visem identificar e potencializar sinergias locais. No entanto, a fim de se obter melhores resultados na identificação e implementação de tais políticas algumas considerações fazem-se necessárias, entre elas, as especificidades dos rebatimentos locais das diferentes atividades (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Sob o ponto de vista de países em desenvolvimento, a relevância da promoção de arranjos produtivos locais de pequenas empresas é de significativa importância para superar barreiras ao seu crescimento, uma vez que as vantagens em conjunto destas empresas representam parcela significativa e diversificada do setor privado, simbolizam fortes oportunidades de emprego, em uma conjuntura onde estes se tornam cada vez mais restritos e ainda significam a possibilidade de promoção de desenvolvimento econômico local (CASSIOLATO *et al*, 1998).

Neste sentido, as sinergias coletivas constituem-se em uma importante fonte geradora de vantagens competitivas duradoura. Vale lembrar que tais sinergias são provenientes da participação de empresas em aglomerações produtivas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Nos APLs a existência de capital social, definido como o grau de cooperação e confiança entre as empresas e instituições integrantes, concerne a uma de suas características mais importante. Além disso, as relações horizontais também são ditas de grande importância como características dos arranjos, à medida que a presença de redes de cooperação estimula a especialização e a subcontratação, permitindo, assim, a criação de ganhos de escala e contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos (PUGA, 2003).

Sob tal aspecto, Cassiolato e Lastres (2003) acrescentam que as interações provenientes de um aglomerado de empresas constituem-se numa fonte geradora de vantagens competitivas duradouras a partir do aproveitamento das sinergias coletivas criadas por estas interações no ambiente no qual se localizam. Tal fato, efetivamente fortalece as chances de

sobrevivência e crescimento das empresas que participam desses aglomerados, sobretudo, as de pequeno porte para superar barreiras ao seu crescimento e para produzir e comercializar seus produtos em mercados nacionais e até internacionais; de forma a proporcionar o desenvolvimento de regiões, sobretudo, quando se trata de regiões pouco desenvolvidas e que apresentam baixo nível de emprego.

Diante disso, pode-se dizer que a coletividade das ações garante a geração de sinergias e a consecução dos objetivos desejados. No entanto, a partir do momento em que as ações individuais tornam-se mais coletivas surge a necessidade de uma coordenação destas ações comuns. Por outro lado, a intensificação dessas relações promove a boa governança, imprescindível para o arranjo produtivo evoluir para condição de sistema produtivo local.

De acordo com Feitosa (2007), o conceito de governança relaciona-se às diversas formas pelas quais indivíduos e instituições gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas. Dentro dos arranjos e sistemas produtivos locais, a governança diz respeito aos diferentes modos de cooperação, intervenção e participação dos agentes econômicos, nos processos de decisão local, envolvendo desde a organização dos fluxos de produção até o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

Sob a perspectiva de que as aglomerações de arranjos produtivos locais auxiliam as pequenas e médias empresas na superação de restrições ao crescimento, Melo e Hansen (2007), concordam que essas aglomerações são fundamentais para os países em desenvolvimento; à medida que, contribuem para o aumento da eficiência das empresas que participam dos arranjos e facilitam o acesso a mercados distantes, promovendo, assim, o desenvolvimento de regiões e setores.

Considerando que a competitividade das firmas e nações parece estar cada vez mais correlacionada com sua capacidade inovativa, esta, por sua vez, depende da capacidade de aprender e de desenvolver competências entre os agentes para garantir o êxito econômico das empresas, regiões e países.

Sob tal aspecto, Cassiolato e Lastres (2001) acreditam que o sucesso de aglomerações regionais situa-se no caráter inovativo das firmas através de duas maneiras, a primeira delas diz respeito aos padrões localizados de desenvolvimento que facilitam processos coletivos de aprendizado, à medida que a informação e o conhecimento se difundem rapidamente no ambiente local, aumentando a capacidade criativa das firmas e instituições; a segunda maneira de gerar inovação localizada está relacionada com o fato de



um sistema produtivo localizado auxiliar a redução dos elementos de “incerteza dinâmica”, permitindo, desta forma, um melhor entendimento dos possíveis resultados das decisões da firma<sup>3</sup>.

É importante destacar que a competitividade das empresas envolvidas nos arranjos produtivos locais não se restringe a um único setor, o que implica a interdependência das atividades coletivas. Destarte, a empresa assume um novo formato organizacional caracterizado pela descentralização, terceirização e interação interna e com parceiros de todos os tipos fornecedores e clientes. Vale lembrar que com a crescente penetração das novas tecnologias (tecnologia de informação, comunicação, novos materiais, biotecnologia e outras), a interdependência das atividades se intensifica ainda mais desde a pesquisa e desenvolvimento até as cadeias de produção e distribuição (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Logo, com a intensificação da terceirização, a principal responsável pela fluidez das fronteiras da organização, o sucesso econômico de cada localidade passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga vantagens comparativas e dinâmicas. Neste sentido, deve-se analisar o potencial produtivo da região para que a mesma se especialize em atividades que apresentem potencial produtivo efetivo. Para tanto, faz-se necessário a existência de uma percepção das possíveis potencialidades voltadas para as atividades desenvolvidas na localidade (DINIZ *et a*, 2006).

### 1.3 A Economia do Conhecimento

A atual fase do capitalismo se caracteriza por um esquema de competitividade que não se dá apenas via preço, mas que vem se configurando cada vez mais numa competitividade a base de conhecimento, sobretudo, em virtude da difusão intensiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) inseridas nos processos produtivos. Neste sentido, conhecimento constitui-se num dos elementos centrais da dinâmica e do crescimento das nações, regiões, setores, organizações e instituições.

Nas palavras de Cassiolato *et al* (1998, p.15), conhecimento quer dizer “o resultado de um processo conjunto que envolve tanto a atividade formal de ensino e P&D como os fluxos correntes das atividades da empresa e de sua interação com o ambiente que a cerca”.

---

<sup>3</sup> Ver Cooke e Morgan (1994)

Haja vista, o sucesso de aglomerações regionais situa-se no caráter inovativo das firmas, deve-se levar em consideração que o processo de geração de inovação envolve dois tipos de conhecimento, o conhecimento codificado e tácito. Todo conhecimento que possa ser transformado em uma mensagem, factível de manipulação como informação diz respeito ao conhecimento codificado, enquanto que o conhecimento tácito se refere aos conhecimentos implícitos a um agente social ou econômico, como as habilidades acumuladas por um indivíduo, organização ou conjunto delas, que compartilham diversas atividades e linguagem comum (FEITOSA, 2007).

Nesse contexto, as tecnologias de informação e comunicação se constituem um dos elementos mais importantes para a emergência dessas mudanças. Sob tal aspecto, os autores enfatizam que os progressos no campo das TICs abrem novas possibilidades de codificação e difusão de informações e conhecimento. Todavia, o conhecimento enraizado nos indivíduos, instituições e ambientes locais, denominado conhecimento tácito, é de difícil acesso (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

O conhecimento codificado diferentemente do tácito pode ser transferido de uma região para outra; enquanto que este último por estar inserido no âmbito locacional só pode ser transferido se houver interação social, visto que, o conhecimento tácito está relacionado à localidade e por isso envolve conhecimentos pertinentes aos “saberes” daquele ambiente, o que configura o fato de ser um conhecimento de difícil acesso.

De acordo com Melo (2002), ainda no que diz respeito ao conhecimento tácito, a tecnologia envolve um aspecto de aprendizado que deve ser adquirido com o tempo e, à medida que, se estabelece um contato com ela em virtude desse conhecimento embutido através da cumulatividade do conhecimento tecnológico, assim denominado pela literatura acerca da inovação tecnológica. Portanto, trata-se de algo não comercializável, não adquirido no mercado, mas sim adquirido com a prática e o contato que se pode estabelecer com a tecnologia a ser desenvolvida ou aperfeiçoada.

Posto isso, a partir do momento em que o conhecimento é codificado o mesmo é transformado em informação, por isso é permitida a transmissão, tratamento, armazenamento e reprodução desse conhecimento que deverá ser usado com o objetivo de simplificar tarefas. Contrariamente, já que o conhecimento tácito diz respeito ao conhecimento que não pode ser facilmente transferido, ele só pode ser adquirido através da prática. Nesse sentido, para Melo e Hansen (2007, p.207), “o conhecimento tácito só pode ser entendido por pessoas que

compartilham as mesmas experiências pessoais e que, possivelmente, contribuíram ativamente na sua criação”.

Diante dessa assertiva, pode-se dizer que apenas a intensificação no uso das TIC's não é suficiente para promover maiores possibilidades de codificação e transferência do conhecimento codificado, pois se faz necessária também a absorção do conhecimento tácito para apropriar-se do conhecimento.

Nesse sentido, surgiram novos formatos e estratégias institucionais crescentemente intensivos em informação e conhecimento, acompanhados de mudanças significativas tanto nas organizações produtoras de bens e serviços, como naquelas encarregadas de atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, política, financiamento, etc. que segundo Cassiolato e Lastres (2003, p. 05) dizem respeito a:

[...] Formatos organizacionais que privilegiam a interação e a atuação conjunta dos mais variados agentes – tais como redes, arranjos e sistemas produtivos e inovativos – vem se consolidando como os mais adequados para promover a geração, aquisição e difusão do conhecimento e inovações.

Diante do contexto, é interessante acrescentar que a globalização apresenta forte relação com a nova fase do capitalismo, à medida que, possibilita a difusão das tecnologias de informação e comunicação (TICs), no entanto está longe de ser um processo totalmente integrador e homogeneizador. Segundo Cassiolato (1999), a globalização é um processo desigual que opera em diferentes níveis através de processos paralelos de regionalização, afeta diferentes regiões e países diferentemente e também avança em diferente velocidade nos diversos domínios econômicos e sociais podendo causar destruição, problemas, exclusão e instabilidade. Além disso, é considerada também um processo desestabilizador, à medida que, intensifica a volatilidade nas transações econômicas gerando um ambiente de maior incerteza e insegurança para as pessoas e instituições.

O termo globalização, criado nos anos 1980, nas escolas de administração americana, serve para enfatizar uma realidade pertencente aos grandes grupos econômicos e políticos em relação à crescente liberalização dos mercados e às novas características do processo competitivo na medida em que oligopólios mundiais se formavam a partir da expansão internacional das empresas transnacionais americanas, japonesas e européias (CASSIOLATO, 1999).

A esse respeito, Feitosa (2007) acrescenta que diante do processo de globalização, destacam-se o crescente movimento da liberalização e desregulamentação dos mercados e o advento do paradigma das tecnologias, o qual é favorável a uma nova dinâmica tecnológica e

econômica internacional, em que as tecnologias intensivas em capital vão sendo, progressivamente, substituídas pelas tecnologias intensivas em informação. Por outro lado, na medida em que se acentua a importância conferida à diferenciação concreta entre os lugares, a globalização permite também uma reafirmação da dimensão espacial, bem como revalorização do local.

Sendo assim, esse ambiente constituído de rápidas mudanças para a criação de novos produtos configura o novo modelo de produção flexível como alternativa para o antigo modelo de produção fordista. Vale frisar que os sistemas de produção flexível favorecem a consolidação de sistemas produtivos locais e de políticas de desenvolvimento local, tornando menos hierarquizados a Economia e o Estado. (FEITOSA, 2007).

De acordo com Diniz (2006), na era do capitalismo intensivo em conhecimento, onde predomina uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, permanecer no mercado requer capacidade diferenciada de gerar conhecimentos; ou seja, manter a capacidade de competição das empresas exige que as mesmas interajam entre si em novas etapas de conhecimento e capacitação, adquirindo assim, vantagens comparativas diferenciadas e preestabelecidas que resultam da capacidade competitiva.

No entanto, diante da criação dessas vantagens comparativas, de acordo com Dosi (1984) *apud* Diniz (2006), surgem as “janelas de oportunidades”, as quais são abertas com as mudanças tecnológicas, ao passo que, geram efeitos de diferenciação regional ou local do desenvolvimento. Vale ressaltar que o aproveitamento dessas janelas de oportunidades, ao ponto de promover o sucesso dos agentes, requer capacidade de superação de barreiras relacionadas ao investimento produtivo, aquisição de conhecimento tecnológico, obtenção de experiência, superação de desvantagens locais e erros<sup>4</sup>.

Na busca incessante por maior competitividade, tal fato impulsiona as empresas a não se prenderem ao território na expectativa de surgirem melhores oportunidades e isso tem criado um forte processo de deslocamento dos investimentos e há também um forte processo de concorrência pela busca desses investimentos. Logo, em tempos de globalização, a procura por fatores competitivos como subsídios, mão-de-obra barata e facilidade de mercado tem favorecido em muito o processo de deslocamento de investimentos e de plantas voltado para a localidade, o desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 2002).

Por outro lado, numa expectativa de obter maior integração com a economia mundial e acreditando que a entrada maciça de capital estrangeiro pudesse acelerar a difusão

---

<sup>4</sup> Ver Dosi (1984).

das novas tecnologias, os países em desenvolvimento, sob pressão dos países mais avançados e de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, abriram suas fronteiras comerciais, privatizaram suas empresas estatais e promoveram uma desregulamentação das atividades econômicas particularmente facilitando o acesso de empresas multinacionais a seus mercados. (CASSIOLATO *et al* 1998).

Diante desse contexto, Cassiolato *et al* (1998) acredita que num ambiente de extrema competitividade, onde grandes corporações transnacionais que não devem lealdade a nenhum Estado-nação e que se estabelecem em qualquer parte do planeta que apresentem atrativos em forma de vantagens oferecidas pelos diferentes mercados, a única forma de sobreviver é ser o mais articulado e competitivo possível no cenário global.

Em reforço a essa conjuntura econômica, a abertura comercial, no início dos anos 90, permitiu o aumento da penetração das importações para compensar a ineficiência do país em produzir novos produtos e processos, de forma a gerar um processo de desindustrialização e desnacionalização em vários setores da economia. A partir de meados da década de 1990, o ambiente de incerteza caracterizou-se por mudanças na estrutura intra-industrial e, particularmente, patrimonial por conta da transferência de ativos que passaram a ser controlados por capitais estrangeiros (CASSIOLATO; LASTRES, 2001).

Concernente ao fato, Cassiolato e Lastres (2007) acrescentam que a nova economia baseada na informação e no conhecimento oferece formas que possibilitam a continuidade da produção e do consumo em massa de uma série de bens e serviços. Tais alterações apresentam impactos e desafios significativos para a indústria brasileira.

O uso intensivo das tecnologias de informação e de telecomunicação além de ter tido como impacto a autonomização de certos tipos de atividades, ou de certas tarefas empresariais também facilitou a descentralização funcional das atividades empresarial e a descentralização espacial da execução de certas atividades que poderiam ser realizadas por MPEMs de base tecnológica. Neste sentido, vale dizer que as tecnologias de informação e comunicação passaram a significar instrumentos importantes, sobretudo, para essas empresas no que diz respeito à redução de custos relativos a marketing, e também na aproximação com os clientes, por meio de sites e portais (AMARAL FILHO, 2002).

Para Amaral filho (2002), essas transformações estruturais favorecem o processo de transição do sistema de produção flexível, pós-fordista. Entretanto, vale ressaltar que embora o fordismo ou a produção em massa tenha fenecido, ou cedido lugar para o pós-fordismo, é reconhecido que a questão central passou a ser o desenraizamento das grandes

empresas em relação aos territórios tradicionais, em que foram favorecidas as empresas afastadas das regiões desenvolvidas, ou seja, aquelas que não possuíam compromisso com o velho padrão de acumulação e de desenvolvimento.

De forma positiva, a significativa aceleração de mudança tecnológica acarretou em redução do tempo necessário para o lançamento do produto, redução do processo desde a produção do conhecimento até a comercialização, o ciclo de vida dos produtos também diminuiu e, por fim, resultou em benefícios de tempo proporcionados pelo rápido desenvolvimento e uso amplo das tecnologias de informação e comunicação (CASSIOLATO; LASTRES, 2001).

Nesse contexto, a mudança de paradigma tecnológico evidencia-se a partir da década de 1980, num momento em que o ambiente tecnológico internacional sofre mudanças significativas em virtude de uma grande variedade de inovações por toda a economia. Diante disso, a produção baseada em tecnologias intensivas em capital e energia e de produção inflexível e de massa passa a ser substituída por uma produção à base de tecnologias intensivas em informação, flexíveis e computadorizadas. Essa mudança no processo produtivo tem como consequência o aumento da produtividade e por outro lado atinge também o produto de forma que se reduz o ciclo de vida de novos produtos e amplia-se a diversidade de pequenas diferenciações (CASSIOLATO, 1999).

Em relação ao aumento da produtividade nos diferentes setores industriais, Cassiolato e Lastres (2001) acreditam que esse aumento seja determinado basicamente pelas diferentes taxas de mudança tecnológica, o que explica, a diferença tecnológica entre os setores e sua participação no produto e no emprego industrial. Desta forma, sob o aspecto tecnológico da produção, essas mudanças estruturais contribuem para o crescimento como um todo e também para o aumento da produtividade nos diferentes setores.

Vale ressaltar que a emergência do novo paradigma tecnológico e a globalização financeira foram responsáveis por intensas mudanças nos processos produtivos baseadas na revolução tecnológica que se difundia rapidamente, mas de forma desigual (CASSIOLATO *El al* 1998).

Tal fato deve-se, principalmente, por conta de um grau satisfatório de educação e de capacitação dos trabalhadores exigido pelo novo paradigma tecno-econômico das tecnologias de informação e comunicação que fazem parte da nova era do conhecimento. Além disso, a proximidade entre sistema de desenvolvimento científico e tecnológico, sistema

produtivo e sistema bancário-financeiro também são exigências que atendem o novo paradigma tecno-econômico (CASSIOLATO; LASTRES, 2001).

No tocante ao desenvolvimento científico e tecnológico, é importante destacar o papel das universidades como fonte de informação para as atividades inovativas das empresas em virtude de sua atuação como formadoras de cientistas e engenheiros e sob a condição de fonte de conhecimento científico e de pesquisas que fornecem técnicas úteis para o desenvolvimento tecnológico industrial. No entanto, a intensidade da contribuição das universidades no processo de inovação varia de acordo com a estrutura do ambiente da qual faz parte envolvendo nisso a base industrial de uma região ou país e os incentivos e fundos públicos disponibilizados para a pesquisa científica (ALBUQUERQUE, 2005).

Dessa forma, de acordo com Cassiolato *et al* (1998), o novo paradigma implicou na substituição paulatina de tecnologias intensivas em capital e energia e de produção estandardizada e de massa por tecnologias intensivas em informação de forma a criar uma nova dinâmica tecnológica e econômica tecnológica, onde o conhecimento tornou-se fundamental para a competitividade das empresas. Além disso, novas formas de organização e interação entre as empresas e entre estas e outras instituições passaram a configurar rápidas mudanças nas estruturas de pesquisa, produção e comercialização.

Sob tal aspecto, o desenvolvimento e difusão das tecnologias de informação e comunicação além de integrar diversas funções dentro do processo produtivo também são responsáveis pelo estabelecimento de novas relações entre as instituições. Tais relações outrora totalmente verticais dão espaço às relações horizontais que se apresentam como uma tendência em direção às “redes” de fornecedores, com a participação, inclusive de muitas pequenas empresas (CASSIOLATO, 1999).

Sendo assim, ao analisar o novo ambiente tecnológico que prevalece na era do conhecimento, Cassiolato (1999) afirma que a diversidade e a intensidade presentes no processo de mutação tecnológica em curso ocorrem em todo setor industrial, na maior parte das atividades e tecnologias envolvidas e está centrada nos processos produtivos, à medida que aumenta a produtividade; bem como se reflete nos produtos através da diminuição do tempo entre grandes descontinuidades tecnológicas, redução do ciclo de vida de novos produtos, e ampliação da diversidade de pequenas diferenciações de produtos, de forma a reforçar a eficiência dos produtos.

#### **1.4 Inovação, Aprendizagem e Cooperação nos APLs**

Em termos de competitividade e de desenvolvimento, para entender o atual processo de globalização é necessário compreender dois fatores principais, a inovação e o conhecimento. Assim, num ambiente de crescente competição internacional e premente necessidade de introduzir os avanços das novas tecnologias nos processos produtivos, as empresas procuram centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa a fim de conquistarem maior competitividade no mercado.

De acordo com Diniz *et al* (2006), à medida que o planejamento regional passa a ter como foco a localidade, a criação de vantagens comparativas desta localidade está relacionada à sua capacidade de aprendizado e inovação. Sob tal aspecto, vale lembrar que a capacidade de atração de cada região passa a depender cada vez mais do conjunto de elementos locais, naturais, econômicos, sociais, culturais, políticos, complementares ou sistêmicos

Assim, diante do novo paradigma tecno-econômico, o conhecimento e o aprendizado constituem os recursos e as formas mais importantes para a inovação e a competição, capaz de criar as tais vantagens comparativas na localidade. Para tanto, embora o conhecimento e a aprendizagem sejam tidos como recursos fundamentais, os recursos naturais de cada localidade não devem ser desprezados para a criação destas vantagens.

Na visão evolucionista de Cassiolato e Lastres (2003), sobre inovação e mudança tecnológica, inovação e conhecimento são considerados elementos centrais da dinâmica e do crescimento, em que tal dinâmica deve ser entendida a partir da idéia de competitividade inovativa das empresas e instituições locais, individual e coletivamente. Neste contexto, a inovação e o conhecimento enquanto processos de interação sofrem influências de contextos econômicos, sociais, institucionais e políticos. Apesar da importância das informações e do conhecimento de forma codificado, o sucesso da inovação também leva em consideração o conhecimento tácito.

A partir da premissa de que a inovação constitui-se o motor do desenvolvimento econômico, a inovação deve ser considerada um processo que resulta da combinação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada que podem resultar da interação entre institutos de pesquisa e entre as firmas envolvidas no processo de conhecimento proveniente do meio no qual estão inseridas.



Assim, atendidas tais exigências pode-se dizer que a difusão do novo paradigma permite o desenvolvimento de novas práticas de produção, comercialização e consumo de variados bens e serviços de cooperação e competição entre os agentes de circulação e valorização do capital (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Sob essa perspectiva de inovação no desenvolvimento econômico, cria-se um ambiente de integração de mercado que, por sua vez, dá origem a uma nova roupagem para a competição, à medida que esta passa a ser baseada em capacidade inovativa e em alta qualificação que resulta em produtos de boa qualidade. Neste sentido, diante de um mercado, cada vez mais, competitivo as firmas que adquirem condições favoráveis de ser manterem competitivas no mercado através da inovação, seja de produto ou de processo, adquirem vantagens por conta da redução de custo e passam a competir não mais nos preços, mas na diferenciação e qualidade de produtos (DINIZ, 2001).

Dentro desse aspecto, os processos de dinâmica inovativa, cooperação e aprendizagem coletiva contribuem favoravelmente de forma fundamental para enfrentar novos desafios impostos pela chamada era do conhecimento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Logo, inovação, aprendizado e cooperação são considerados fatores de competitividade e elementos estratégicos para a sobrevivência das empresas e até a penetração das mesmas em novos mercados.

Diante desse contexto, Cassiolato e Lastres (2001) reforçam que a atual fase do capitalismo caracteriza-se por um momento no qual a concorrência está cada vez mais baseada em conhecimento e na organização dos processos de aprendizado. Destarte, a inovação e o conhecimento são considerados elementos centrais da dinâmica e do crescimento das nações, regiões, setores, organizações e instituições. Assim, em busca de competitividade as empresas centram suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa, a fim de introduzirem os avanços das tecnologias de informação e comunicação.

Ao levar em conta a literatura acerca da inovação, esta corresponde a um processo de aprendizagem coletiva num determinado contexto territorial que envolve um conhecimento específico à determinada localidade. Tal conhecimento é denominado conhecimento tácito, aquele não codificado, o qual somente pode ser adquirido ou transferido por meio da aprendizagem coletiva, localizada e enraizada em organizações e ambientes específicos, à medida que, haja o contato *face to face* e mobilidade social a partir da interação entre os indivíduos envolvidos no processo (SILVA, 2007).

Feitosa (2007) considera que a inovação além de estar relacionada às mudanças tecnológicas utilizadas por uma empresa ou setor, também incluem mudanças organizacionais, relacionadas às formas de organização e gestão de produção. Logo, a inovação concerne a um processo interativo, realizado com a contribuição de vários agentes sócio-econômicos que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos.

É interessante observar que a importância da inovação no desenvolvimento local é dada a partir do momento em que se leva em consideração o ambiente social onde acontecem as inovações, de forma que a idéia de inovação pressuponha a combinação entre pesquisa e desenvolvimento e sua interação com as condições econômicas presentes em cada espaço, através da interação inter-firmas e o ambiente no qual estão inseridas, não apenas considerando a inovação como fruto de pesquisas básicas e aplicadas a partir de testes de laboratórios e levadas ao mercado para posterior difusão.

Nessa perspectiva, Diniz *et al.*, (2006) considera os APLs como forma e instrumento de promoção de inovação e desenvolvimento regional, levando em conta as relações inter-firmas no ambiente localizado, uma vez que tal forma de organização da produção no espaço tem auxiliado as empresas, principalmente, as MPMEs a superarem barreiras ao seu crescimento. Diante do aspecto, a cooperação local passa a funcionar como determinante-chave na capacidade local de competição, à medida que o compartilhamento do mesmo ambiente institucional e cultural gera uma atmosfera de relações sociais e um conjunto de conhecimentos tácitos que não podem ser transferidos por códigos formais.

De tal maneira, pode-se dizer que na tentativa coletiva de melhorar a qualidade de produtos e processos, de ocupar segmentos de mercado mais lucrativos, de coordenar ações e de realizar a solução de problemas conjunturais, a cooperação é de fundamental importância, uma vez que, possibilita a criação de um espaço de aprendizagem coletiva. Entretanto, a pouca proximidade física entre as firmas abre espaço para o predomínio da competição predatória através do baixo nível de confiança entre os agentes e informações pouco compartilhadas, fazendo com que as formas de coordenação e o estabelecimento de redes e ligações interfirmas tenham pouca evolução e, por conseguinte, comprometem o aprendizado coletivo (DINIZ *et al.*, 2006).

Nesse sentido, Feitosa (2007) afirma que as localidades passam a desempenhar um papel fundamental para promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população por meio da exploração de suas competências (locais) e potencialidades específicas. Tal fato é considerado à medida que dentro da organização produtiva e da

inovação, o esforço e o sucesso da pesquisa, da ação institucional e do aprendizado ocorrem de forma coletiva, através da interação, cooperação e complementaridade imersas no ambiente cultural local.

Inovação constitui-se em um processo de busca e aprendizado, em que o tal processo além de depender de interações entre os agentes é determinado socialmente e fortemente influenciado por formatos institucionais e organizacionais específicos. Sendo assim, “a proximidade física, as aptidões comuns e a mesma identidade cultural de empreendedores e trabalhadores facilita o intercâmbio e a circulação de conhecimentos e idéias criando um ambiente propício à inovação” (FEITOSA, 2007, p.141).

A respeito da proximidade geográfica entre as empresas de arranjos produtivos locais, Puga (2003) acrescenta que essa proximidade contribui para o desenvolvimento tecnológico, para o estabelecimento de instituições de apoio e para o treinamento de mão-de-obra.

Em consonância com a assertiva acima, a proximidade geográfica possibilita a transmissão do conhecimento tácito e conseqüentemente a aprendizagem interativa; além disso, cria condições para o desenvolvimento de uma tecnologia regional a partir da observação e do surgimento de necessidades que possam atender o ambiente no qual se está inserido.

Visto que a emergência das tecnologias de comunicação e informação propiciou o desenvolvimento de novas formas de difusão de informação com grande rapidez e custos baixos, essas tecnologias representam um avanço importante para aquisição do conhecimento quanto à eficácia na difusão do conhecimento codificado, em que se faz necessário a existência de uma base local capacitada para utilizar esses conhecimentos.

Dessa forma, com a existência de uma base local capacitada, a capacidade de aprendizado e a interação entre empresas criam um ambiente propício para a difusão do conhecimento. Esta difusão, por sua vez, favorece a formação de sistemas produtivos com concentração geográfica, à medida que a existência de capacidades locais permite a interpretação do conhecimento codificado e a difusão do conhecimento tácito, via interação, e, por conseguinte, tornam a inovação de caráter localizado e restrito aos agentes envolvidos, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico da região (FEITOSA, 2007).

Dada a eficiência das tecnologias de informação e comunicação, visto que o conhecimento codificado é facilmente transferível enquanto o conhecimento tácito possui caráter localizado e específico podendo ser obtido apenas através da prática nos ambientes em

que se encontra, esse conhecimento de caráter localizado possui importância fundamental para o sucesso inovativo. Logo, apresenta-se sob a condição de estratégia embutida na região que pode criar vantagens comparativas em virtude de sua importância para a região e da dificuldade de ser transferido (CASSIOLATO; LASTRES, 2001b).

Considerando que o aprendizado depende de um conjunto de interações com várias fontes de conhecimento, de acordo com Melo e Hansen (2007), a educação e o treinamento são vitais para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem nas regiões.

Em reforço, Puga (2003) expõe que na busca pela competência e competitividade as empresas procuram se modernizar através de progressos técnicos e do aumento da produtividade (PUGA, 2003). Todavia, o acesso às novas tecnologias e aos sistemas avançados por si só não garantem a capacidade inovativa dos agentes favoráveis ao desenvolvimento econômico, pois não se pode esquecer que o conhecimento e o aprendizado são inerentes às pessoas. Por isso se faz necessário o investimento em capacitação e treinamento.

Embora a difusão das TIC's possibilite a articulação em tempo real, através de meios técnicos, de organizações, indivíduos e instâncias geograficamente distantes, em ressalva, a provisão, o acesso e o uso desigual dessas tecnologias ao invés de proporcionar um mundo sem fronteiras podem gerar novas desigualdades existentes entre indivíduos, empresas, regiões, países e blocos. O que leva os autores a acreditarem que além do problema da divisão digital (*digital divide*), a falta de acesso às novas tecnologias, a divisão do aprendizado e do desenvolvimento (*learning divide* e *development divide*), tornam a situação ainda mais grave por não haver disposição de conhecimentos suficientes para fazer uso das novas tecnologias e, assim, colocar em prática os conhecimentos adquiridos (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Considerando que a experiência de desenvolvimento econômico com foco em arranjos produtivos locais prioriza aspectos intangíveis do tipo capital social, conhecimento em P&D e aprendizagem, a base de recursos influencia proporcionalmente a possibilidade de acelerar o processo de inovação; por outro lado, quanto mais forte o potencial para inovação, maior a probabilidade de o sistema atrair e absorver pressões competitivas (CASSIOLATO, 1999).

Diante disso, o desenvolvimento econômico de uma comunidade varia conforme a formação de seu capital social. Tal fato deve-se ao conhecimento acumulado, suas

especificidades e às organizações sociais que ao se articularem privilegiam a cooperação de forma a aumentar seus níveis de competitividade (FEITOSA, 2007).

Visto que, nos APLs a existência de capital social nos arranjos é entendida como o grau de cooperação e confiança entre as empresas e instituições integrantes, bem como presença de redes de cooperação estimula a especialização e a subcontratação, permitindo assim a criação de ganhos de escala e contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos, para Melo e Hansen (2007. p.202-203), o capital social dos arranjos produtivos locais é “definido pelos compromissos sociais estabelecidos nessas interações sociais e que se manifestam nas redes de confiança que podem propiciar a disseminação de ações voltadas para a obtenção de uma eficiência coletiva”.

Sob tal aspecto, o desenvolvimento do capital social diz respeito a um componente importante para o sucesso dos arranjos, sobretudo, em relação à confiança entre as empresas e à realização de ações conjuntas. Destarte, a existência de interdependência entre as empresas faz-se relevante, pois se as empresas isoladamente forem incapazes de atender uma determinada oportunidade de negócio, certamente, elas recorrerão a outras empresas que possam unir seus trabalhos e atender àquela oportunidade. Vale frisar que a cooperação entre as empresas também pode ser estimulada por políticas públicas (PUGA, 2003).

No entanto, as vantagens do associativismo vão além dos ganhos advindos da especialização, uma vez que a cooperação tende a viabilizar a realização de determinados investimentos em capital fixo; contribui para a difusão de inovações; aumenta o poder de barganha com fornecedores; reduz custos relacionados à estocagem, comercialização e distribuição de mercadorias; permite o atendimento de grandes encomendas; e aumenta a influência política das empresas; além de minimizar problemas de assimetria de informação, facilitando assim o acesso ao crédito (PUGA, 2003).

De acordo com Feitosa (2007), a capacidade de aprendizado e a interação entre empresas criam um ambiente propício para a difusão do conhecimento, que por sua vez, promove a geração de redes de cooperação entre os atores e instituições, sendo considerado fundamental para a formação e fortalecimento do capital social.

Considerando que os processos de competitividade de aglomerações das MPE's requerem uma visão mais específica e qualificada do território, em relação ao processos que estimulam localmente o aprendizado e a acumulação de conhecimento, os objetivos de promover e gerar localmente tais processos tornam-se mais importantes que a simples aquisição de novos produtos através da importação (CASSIOLATO; LASTRES, 2003); ou

seja, competitivamente é mais vantajoso procurar entender o processo produtivo através da aquisição de conhecimento (codificado e tácito), desde que se tenha os recursos disponíveis.

Neste sentido, a proliferação de redes é considerada como a mais marcante inovação organizacional associada à difusão do novo paradigma em virtude da dependência que existe entre competitividade de empresas e outras organizações e a amplitude das redes em que participam tais empresas e organizações.

No tocante à proliferação de redes, Cassiolato *et al* (1998) discute que o estabelecimento de redes vem se consolidando de forma acentuada como parte do novo formato da organização industrial, sobretudo, por meio de estratégias atuais de grandes empresas confrontadas com a exigência de maior capacidade inovativa, especialização e flexibilidade produtiva. No caso de redes de fornecedores especializados, geralmente as pequenas firmas se concentram em torno de grandes empresas para o fornecimento de insumos ou componentes específicos, atuando em parceria para obtenção do produto de acordo com as especificidades desejadas.

Sendo assim, a dimensão institucional e regional torna-se elemento crucial do processo de capacitação produtiva e inovativa, bem como diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e formas de articulação entre agentes e de aprendizado interativo são reconhecidos como fundamentais na geração da difusão de conhecimento e particularmente aqueles tácitos. Para tanto, é necessário conhecer em profundidade as especificidades locais dos arranjos e junto a isso, conhecer também seu grau de importância e o papel que desempenham dentro das cadeias produtivas e setores no qual estão inseridos.

Visto que, as aglomerações surgem a partir de relações intensas entre as empresas locais, na tentativa de criar sinergias com destaque para o capital humano e a valorização dos novos fatores de produção (conhecimento e informação), o fortalecimento das competências locais, requer, fundamentalmente, a existência do capital social dentro dessas aglomerações. Logo, o fortalecimento dessas competências locais torna-se capaz de promover o desenvolvimento dos arranjos, uma vez que a cooperação e o grau de confiança, estabelecido entre as empresas, aumenta a competitividade de tais empresas; permitindo, assim, a criação de ganhos de escala e a melhoria na qualidade dos produtos, de forma a intensificar as chances de sobrevivência e o crescimento dos arranjos.

Sendo assim, considerando os enfoques do novo debate regional, em que o modelo de desenvolvimento endógeno parte da valorização das especificidades locais a partir de políticas públicas, a capacidade de atração de cada região passa a depender cada vez mais de

fatores locais, com o intuito de fortalecer e até incentivar o surgimento das novas formas de organização. Logo, estima-se que o caráter inovativo das firmas, por meio de processos coletivos de aprendizado que envolve a difusão do conhecimento e da informação, bem como a aquisição de novas tecnologias, permite que os arranjos se especializem, cada vez mais, naquilo que apresenta vantagens comparativas e torne-se ainda mais competitivo e dinâmico no mercado.

## **CAPÍTULO 2**

### **ESTRUTURA ECONÔMICA DE SERGIPE E AS POLÍTICAS DE APOIO AOS APLS**

---

O seguinte capítulo caracteriza o estado de Sergipe a partir do seu desempenho econômico nos últimos anos, com base na participação do referido estado na evolução do PIB; bem como através de suas principais atividades econômicas e sua relação com os arranjos produtivos locais identificados em Sergipe; Além disso, serão apresentadas também as principais políticas de apoio aos arranjos produtivos locais em prol do desenvolvimento regional; e por fim, será apresentada a participação de instituições de apoio presentes no estado e o papel que elas desempenham junto aos APLs.

#### **2.1 Caracterização da Economia Sergipana nos Anos Recentes**

##### **2.1.1 Desempenho Econômico**

O estado de Sergipe possui 21,9 mil km<sup>2</sup>, sendo, portanto em termos territoriais o menor estado da Federação Brasileira e está localizado na Região Nordeste, cujos limites alcançam ao sul e ao oeste, o estado da Bahia; ao norte, o estado de Alagoas com o qual tem sua fronteira demarcada pelo Rio São Francisco; e finalmente, ao leste, o Oceano Atlântico. Segundo a última contagem populacional de 2007 do IBGE, o estado de Sergipe, que apresenta em seu território 75 municípios, responde por aproximadamente 1,1% da população brasileira representados por uma população estimada de 1.939.426 habitantes. Em termos regionais, tal população responde por 3,9% da região Nordeste, dos quais 27,7%, ou 536.505, pessoas residem na zona rural.

A pecuária e agricultura de subsistência ganharam impulso no estado de Sergipe, a partir do século XX, com a crise da indústria açucareira. No início do século XX, Sergipe apresentou uma boa evolução pertinente a sua produção agrícola, em que as atividades de destaque foram a cultura do milho e farinha de mandioca. Quanto à pecuária, embora tenha sido a primeira atividade econômica de Sergipe, durante o século XIX, não foi suficiente para atender às necessidades de consumo interno, sendo caracterizado por um insuficiente desenvolvimento do criatório local. Todavia, a partir do século XX, por se tratar de uma atividade que exigia menor nível de investimento e por conta da incipiente urbanização do



estado, houve uma maior dedicação à atividade por parte de alguns antigos senhores de engenho (PASSOS SUBRINHO, 1987).

De acordo com Passos Subrinho (1987), nas primeiras décadas do século XX, a produção agrícola expandiu-se somente a partir da produção consorciada com algodão, ou ligada à conquista de novas terras para a pecuária, uma vez que, as condições estruturais do complexo econômico sergipano, bem como a situação do mercado nacional não favoreceram a consolidação de uma agricultura comercial de alimentos. Dentre as condições precárias desse complexo econômico, destacam-se os elevados custos de sistema de transportes, concorrência com fornecedores estrangeiros ou extra-regionais, instabilidade de oferta agrícola sergipana, ausência de canais de comercialização, etc. Por outro lado, a expansão da produção agropecuária propiciou o surgimento de atividades industriais, como por exemplo, o beneficiamento de arroz, fumo, curtumes, fábricas de óleo de coco, etc.

No tocante ao crescimento industrial de Sergipe, de uma maneira geral, a reduzida capacidade de acumulação de capital posicionou o estado numa situação desfavorável frente aos seus principais concorrentes. Essa reduzida capacidade de acumulação de capital originou-se por conta dos elevados custos de produção, principalmente transportes, e geração de energia própria necessários para o funcionamento da indústria.

Até a segunda metade do século XX a economia sergipana foi marcada pela estagnação econômica das culturas de cana e de algodão, das fábricas têxteis e das vilas operárias. No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, a implantação da produção de potássio, e de alguns derivados, através de investimentos estatais em grande volume iniciou outro ciclo de expansão urbana no estado (FALCÓN, 2003).

Assim, os primeiros surtos de modernização no estado de Sergipe foram promovidos, sobretudo, pelo Estado a partir da década de sessenta por meio de forças externas que se integraram na exploração de recursos naturais, entre elas a PETROBRÁS que ao descobrir petróleo e gás natural no território sergipano, mais propriamente em Carmópolis, inicia sua atuação produtiva no estado.

A industrialização focada no petróleo e no potássio gerou ao longo dos anos concentração de atividades, concentração de renda, e baixa capacidade de inovação. No entanto, o efeito mais grave dessa industrialização diz respeito à distorção nas relações intersetoriais da economia; já que não houve a formação de uma cadeia produtiva completa nos dois casos, cujos produtos da extração mineral são enviados para processamento em outros estados, onde ficam os pólos petroquímicos e cloroquímicos. Além disso, os serviços

que exigem mão-de-obra qualificada e um maior aporte de tecnologia também não são estabelecidos em Sergipe (FALCÓN, 2003).

Diante do novo ciclo, a estrutura da economia sergipana que até então era predominantemente ligada às atividades agropecuárias, sofreu mudanças que podem ser observadas por meio do setor secundário, vis-à-vis, sua performance de dinamismo notável. Uma vez que, tal dinamismo decorre do desenvolvimento de investimentos decisivos, viabilizados e implementados por forças externas àquelas consideradas integradas à economia genuinamente interna ao Estado sob algum controle político da sociedade sergipana, não sendo, portanto, consequência do desenvolvimento de atividades tradicionais (têxtil e alimentar). Desta forma, Silva (2001) acredita que a economia tradicional não se apresentava fortemente dinâmica e por outro lado, as expectativas de desenvolvimento, calcadas exageradamente nos motores apresentados pela nova indústria, poderiam se frustrar.

Considerando as limitações e o atraso da industrialização ocorrida em Sergipe, se por um lado os investimentos privados vindos de fora foram importantes para promover mudanças de ordem social e produtiva na economia sergipana, por outro lado, as empresas estatais federais foram responsáveis pelo extraordinário crescimento industrial de Sergipe nas três últimas décadas, sobretudo, por conta da aprovação de dois projetos relevantes no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), um relativo à produção de amônia e uréia e outro relativo a uma unidade destinada à produção de cloreto de potássio que ficaram sob a responsabilidade de duas grandes estatais que atuam no estado, a NITROFÉRTIL e a PETROMISA, atualmente conhecidas como FAFEN e VALE, respectivamente.

No período 1963-1988, foram aprovados na SUDENE oitenta e três projetos industriais para Sergipe dos quais 11 eram voltados para complementação de equipamentos, 18 para ampliação, 43 para implantação (dos quais 30 foram implantados) e 4 de reformulação técnica e financeira. Com a aprovação desses projetos, implanta-se na economia sergipana uma estrutura industrial mais diversificada, ainda que os setores tradicionais continuassem a manter o predomínio na indústria incentivada. A chamada indústria tradicional, de bens de consumo não duráveis, participava com 43 dos novos projetos e os setores mais novos, produtores de bens intermediários ou bens de capital, contavam com 35 projetos. Dentre as indústrias tradicionais destacaram-se o setor têxtil que aprovou 30 projetos, o de alimentos 9 projetos e o de vestuário e calçados, 5 projetos.

A partir do incremento desses investimentos públicos e com base no desenvolvimento de pequenas e médias empresas, bem como de alguns poucos

empreendimentos privados de vulto, como os de ramo da construção civil, de confecções e da indústria de cimento, no período de 1970/92, o estado de Sergipe obteve como resultado um extraordinário crescimento do PIB industrial; cujo setor secundário atingiu um percentual de 445,3%, em contraste com o setor agropecuário que, neste período, havia atingido um total de 119,2% do seu PIB industrial; enquanto isso, o setor terciário alcançou um excepcional de 324,5% (SILVA, 2001).

Considerando que a economia sergipana tenha alcançado bons resultados a partir da nova fase de industrialização em Sergipe, a significativa alteração de sua estrutura produtiva, com o predomínio quase absoluto do setor secundário representou um dos aspectos mais relevantes e revelador da dinâmica dessa economia durante sua fase inicial de industrialização. Tal fato pode ser observado através do salto dado na contribuição do PIB estatal que passou de 30,3% em 1970, para 47,4% em 1992; enquanto isso, o setor primário apresentava queda com uma variação de 16% para apenas 10% e, o setor terciário, teve sua participação reduzida de 53,7% para 42,6% (SILVA, 2001). A partir de meados dos anos 80 temos, então, que as atividades do setor terciário, crescentemente, passam a se tornar as de maior peso, seja em termos de geração de produto, seja em termos de criação de oportunidades de trabalho.

Desta forma, em termos relativos, a economia sergipana conseguiu crescer a taxas excepcionalmente elevadas, com seu PIB atingindo o incremento médio anual de 296,8% no período de 1970/92, que resultou no crescimento médio anual de 6,73%. Entretanto, segundo Falcón (2003), apesar dos investimentos estatais injetados na economia sergipana, no final do século XX, sua posição era pouco confortável em relação aos novos padrões competitivos estabelecidos mundialmente. Pois, embora tenha apresentado taxas de crescimento no fim dos anos 1990, a economia sergipana começava a enfrentar problemas de concentração de atividades, de concentração de renda, e de baixa capacidade de inovação.

O agravamento da crise fiscal e financeira do estado brasileiro no final dos anos 80 e a mudança de compreensão do seu papel no desenvolvimento notadamente a partir da década de 90 foram os principais determinantes do esgotamento da desconcentração regional da atividade produtiva. Com o estancamento dos investimentos públicos e privados, cessa a implantação, ampliação ou diversificação de novos complexos produtivos que marcaram a fase de expansão regional anterior. A taxa de crescimento da economia sergipana que havia sido de 10,2% na década de 1970, desacelerou para 5,5% na década de 1980 e 3,1% na década de 1990.

Nos anos mais recentes, acompanhando o crescimento da economia nacional, Sergipe voltou a apresentar taxas expressivas de crescimento. Novos empreendimentos, incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que ganhou certo impulso a partir de 1996, foram importantes para dinamizar a economia estadual. A entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Xingó, no final dos anos noventa, e a recuperação do valor de produção da atividade extrativa mineral já na década atual concorreram para a recuperação da atividade industrial.

Em ressalva, Silva (2001) lembra que diante desse crescimento a tendência da economia nacional levava a economia sergipana também a se desenvolver de forma excludente, pois à medida que crescia, diversificava-se e também marginalizava parcelas significativas de sua população de forma sócio-econômica.

A respeito da modernização excludente na agricultura, Lopes (2001) indaga que:

[...] a agricultura sergipana reflete em maior ou menor grau os impactos causados por um estilo de modernização agrícola excludente, parcial e concentrador de renda, que deu configuração a uma paisagem rural marcada ao mesmo tempo por uma diversidade muito grande de cultivos, categorias de produtores e padrões tecnológicos, além de graves problemas sociais.

Na tentativa de atenuar as marcas do modelo de desenvolvimento agrícola adotado nas últimas duas décadas, Lopes (2001) explicita alternativas como a diversificação de cultivos (policultura), com ênfase na produção de alimentos e tendo como base as pequenas propriedades agrícolas e a agricultura familiar. De forma que, estas alternativas ocupem lugar de destaque nas discussões que se venham a fazer sobre a recuperação do dinamismo do setor agrícola estadual, em novas bases, sem o desemprego avassalador, a concentração de renda e a utilização predatória e irracional dos recursos naturais.

### **2.1.2 Estrutura Produtiva**

Em termos de atividade econômica, uma das principais características de Sergipe concerne a sua riqueza mínero-química que proporciona ao estado a extração de riquezas minerais como o petróleo e gás natural, além de outros minérios como silvinita e carnalita. Outra marca importante do estado sergipano diz respeito ao fato de ser o maior produtor de cimento do nordeste, e o quinto maior produtor do Brasil, uma vez que possui importantes jazidas de calcário como fonte de recursos naturais encontradas no estado.

Além disso, é o segundo maior produtor de laranja do país, conta com uma pecuária leiteira expressiva e tem investido nos últimos anos em projetos de irrigação de hortaliças, rizicultura e frutas tropicais, além dos cultivos tradicionais, como feijão, mandioca e milho, essa última com crescimento expressivo nos últimos anos.

A concentração das atividades ligadas à agricultura apresenta-se da seguinte forma, na faixa litorânea predomínio da cultura do coco; a rizicultura ainda continua a ocupar as áreas que margeiam o rio São Francisco, embora tenha sofrido algumas transformações profundas em sua base técnica e nas relações de trabalho a partir da intervenção da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) na região; a cana-de-açúcar além de manter sua área de cultivo, Vale do Cotinguiba, também avançou em direção aos “tabuleiros” ao norte do estado; nas regiões Agreste e Centro-Sul sergipana, destacam-se as culturas de laranja, maracujá, fumo, milho, feijão, algodão e hortaliças, e a criação de gado (corte e leite), ovinos e caprinos com a presença de cuidados com a melhoria nos rebanhos; já no rebanho de bonivocultura encontrado na região do semi-árido, não há forte presença de animais de boa linhagem e a criação é feita de forma extensiva, à solta, sem maiores cuidados (LOPES, 2001).

A agroindústria de cítricos concentra-se, no sul do estado, a cana-de-açúcar na faixa costeira norte, os coqueirais e os perímetros irrigados de fruticultura são as áreas agrícolas mais importantes economicamente. Ainda no setor agrícola, ao lado das tradicionais culturas temporárias e da pecuária, o estado apresenta potencial de desenvolvimento da agricultura irrigada, a partir do suprimento de grandes canais de irrigação.

Sergipe conta também com um parque produtivo relativamente diversificado em que se destacam os segmentos de alimentos e bebidas; têxtil, calçados e confecções; agronegócios (com destaque para laranja, cana-de-açúcar e fruticultura irrigada) e o turismo. Em relação às atividades emergentes destacam-se a aquíicultura (peixe, camarão e ostras); ovinocaprinocultura e apicultura.

O desenvolvimento do ensino superior e a formação de emergente Sistema Local de Inovação têm despertado a atenção para atividades mais intensivas em conhecimento e informação, como as da saúde e das tecnologias da informação e da comunicação.

No tocante ao setor secundário sergipano, este ainda que relativamente concentrado na Grande Aracaju, onde se localiza um parque industrial relativamente diversificado, espalha-se em direção a pólos no interior do estado como o de Estância, Itaporanga, Itabaianinha, Itabaiana, Lagarto, Propriá e Nossa Senhora da Glória.

Comparativamente à média dos estados nordestinos, o peso do setor industrial na formação do PIB é significativamente mais elevado em Sergipe, em grande parte por conta da presença da extração de petróleo e da geração de energia hidroelétrica.

Os gêneros de maior peso no valor da transformação industrial, nos anos recentes, têm sido a indústria de produtos alimentícios e bebidas, a indústria de minerais não metálicos (com destaque para a fabricação de cimento), a indústria química, a têxtil, os produtos metalúrgicos e, mais recentemente, a indústria mecânica (fabricação de máquinas e equipamentos) (CEPLAN, 2005).

A construção civil encontra-se em expansão de forma consolidada no estado e responde por um contingente de emprego próximo ao montante da indústria de transformação. Tal segmento desenvolveu expertise no segmento habitacional, contando com empresas competitivas no mercado nacional.

O setor terciário tem apresentado um papel crucial na geração de postos de trabalho, respondendo em 2006 por 63,8% do PIB estadual e 60% da população ocupada. O crescimento do segmento tem o seu desenvolvimento associado, em grande parte, à forte expansão urbana da Grande Aracaju. Particularmente, o setor de serviços tem conhecido intenso crescimento, principalmente aqueles vinculados ao turismo, ensino, saúde e serviços especializados voltados ao atendimento da demanda empresarial local e regional.

Desde o início dos anos 1980, a economia sergipana apresentou, em média, taxas de crescimento do produto interno acima das médias regional e nacional. Perdeu a pujança nos anos de recessão da economia brasileira nos anos 1990, porém, nos últimos anos vem apresentando tendência de retomada do crescimento.

Conforme Tabela 01, em termos de Valor Adicionado Bruto ao comparar Sergipe com as contas nacionais, verificou-se que em Sergipe o setor secundário apresentou-se de forma mais expressiva com participação de 30,57%, comparativamente, do que no país como um todo cuja participação do referido setor foi de apenas 19,36%. Tal expressividade no estado sergipano deve-se por conta de suas riquezas naturais que favorecem a extração de petróleo e gás natural. Além disso, o desempenho destacado do setor industrial sergipano frente ao nacional também se deve à produção de energia hidroelétrica, sobretudo, por conta da hidroelétrica de Xingó.

**Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos por Setor Econômico, Brasil e Sergipe - 2007.**

<b>SETOR</b>	<b>BRAZIL</b>	<b>%</b>	<b>SERGIPE</b>	<b>%</b>
Agricultura	R\$ 127.204,90	5,56	R\$ 700,76	4,62
Indústria	R\$ 636.253,31	19,38	R\$ 4.636,86	30,57
Serviços	R\$ 1.524.399,79	75,06	R\$ 9.830,38	64,88
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.287.858,00</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 15.168,00</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE/Contas Regionais, Elaboração própria.

De acordo com as contas regionais do IBGE, a região Nordeste apresentou avanço na participação da riqueza nacional entre os anos de 1995 e 2007, passando de 12% para 13,1%. A contribuição do estado de Sergipe neste resultado seguiu da seguinte maneira, em 1995 sua participação no PIB era de 0,5%, em 2002 passou para 0,6%, e em 2007 conseguiu manter os mesmos 0,6% de contribuição do PIB nacional, com uma variação anual de 6,2% representados por 16,8 milhões, conforme dados do IBGE.

Considerando que o Valor Adicionado Bruto – VBA é pertinente à contribuição das atividades econômicas de cada estado na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país, em relação ao perfil produtivo da economia sergipana, conforme Tabela 01, em 2007 o setor agropecuário respondia por 4,6% do VBA sergipano; enquanto que o setor industrial respondia por 30,6% do VBA da economia sergipana; já o setor terciário, líder na participação de riquezas do estado, representava 64,8%, dos quais 24,5% deste total são representados pelos serviços da Administração Pública, a esse respeito vale ressaltar que no Brasil, como um todo, o peso da administração vem crescendo continuamente, ao passo que se observa que em 2004 representou 12,6%, em 2005, 12,9%, em 2006, 13,1% e em 2007, 13,3%, conforme dados do IBGE.

De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal - PAM, no estado de Sergipe, dentre as culturas de lavoura temporária, ou seja, culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessita de novo plantio para produzir, o valor da produção obtida no cultivo do milho é de R\$ 91.687,00 mil. Por meio da tabela 02 nota-se também que embora tal valor seja bem expressivo o cultivo do milho não apresentou rendimento médio significativo no referido período. Em justificativa para o bom desempenho da cultura, vale lembrar que o desenvolvimento de tal cultura tanto é favorecido pelo clima da região bem como pelo fato de haver, nos últimos anos, um aumento da demanda internacional. Esse aumento resultou da decisão dos Estados Unidos, maior

exportador de grãos do mundo, em destinar grande parte da produção de milho para a fabricação de etanol gerando assim escassez do produto no mercado, elevação do preço e, por conseguinte, aumento da demanda internacional.

Já em relação aos produtos pertinente à cultura permanente, com base na Tabela 02 é possível perceber que a cultura de maior destaque é o cultivo da laranja ao atingir um valor de R\$ 147.052,00 mil, com participação de 25% no total da produção de produtos agrícolas no estado de Sergipe para o período em questão. Para obtenção dos resultados, a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM considera lavouras de cultura permanentes àquelas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio.

De forma geral, de acordo com o valor da produção as principais culturas de cultivo pesquisadas pela Pesquisa Agrícola Municipal – PAM no estado de Sergipe em 2007 foram: o cultivo da laranja (25%), o cultivo do milho (15%), o da cana-de-açúcar (14%), o do coco-da-baía (13%) e o cultivo da mandioca (12%), segundos dados do IBGE para o período em questão.

**Tabela 2 - Valor da Produção, Rendimento Médio, área plantada e área colhida de acordo com os principais produtos agrícolas cultivados em Sergipe – 2007**

PRINCIPAIS PRODUTOS		Valor da Produção (1000 R\$)	Participação no Valor da Produção (%)	Rendimento Médio (kg/ha)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)
Lavoura Temporária	Milho (em grão)	91.687	15,28	1605	156412	147712
	Cana-de-açúcar	83.984	14,00	62.201	38.616	38.616
	Mandioca	72.492	12,08	14.772	33.727	33.727
	Feijão (em grão)	36.480	6,08	548	45.392	40.792
	Arroz (em casca)	24.723	4,12	4.627	11.510	11.510
Lavoura Permanente	Laranja	147.052	24,51	13.824	55.272	55.272
	Coco-da-baía	80.554	13,43	3.193	40.537	40.537
	Banana (cacho)	29.523	4,92	15.212	4.221	4.221
	Maracujá	20.271	3,38	9.597	4.666	4.666
	Manga	13.104	2,18	22.269	1.243	1.243

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal – PAM/ IBGE, 2007. Elaboração do autor.

Em termos de atividade econômica, a indústria de transformação apresenta maior representatividade no PIB sergipano, com 9,72% de geração de riqueza. No entanto, em comparação com as contas nacionais, a maior expressividade do setor industrial dá-se por conta da indústria extrativa mineral que em 2007 respondia por 6,2% do PIB sergipano frente



a 2,4% da economia brasileira. Em destaque também se tem a participação do setor de produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, representando 8,1% da riqueza gerada em Sergipe e por 3,6%, em média, na economia nacional. (MELO, 2010).

Segundo a Pesquisa Industrial Anual – PIA do IBGE para o ano de 2007, em termos de valor da transformação industrial, conforme Tabela 03, dentro da indústria de transformação as principais atividades no estado de Sergipe dizem respeito ao setor de alimentos e bebidas com participação de aproximadamente 33%, em seguida o setor de minerais não-metálicos (19%), o de produtos químicos (15%) e o setor de produtos têxteis (11%). Dentre o grupo principais atividades que compõem a indústria de transformação no estado, destacam-se também os setores de calçados e couros (6%), máquinas e equipamentos (4%) e metalurgia (3%). Por fim, com uma representatividade conjunta de aproximadamente 7% do VTI no estado para o período em questão destacam-se ainda os setores de vestuário, Plástico e borracha, edição e gráfica, e móveis.

**Tabela 3 - Principais atividades econômicas de Sergipe de acordo com o Valor da Transformação Industrial, Estabelecimento e Pessoal Ocupado - 2007**

PRINCIPAIS ATIVIDADES	Valor da Transformação Industrial		Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	(1000 R\$)	%	Unid.	%	Unid.	%
<b>Ind. de transformação</b>	<b>1.668.370</b>	<b>100,00</b>	<b>831</b>	<b>100,00</b>	<b>33.374</b>	<b>100,00</b>
Alimentos e bebidas	550.214	32,98	238	28,64	9.074	27,19
Minerais não-metálicos	321.049	19,24	126	15,16	4.170	12,49
Produtos químicos	256.402	15,37	49	5,90	1.963	5,88
Produtos têxteis	188.324	11,29	44	5,29	4.367	13,09
Calçados e couros	96.276	5,77	16	1,93	3.093	9,27
Máq. e equipamentos	68.180	4,09	22	2,65	1.982	5,94
Metalurgia	49.069	2,94	53	6,38	876	2,62
Vestuário	23.972	1,44	64	7,70	2.222	6,66
Plástico e Borracha	22.715	1,36	24	2,89	1.014	3,04
Edição e Gráfica	20.447	1,23	46	5,54	802	2,40
Móveis	17.646	1,06	65	7,82	1.209	3,62
outros	54.073	3,24	84	10,11	2.602	7,80
<b>Indústrias extrativas</b>	<b>1.186.231</b>	<b>100,00</b>	<b>24</b>	<b>100,00</b>	<b>3.723</b>	<b>100,00</b>
Petróleo e serv. relacionados	1.176.407	99,17	11	45,83	3.480	93,47
Minerais não-metálicos	9.824	0,83	13	54,17	243	6,53

Fonte: Pesquisa Industrial Anual – PIA/IBGE, 2007, elaborada pelo autor.

Ainda conforme os dados expostos na tabela acima, em termos de ocupação de pessoal é possível que tanto em termos de ocupação de pessoal quanto em termos de número de estabelecimentos a atividades relacionadas ao setor de bebidas e alimentos apresenta liderança no estado de Sergipe à medida que é responsável por 27% do emprego em Sergipe. Vale lembrar que a indústria de alimentos e bebidas envolve várias atividades que vão desde a fabricação de cerveja à produção de açúcar, sucos de laranja, biscoitos e massas, beneficiamento do leite, pimentas e chás entre outros produtos. Na sequência, as atividades ligadas à indústria têxtil ocupam a segunda posição e representam cerca de 13% do emprego em Sergipe; enquanto que as atividades pertinentes à fabricação de minerais não-metálicos, cujo grande destaque é a fabricação de cimento, responde por 12,5% do emprego em Sergipe.

É interessante destacar que mesmo nos momentos em que a economia nacional apresentava oscilações, a economia sergipana vem apresentando desempenho razoável, sobretudo, por conta do setor industrial com destaque para as atividades extrativas (mineral e de transformação), cuja indústria extrativa foi responsável por R\$ 1.186.231,00 milhão do Valor da Transformação Industrial no estado, durante o ano de 2007, conforme os dados da PIA/IBGE.

## **2.2 Os principais Arranjos Produtivos Locais no Estado de Sergipe**

O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe apontou, inicialmente, a existência de 17 APLs, sendo, 10 prioritários (indicados ao MDIC) e o restante apoiado apenas pelas instituições locais. O levantamento realizado pelo presente estudo apontou mais 20 arranjos que ainda não tinham sido identificados. Dentre os 37 APLs verifica-se que, apesar de todos serem importantes para geração de emprego e renda, apenas algumas atividades têm maior relevância para o desenvolvimento econômico de Sergipe.

No setor industrial merecem destaque as atividades relacionadas ao APL de Petróleo e Gás, pois esta atividade respondeu sozinha por mais de 7% de toda a riqueza produzida no estado e mais de 44% do valor de transformação industrial do estado de Sergipe, em 2006.

No que diz respeito à produção de fertilizantes, haja vista, o estado tem potencial tanto para a extração de matéria-prima quanto para a composição de formulações que são diretamente aplicadas na atividade agrícola. Sergipe conta com a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras em Sergipe (FAFEN/SE) na sua base industrial. Estima-se que a

FAFEN/SE produza 1.800 toneladas de uréia por dia, ficando a produção anual por volta de 650 mil toneladas. A FAFEN/SE é responsável ainda por uma produção de 1.250 toneladas de amônia por ano.

As atividades relacionadas ao APL de Confecções e Bordados também são muito importantes para a economia estadual, o que pode ser visto pelo fato de responder por mais de 7% do valor da transformação industrial no ano de 2006.

Outro arranjo produtivo relevante é o de artefatos de metal, pois as atividades relacionadas a este respondiam, em 2006, por 3,5% do valor de transformação industrial sergipano.

No setor agropecuário, destacam-se os APLs Pecuária de Leite, Bovinocultura de Corte, Citricultura, Fruticultura e Piscicultura. Para se ter uma idéia da importância desses APLs no estado, é importante destacar que as atividades relacionadas à pecuária empregaram formalmente, em 2008, mais 3.700 pessoas no estado de Sergipe, representando quase 30% do emprego formal no setor agropecuário sergipano.

Em 2006, a produção leiteira sergipana foi de aproximadamente R\$ 242 milhões de litros, apresentando possibilidades de crescimento, caso haja um aumento da demanda suficiente para assegurar a produção do pequeno produtor familiar. A partir da implantação de empreendimento com capacidade de processar um grande volume de leite, é possível fomentar um crescimento significativo da produção de leite e derivados do estado, principalmente no território do Alto Sertão Sergipano.

Os APLs de fruticultura e em especial de citricultura demonstram sua pujança através das áreas destinadas à sua plantação, pois possuíam juntas, em 2007, mais 108 mil hectares representando quase 27% de toda a área plantada de Sergipe.

Haja vista, Sergipe é produtor de diversas frutas, mas um dos maiores destaques da fruticultura sergipana é a citricultura. Em 2006, o estado apresentava a terceira maior produção de laranja, sendo que, embora a produção total de laranja no país tenha sofrido redução de 3,5% em 2007, Sergipe ocupou a terceira posição representando 4,08% da produção total do país, ficando atrás somente da Bahia com 4,97% e de São Paulo com 79,8% em termos de quantidade produzida; em 2008, manteve-se na terceira posição com 4,16% da quantidade total produzida no país. Já em relação à produção de limão, Sergipe representava a sétima maior produção do Brasil, sendo o Sul Sergipano o maior responsável por essas produções. No entanto, em 2007 avança para a sexta posição, ocupando assim a posição antes ocupada pelo estado do Espírito Santo.

De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, em 2006, o estado ocupava, no ranking nacional de produção de outras culturas, as seguintes posições: coco-da-baía (6ª), maracujá (6ª), manga (7ª) e mamão (8ª).

No estado, de acordo com a SEDETEC (2008), a piscicultura vem sendo apoiada, pela CODEVASF através da disseminação de tanques-rede, viveiros escavados e em canais de irrigação. Incentiva-se também a implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado e o suporte técnico aos empreendimentos voltados à aqüicultura. O Programa de Revitalização da Aqüicultura no Baixo São Francisco apóia projetos de piscicultura e carcinicultura.

A tabela 04 apresenta a importância dos APLs já estudados pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais, através do volume de produção estimada para as atividades relacionadas aos arranjos envolvidos.

**Tabela 4 - Sergipe - APLs Identificados e Volume de Produção Estimada**

<b>Tipo</b>	<b>APLs</b>	<b>Território</b>	<b>Volume de Produção Estimada</b>
<b>Prioritários</b>	<b>Pecuária de Leite</b>	Alto Sertão	250.000 litros/dia
	<b>Confecções</b>	Centro Sul e Sul	15.300.000 peças/ano
		Baixo São Francisco	
		Médio Sertão	
		Alto Sertão	
	<b>Piscicultura</b>	Baixo São Francisco	2.130 toneladas/ano
		Leste Sergipano	
		Alto Sertão	
	<b>Ovinocaprinocultura</b>	Médio Sertão	114.608 cabeças/ano
		Centro-Sul	
		Alto Sertão	
	<b>Fruticultura</b>	Agreste Central	120.000 toneladas/ano
		Alto Sertão	
	<b>Apicultura</b>	Baixo São Francisco	60 toneladas/ano
		Alto Sertão	
		Grande Aracaju	
<b>Mandioca</b>	Leste Sergipano	42.000 toneladas/ano	
	Centro-Sul		
<b>Tecnologia da Informação</b>	Agreste Central	-	
	Grande Aracaju		
<b>Cerâmica Vermelha</b>	Baixo São Francisco	360.000.000 peças/ano	
	Sul Sergipano		
	Agreste Central		
<b>Petróleo e Gás</b>	Grande Aracaju, Leste e Sul sergipano.	-	
<b>Outros APLs Identificados</b>	<b>Artesanato de Cerâmica</b>	Baixo São Francisco	50.000 peças/ano
	<b>Artefatos de Madeiras e Móveis</b>	Grande Aracaju	-
		Centro Sul	
	<b>Carroceria</b>	Agreste Central	-
	<b>Rizicultura</b>	Baixo São Francisco	52.249 toneladas/ano
	<b>Citricultura</b>	Sul Sergipano	700.000 toneladas/ano
		Grande Aracaju	
	<b>Carcinicultura</b>	Baixo São Francisco	2.570 toneladas
Sul Sergipano			
<b>Saúde</b>	Grande Aracaju	-	

Fonte: APL-SE/SEDETEC, 2008. Elaboração própria.

### **2.3 Arranjos Produtivos Locais como Instrumento de Desenvolvimento Local no Estado de Sergipe**

Assim como ocorre em outros estados do País, no estado de Sergipe os APLs são vistos pelo atual governo como uma estratégia de política setorial focada nas atividades produtivas de vocação territorial/local. Neste sentido, a partir da visão de que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social, a estratégia de política estadual de apoio voltada para APLs visa melhorar as condições locais para o crescimento das empresas; incentivar e interiorizar os investimentos, desenvolvimento tecnológico, aumento das exportações e, sobretudo, aumentar o emprego e a renda local e territorial.

Considerando que o termo cooperação é uma das principais características dos APLs e sua existência é de relevante importância para o sucesso dos arranjos, por meio dela é possível realizar a transmissão do conhecimento tácito, uma vez que, a troca de experiência certamente envolve novos conhecimentos. Dessa forma, o compartilhamento destes conhecimentos deve agir em favor do bem comum de todos. Sob tal aspecto, novas parcerias vêm se constituindo com a atuação da política de APLs, em que as instituições procuram interagir com outras instituições que possam atuar de forma complementar naquilo que é de sua competência.

Nesse sentido, o BNB que, atua na área de financiamento, estabelece parcerias com EMBRAPA, ENDAGRO, SEBRAE, SENAC, universidade e o governo do estado através de suas secretarias, para atuarem, cada um a sua maneira e com sua especificidade, no desenvolvimento de pesquisas, elaboração de projetos, capacitação e treinamento dos APLs apoiados pelo banco. Vale lembrar que as parcerias estabelecidas entre as instituições existem de acordo com suas competências e área de atuação que em geral dizem respeito às parcerias no desenvolvimento de ações, disponibilização de recursos, criação de projetos, capacitação e treinamento.

Sendo assim, a cooperação faz-se necessária para o sucesso do APL com sustentabilidade, uma vez que, a existência da mesma possibilita o alcance dos objetivos voltados para os arranjos, entre eles, redução de custo, melhoria na qualidade dos produtos, aumenta da produtividade etc.

Em relação aos desafios enfrentados pelas instituições no apoio ao APLs, os principais fatores concernem à questão cultural, cujas principais dificuldades manifestam-se da seguinte forma, as pessoas apresentam forte resistência em acreditar que o trabalho em

conjunto ganha força e em romper com a cultura da economia de subsistência; a identificação de líderes dentro dos APLs para atuarem na condição de agente fomentador dentro dos APLs e desenvolver a troca de experiências; pouca integração entre as instituições nas ações e compromisso dos envolvidos nos APLs; reduzido quadro técnico de agentes em relação à dimensão de atividades a serem realizadas; forte dependência dos APLs para com as instituições de apoio o que compromete a aquisição de governança própria desses APLs; limitação de recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisa científica; operacionalização e qualificação de mão-de-obra; descontinuidade de projetos pós-aquisição dos recursos, já que não há organização suficiente dentro dos arranjos para fortalecer e finalizar o projeto aprovado outrora para concessão de crédito.

Além disso, os maiores desafios no apoio aos APLs estão relacionados ao envolvimento necessário das parcerias na articulação de ações para APLs; à captação de recursos federais em apoio às ações que requerem maior investimento; à questão da operacionalização frente aos problemas de apoio logístico (transporte) para as atividades em campo de gestores de APLs; à ausência de maior integração entre as instituições que podem somar esforços para atingirem um objetivo comum, o de tornar o APL bem sucedido; à falta de maior envolvimento de instituições de pesquisa, como a universidade, em ações de apoio aos APLs por conta do entrave financeiro junto a essas instituições; e por fim, a identificação das demandas tecnológicas na forma de recursos financeiros e na falta de agenda de pesquisas na área de APLs.

A respeito das vantagens em atuar a partir do enfoque em APLs no estado, as instituições concordam que ao atuarem em conjunto o benefício social e econômico ocorre de forma mais abrangente, já que, por exemplo, a realização de uma única ação no arranjo pode beneficiar a todos os produtores deste arranjo; cita-se também, por um lado, a concentração de esforços (sinergia institucional) entre as instituições em prol do mesmo objetivo, no sentido de fortalecer e dar sustentabilidade aos APLs; e simultaneamente, o desenvolvimento da localidade, do estado, resultante do trabalho dessas parcerias à medida que contribuem com a geração de emprego e renda, aumento da competitividade e a inclusão social de grupos menos favorecidos;

Em Sergipe, onde 60% dos APLs são de base agropecuária e estão em regiões deprimidas, pouco desenvolvidas, e com baixo nível de emprego, percebe-se que o enfoque em APLs torna-se eficiente, à medida que: i) Potencializa oportunidades para mobilizar parceiros e atender demandas coletivas; ii) Evita superposições de ações, especialmente no

âmbito governamental; iii) Potencializa os recursos humanos, financeiros e técnicos, impedindo a duplicação de gastos desnecessários; iv) Maximiza ações de forma que as mesmas possam ter continuidade; v) Compartilha informação e conhecimento permitindo a eficácia de ações que podem promover agilidade em atendimento de demandas; vi) Oferece a oportunidade de realizar experiências em conjunto compartilhando riscos e custos; v) Levar para os municípios inseridos em APLs serviços que, de forma isolada, não produziria efeitos significativos, que, de forma cooperada, resulta em desenvolvimento para o arranjo produtivo.

## **2.4 Desenvolvimento Regional e as Políticas de Apoio a Arranjos Produtivos Locais em Sergipe**

A primeira iniciativa orientada com foco nos arranjos produtivos locais no estado de Sergipe deu-se em 2002 por meio da incorporação da Universidade Federal de Sergipe na Rede de Pesquisa sobre Sistemas Produtivos e Inovativos Locais- Redesist no âmbito do projeto Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE, no qual o estado de Sergipe participou com o estudo do APL de Confeccões de Tobias Barreto. Depois do SEBRAE direcionar o foco de suas ações para o desenvolvimento de APLs, algumas instituições de fomento a C & T, como o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e CNPq, e de desenvolvimento da produção, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, passaram a adotar programas direcionados para os arranjos produtivos locais. Tal fato tem gerado respostas pontuais por parte de instituições do estado de Sergipe interessadas em participar com apresentação de projetos. Todavia a sistematização da política de apoio aos APLs no estado é muito recente, remonta ao início do governo atual, em 2007.

A Secretaria do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia - SEDETEC de Sergipe, alinhada à política do MDIC, instalou em 23 de maio de 2007, o NEAPL/SE (Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe) que tem por missão articular as ações relacionadas ao apoio das atividades produtivas locais, com a participação de instituições que visem o desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos. O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe é coordenado pela SEDETEC e composto por 26 instituições, além de outras que apóiam o núcleo em ações específicas.

A respeito da importância da nova política de desenvolvimento regional, para a SEDETEC, o apoio aos Arranjos Produtivos Locais é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Visto que a estratégia de política estadual para os APLs está focada em atividades produtivas de vocação local, visando melhorar as condições locais para o crescimento das empresas e das atividades/negócios rurais; para o incentivo a interiorização dos investimentos; e para a promoção a inovação tecnológica nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e no ambiente rural e o aumento do emprego e da renda local.

Desta forma, sob o guarda-chuva de políticas de fomento aos APLs, as instituições passam a apoiar atividades com potencial de desenvolver vocações locais por meio do fortalecimento do capital social e de ações coletivas voltadas para solucionar problemas concretos como gargalos de infraestrutura, o acesso a crédito ou capacitação tecnológica, acesso a programas de poder de compra e qualificação de fornecedores. Destarte, o foco das políticas de apoio aos arranjos produtivos locais no estado de Sergipe abrange desde atividades informais e de caráter familiar, como a produção de mel, a segmentos tradicionais, como o têxtil, até atividades de maior conteúdo tecnológico, como saúde, petróleo e gás e tecnologia da informação.

Vale lembrar que a política de promoção dos APLs extrapola o apoio às MPEs e às vocações ainda pouco estruturadas do interior do estado passando também a incorporar segmentos produtivos com presença de empreendimentos de médio e grande portes e atividades intensivas em conhecimento tecnológico.

Na esfera federal políticas públicas apóiam diretamente o desenvolvimento dos APLs através do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) e seus núcleos estaduais, como é o caso do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (NEAPLs/SE).

O Núcleo Estadual de APLs em Sergipe procura desenvolver ações articuladas com diversos órgãos, cujo principal objetivo é o de promover a articulação entre os esforços voltados para a disponibilização de recursos materiais, humanos e financeiros necessários para operacionalizar as ações propostas. Nesse sentido, a partir da idéia de que os APLs em Sergipe são entendidos como uma estratégia de política territorial centradas nas atividades produtivas de tendência regional/local, o objetivo é melhorar as condições locais para o crescimento das atividades produtivas, incentivar os investimentos, estimular o desenvolvimento tecnológico e do comércio exterior e, principalmente, aumentar o emprego e



a renda local e regional. Para tanto, o governo estadual por meio do Plano Plurianual 2008-2011 tem incorporado diversas diretrizes para o seu fomento através das seguintes estratégias delineadoras da busca pelo desenvolvimento:

- Identificar e promover as potencialidades locais;
- Formar capital social, através da participação popular no processo de planejamento;
- Recuperar a capacidade de investimento do estado;
- Promover o caráter republicano das ações do estado, junto à sociedade e nas relações federativas;
- Utilizar os instrumentos de planejamento.

Objetivando atender tal planejamento, o governo de Sergipe adotou como diretrizes a Reconstrução e Ampliação do Sistema Viário, a Criação de Infraestrutura Ambiental e de Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Territorial Participativo Sustentável. Nesta última diretriz estão contempladas diversas ações voltadas para desenvolver as atividades produtivas (como a criação: de Distritos Industriais, de Centro de Vocações Tecnológicas, de Arranjos produtivos locais, de Matadouro Frigorífico territorial, de Centro de Comercialização, de Núcleo de Regularização fundiária, de Reabilitação de Perímetro Irrigado, de Casa da Cultura, de Feiras de artesanato itinerantes e de Distritos Turísticos), por meio do Desenvolvimento Territorial Sustentável, Agricultura Irrigada, Fortalecimento de Cadeias Produtivas Agropecuárias, Agricultura Familiar, Sergipe Competitivo, Sergipe Inovador, Luz Para Todos, Competitividade do Turismo, Formação de Capital Social e o Desenvolvimento da política estadual de transportes

É importante destacar que o referido plano para o desenvolvimento de Sergipe tem como objetivos promover o crescimento do PIB sergipano, elevar a competitividade da economia, diversificar a base produtiva, distribuir melhor a renda no território, distribuir melhor a renda nas classes sociais e promover a qualidade ambiental. Para tanto, atua para:

- Qualificar a força de trabalho (por meio da ampliação do ensino profissionalizante e técnico, expansão do ensino superior, melhoria da qualidade do ensino fundamental, inclusão digital e a interiorização dos serviços e equipamentos de saúde);
- Incentivar à inovação tecnológica e à modernização (através da implantação de sistemas de produção e difusão de C&T e a ampliação do Sergipetec);

- A construção e manutenção da infra-estrutura produtiva (com a ampliação e requalificação do porto de Sergipe, a construção e modernização de aeroportos, a modernização do sistema rodoviário estadual, a ampliação da oferta e da rede de distribuição de gás natural e a criação do Sergipe digital), e;
- A promoção do investimento privado (por meio do adensamento das cadeias produtivas, fortalecimento da cadeia de petróleo e gás, a promoção da atividade turística, o incentivo às MPes, a organização e promoção dos APLs, o apoio à agricultura familiar, o fortalecimento da agricultura irrigada e a promoção da economia e da cultura).

De acordo com a SEDETEC, essas ações estão incluídas nos projetos do governo de Sergipe (em parceria ou não com o governo federal) Programa Águas de Sergipe, Programa Sergipe Cidades, Programa de Combate à Pobreza Rural, o Prodetur Nacional, Programa Identidade, Cultura e Desenvolvimento dos Territórios Sergipanos e o PDI São Francisco – Cadeias Produtivas.

## **2.5 A Participação de Instituições de Apoio junto aos APLs no Estado de Sergipe**

Em Sergipe, observou-se que as instituições que desenvolvem ações de apoio ao desenvolvimento local ainda não adotaram oficialmente a estratégia de fomento aos arranjos produtivos. Todavia, percebe-se também que esta estratégia, cada vez mais, vem se firmando como predominante, sendo bem assimilada nos vários fóruns de desenvolvimento setorial ou local.

A promoção de Arranjos Produtivos Locais no estado de Sergipe atende a uma política nacional coordenada nacionalmente pelo Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. No Governo Federal foi instituído o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional que contam com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Haja vista, o GTP-APL solicitou aos parceiros estaduais a indicação de 10 APLs prioritários por estado. Para estimular e comprometer as lideranças dos APLs, foi solicitada a elaboração de um Plano de Desenvolvimento (PD) para cada um dos APLs prioritários. Os

Núcleos Estaduais ou organizações semelhantes nos estados seriam responsáveis pela articulação das instituições, lideranças e atores locais na elaboração dos PDs.

Diante do aspecto, para atender a política nacional de promoção de Arranjos Produtivos Locais, que é coordenada nacionalmente pelo MDIC, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe, NEAPL/SE tem como missão articular as ações relacionadas ao apoio das atividades produtivas locais, com a participação de instituições que visem o desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos. As instituições integrantes do NEAPL/SE dizem respeito a secretárias e órgãos de governo, agentes financeiros, universidades, entidades de classe, instituições do Sistema “S” e institutos de pesquisa e tecnologia.

O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe, NEAPL-SE, constituído em maio de 2007, é a instância que articula as ações das instituições que desenvolvem políticas de apoio aos APLs. O NEAPL-SE é coordenado pela SEDETEC e composto por 26 instituições. Em seu planejamento estratégico para 2008 e 2009, o NEAPL-SE estabeleceu como objetivo geral articular as instituições que atuam em aglomerações produtivas para promover ações voltadas para o desenvolvimento local.

De acordo com o Relatório de Pesquisa BNDES/NT05 (2009), segue abaixo o levantamento do NEAPL-SE sobre os arranjos nos quais as instituições integrantes desenvolviam algum tipo de ação com base na territorialização do estado:

- Ovinocaprinocultura – Centro-Sul (Lagarto);
- Ovinocaprinocultura- Alto Sertão
- Ovinocaprinocultura- Agreste Central
- Confecções e Bordado– Centro-Sul e Sul (Tobias Barreto e Itabaianinha)
- Confecções e Bordado- Baixo São Francisco (Cedro como principal pólo)
- Confecções e Bordado- Médio Sertão
- Confecções e Bordado- alto Sertão (Porto da Folha como principal pólo)
- Leite e derivados– Alto Sertão (Nossa Senhora da Glória como principal pólo);
- Piscicultura – Baixo São Francisco;
- Piscicultura – Leste Sergipano
- Piscicultura – Alto Sertão (barragem de Xingó)
- Piscicultura – Médio Sertão
- Fruticultura – Alto Sertão (perímetro irrigado).

- Fruticultura de Baixo São Francisco (perímetro irrigado).
- Apicultura- Alto Sertão
- Apicultura- Leste Sergipano
- Apicultura- Grande Aracaju
- Mandiocultura- Centro-Sul
- Mandiocultura- Agreste Central
- Tecnologia da Informação- Grande Aracaju
- Cerâmica Vermelha – Baixo São Francisco (Santana do São Francisco como pólo)
- Cerâmica Vermelha – Sul Sergipano (Itabaianinha como pólo)
- Cerâmica Vermelha Agreste Central (Itabaiana como pólo)
- Petróleo e Gás- envolvendo os territórios da Grande Aracaju, Leste e Sul sergipanos.
- Artesanato de cerâmica- Baixo São Francisco
- Artefatos de Madeira e móveis. Grande Aracaju
- Artefatos de Madeira e móveis. Centro Sul
- Rizicultura - Baixo São Francisco
- Citricultura – Sul Sergipano
- Carcinicultura- Grande Aracaju
- Carcinicultura- Baixo São Francisco
- Carcinicultura- Sul Sergipano
- Saúde- Grande Aracaju.

A sistemática de elaboração do Plano de Desenvolvimento é participativa e busca envolver os atores locais (associações, produtores, empresários) e as instituições de apoio para organizarem suas demandas e, ao mesmo tempo, comprometê-los com as formas possíveis de solução, em favor do desenvolvimento do APL. Participam da elaboração dos PDS entidades dos governos estaduais, municipais e federais, entidades de classe e setor produtivo. Nas reuniões dos GTs, são identificados os desafios e as oportunidades de cada APL e é efetuado o levantamento das ações já previstas pelas instituições parceiras para o desenvolvimento do APL e as ações necessárias e ainda não previstas no planejamento das instituições. Após a elaboração, os PDs são encaminhados pelos grupos de trabalhos específicos para o núcleo estadual, pelo qual serão validados. Depois dessa etapa, os Planos de Desenvolvimento são

apresentados por integrantes dos grupos de trabalho em reunião do GTPAPL/MDIC em Brasília, com o objetivo de buscar parcerias que possam atender as demandas apontadas.

O quadro 01, apresentado abaixo, relaciona os APLs identificados e apoiados no estado de Sergipe com as instituições de apoio que desempenham ações junto a esses arranjos, conforme levantamento do NEAPL/SE:

**Quadro 1 - Sergipe: As Instituições de Apoio e os APLs nos quais Desenvolvem Ações**

<b>APL</b>	<b>Instituições</b>
Pecuária do Leite-Alto Sertão	BANESE <sup>1</sup> ; BNB; DEAGRO <sup>2</sup> ; CODISE <sup>3</sup> FAPITEC <sup>4</sup> ; UFS <sup>5</sup> ; PRONESE <sup>6</sup>
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Confecções e Bordado– Centro-Sul e Sul Confecções e Bordado- Baixo São Francisco Confecções e Bordado- Médio Sertão Confecções e Bordado- alto Sertão	BB; SEBRAE; SENAI UFS; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Piscicultura – Baixo São Francisco; Piscicultura – Leste Sergipano Piscicultura – Alto Sertão (barragem de Xingó) Piscicultura – Médio Sertão	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; SENAC; EMBRAPA; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Ovinocaprinocultura – Centro-Sul (Lagarto); Ovinocaprinocultura- Alto Sertão Ovinocaprinocultura- Agreste Central	BNB; BANESE; BNB; CODEVASF; DEAGRO; EMBRAPA; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Fruticultura – Alto Sertão (perímetro irrigado). Fruticultura de Baixo São Francisco (perímetro irrigado).	BB; BANESE; BNB; FAPITEC; EMBRAPA; PRONESE; DEAGRO
<b>APL</b>	<b>Instituições</b>
Apicultura- Alto Sertão Apicultura- Leste Sergipano Apicultura- Grande Aracaju	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; DEAGRO; SENAC; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Mandiocultura- Centro-Sul Mandiocultura- Agreste Central	BB; BANESE; BNB; DEAGRO; EMBRAPA; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Tecnologia da Informação- Grande Aracaju	BANESE; ITPS <sup>7</sup> ; SEBRAE; SERGIPETEC <sup>8</sup> ; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Cerâmica Vermelha – Baixo São Francisco (Santana do São Francisco como pólo)	BANESE; BNB; FAPITEC; SENAI PRONESE; SEBRAE

Cerâmica Vermelha – Sul Sergipano (Itabaianinha como pólo) Cerâmica Vermelha Agreste Central (Itabaiana como pólo)	
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Petróleo e Gás- envolvendo os territórios da grande Aracaju, Leste e Sul sergipanos.	BANESE; BNB; SEBRAE SERGIPETEC; UFS; PRONESE
<b>APL</b>	<b>Instituições</b>
Artesanato de cerâmica do Baixo São Francisco	BANESE; SEBRAE; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Artefatos de Madeira e móveis. Grande Aracaju Artefatos de Madeira e móveis. Centro Sul	BANESE; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Carrocerias- Agreste central	BANESE; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Rizicultura- Baixo São Francisco	BB; BANESE; BNB
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Citricultura- Sul Sergipano	BB; BANESE; BNB; DEAGRO; EMBRAPA; PRONESE
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Carcinicultura- Grande Aracaju Carcinicultura- Baixo São Francisco Carcinicultura- Sul Sergipano	BANESE; BNB; EMBRAPA
<b>APLs</b>	<b>Instituições</b>
Saúde- Grande Aracaju	BANESE; PRONESE

**Fonte:** APL-SE/SEDETEC, 2008. Elaboração Própria.

Nota: 1. BANESE- Banco do Estado de Sergipe; 2. DEAGRO- Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, vinculado a Secretaria Estadual de Agricultura. Em 2008 voltou a se constituir como Empresa Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO; 3. CODISE - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Recursos Minerais de Sergipe; 4. FAPITEC- Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação Tecnológica de Sergipe; 5. UFS - Universidade Federal de Sergipe; 6. PRONESE- Empresa do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe; 7. Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe ; 8. SERGIPTEC- Sergipe Parque Tecnológico.

Além da experiência da SEDETEC, em reforço à assertiva de que as formas de apoio surgem de acordo com o papel que a instituição exerce junto ao APL, de acordo com o Quadro 02, observa-se que tal papel é desempenhado de acordo com as competências de cada instituição. Nessa tendência, percebe-se que as instituições financeiras concentram o apoio prestado geralmente na concessão de crédito; sob tal aspecto, destaca-se o Banco do Nordeste

– BNB que atua na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

**Quadro 2 - Sergipe - As ações das instituições**

<b>Principais Ações de Apoio desenvolvidas pelas Instituições do NEAPL</b>	
<b>ACÕES</b>	<b>Instituição</b>
<b>Capacitação Profissional/Técnica</b>	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 - DEAGRO
	3 - SEBRAE/SE
	4 - SENAI
	5 - UFS
	6 - CODISE
	7 - SENAC
	8 - EMBRAPA
	9 - PRONESE
<b>Capacitação em Gestão</b>	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 - DEAGRO
	3- SEBRAE/SE
	4 - SENAI
	5 - UFS
	6 - CODISE
	7 - SENAC
	8 - EMBRAPA
	9 - PRONESE
<b>Capacitação na Organização de Grupos (associativismo e cooperativismo)</b>	1 - Banco do Nordeste
	2 - CODEVASF - 4ª SR
	3 - DEAGRO
	4 - UFS
	5 - CODISE
	6 - SENAC
	7 - PRONESE
<b>Concessão de Crédito</b>	1 - Banco do Brasil
	2 - Banco do Estado de Sergipe
	3 - Banco do Nordeste do Brasil
<b>Fornecimento de infra-estrutura (Prédios e lotes)</b>	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 - DEAGRO
	3 - CODISE
	4 - PRONESE
<b>Fornecimento de Equipamentos e Instalações</b>	1 - CODEVASF - 4ª SR
	2 - DEAGRO
	3 - PRONESE
<b>Apoio à comercialização</b>	1- SergipeTec
	2 - Banco do Nordeste do Brasil
	3 - SEBRAE/SE
	4 - UFS
	5 - CODEVASF - 4ª SR
	6 - DEAGRO
	7 - SENAC
	8 - PRONESE
<b>Aquisição de bens e serviços dos grupos (Uso do Poder de Compra)</b>	1 - SENAC
	2 - PRONESE

<b>OUTRAS</b>	1 - CODISE (Fomento à industrialização através do PSDI, com a concessão de apoio fiscal, locacional e infra-estrutura)
	2 - EMBRAPA (Realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, para a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentável do espaço rural)

Fonte: APL-SE/SEDETEC, 2008. Elaboração Própria.

Neste contexto, o BNB desempenha seu papel junto aos APLs à medida que executa uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região. Dentre outras formas de apoio, o banco do Nordeste também financia projetos de pesquisa para transferência de tecnologia às empresas dos APLs e participa dos projetos do território da cidadania. Além do BNB, o Banco do Brasil - BB e o Banco do Estado de Sergipe – BANESE têm atuado com foco em APLs, porém ainda de forma recente e incipiente; no entanto, ambas exercem um papel de disponibilização de recursos para atender às necessidades de financiamento destinado à pessoa física e jurídica junto aos APLs através de linha de crédito voltada para qualquer tipo de APL.

Além do financiamento concedido pelos bancos, constatou também financiamento de caráter não-reembolsável por parte do governo vis-à-vis a incorporação do tema APLs no Plano Plurianual do governo do estado. Dessa forma, secretarias e órgãos do governo estadual são levados a engajarem-se na elaboração e execução de ações voltadas para APLs em prol do desenvolvimento regional, no entanto possuem uma vertente mais social que econômica visto que, a atuação destas instituições é baseada na inclusão social em áreas específicas. Sob tal aspecto, destacam-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe – PRONESE, a Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social – SETRAPIS, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento – SAGRI.

Desta maneira, a SAGRI busca promover o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar, expansão social e bem estar da sociedade. Tal secretaria assume o papel de coordenar e articular ações voltadas para os APLs ligados à Secretaria de Agricultura, em que as ações são realizadas através de acompanhamento da produção com base na orientação tecnológica, entre elas, técnicas de melhoramento genético e orientação



mercadológica. Apesar desta atuação junto aos APLs, alegou-se falta de corpo técnico para a identificação das demandas não há iniciativa própria da instituição para a realização destas ações, pois a instituição não recebe diretamente as demandas dos APLs, já que o trabalho é desenvolvido a partir de demandas solicitadas por outras instituições.

No caso da SETRAPIS, esta instituição desempenha seu papel junto aos APLs à medida que busca promover condições competitivas para os trabalhadores através da qualificação da mão-de-obra e, por conseguinte, melhoria na qualidade dos produtos. Tal instituição tem como missão aproximar o cidadão às oportunidades do mercado de trabalho por meio de requalificação e do estreitamento de relações entre o setor público e o setor empresarial como instrumento de inclusão de renda. Assim, o apoio prestado aos arranjos pela instituição se descreve sob as formas de qualificação profissional, comercialização dos produtos através de feiras e eventos (nacionais e internacionais) e intermediação financeira entre bancos e associações para facilitar a concessão de crédito.

Em relação à PRONESE, empresa pública, com capital exclusivo do Estado de Sergipe, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano – SEPLAN, cujo objetivo principal é implementar programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando a inclusão pela renda e pelo direito, a atuação que a instituição vem desenvolvendo junto aos APLs, tem como destaque o financiamento concedido pelo governo estadual através deste órgão, financiamento este de caráter não-reembolsável destinados a pequenos produtores. De forma mais abrangente do que a SAGRI e a SETRAPIS, as ações da PRONESE procuram atender APLs de quaisquer atividades produtiva e não apenas as que dizem respeito à agricultura. Por este prisma, o apoio prestado aos arranjos manifesta-se sob a forma de financiamento com investimento através de recurso não-reembolsável, crédito, orientação na área de assistência técnica e acesso de mercado. Vale lembrar que a PRONESE é o braço executor da SEPLAN e conduz os programas e projetos coordenados pela Secretaria e pelo Governo do estado.

O tipo de apoio prestado diz respeito à capacitação fornecida pelas instituições competentes, sobretudo, através de consultoria e assistência técnica na área de gestão, tecnologia e mercado; geração de conhecimento e transferência de tecnologia a partir da elaboração de pesquisas e do uso de laboratórios das instituições; qualificação profissional; e acompanhamento da produção com a utilização de corpo técnico especializado.

Nesse sentido, os centros de pesquisas também se fazem presentes e atuantes no apoio aos APLs no estado de Sergipe. Em destaque, cita-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA representada no estado pelo Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, cuja assinatura-síntese é Embrapa Tabuleiros Costeiros, e, foi criado em 1993, sediada em Aracaju/Sergipe, como uma Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento (UEP) em Rio Largo, Alagoas, campos experimentais nos municípios de Frei Paulo, Nossa Senhora das Dores, Itaporanga D'Ajuda, Betume e Umbaúba, em Sergipe, e uma área experimental em Propriá, também em Sergipe e, outra em Penedo/AL.

Antes de se constituir um dos 37 centros de pesquisa da EMBRAPA, o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros era conhecido por Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Quissamã – UEPAE de Quissamã, criada em 1975, responsável, então, pelas pesquisas com coco, mandioca, milho, feijão, algodão e pecuária de corte e leite. Posteriormente, em 1978, esta Unidade de Pesquisa, com a mudança de sua sede para Aracaju, foi denominada UEPAE de Aracaju e, pela sua tradição e referência com a cultura do coco passou, em 1981, a coordenar o, então criado, Programa Nacional de Pesquisa de Coco, sendo em 1985, transformada em Centro Nacional de Pesquisa de Coco – CNPCo. Em 1993, com uma nova visão de cenários alternativos para a pesquisa agropecuária brasileira, com base no planejamento estratégico, instituído pela Embrapa, visando à criação de um novo modelo institucional capaz de incorporar as novas demandas, desafios, valores, conceitos e premissas colocados pela sociedade, o CNPCo passou de centro temático de produto para outro, de visão mais abrangente, tendo a ecorregião dos tabuleiros costeiros e baixada litorânea como principal área de atuação. Sendo assim, seu objetivo principal é Viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural dos tabuleiros costeiros, baixada litorânea e áreas adjacentes, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias em benefício da sociedade brasileira.

Diante das pesquisas realizadas, observou-se que o papel que a EMBRAPA desempenha junto aos APLs é o de capacitar os produtores (ovino/pecuária do leite) atuando no seguimento de P&D com ações na área de transferência de tecnologia. Neste sentido, a forma de apoio prestada pela instituição dá-se por meio de projetos de pesquisa da própria instituição ou de projetos externos de chamada pública, promovida por instituições de fomento à pesquisa com o intuito de solucionar gargalos tecnológicos do sistema de produção, promovendo geração de conhecimento, capacitação e transferência de tecnologia.

Outro centro de pesquisa que merece destaque por sua atuação no apoio aos APLs diz respeito à Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, instituição pública estadual, visto que, além de prestar assistência técnica e extensão rural, atua em outras linhas de ação julgadas importantes para o desenvolvimento da agropecuária estadual, como: Pesquisa Agropecuária, Defesa Animal e Vegetal e Ações Fundiárias, que hoje compõem a programação básica da EMDAGRO. Seu objetivo principal é Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio do estado de Sergipe, atuando nas áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Defesa Agropecuária e Ações Fundiárias, para assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Quanto às formas de apoio prestadas aos APLs, estas se manifestam através do fornecimento de assistência técnica aos produtores em manejo alimentar sanitário e reprodutivo, melhoramento genético, gestão da qualidade, gestão ambiental, gestão administrativa e comercialização.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica – FAPITEC/SE diz respeito a uma fundação pública, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio, receita e quadro de pessoal próprio, bem como com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, integrante da Administração Estadual Indireta, do Poder Executivo do estado de Sergipe. A FAPITEC/SE está vinculada à Secretaria Estadual da Indústria, do Comércio e da Ciência e Tecnologia – SEICTEC. Sua missão é Fomentar a pesquisa e inovação, divulgando e transferindo o conhecimento em C&T, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado. Neste sentido, a instituição tem atuado junto aos APLs, principalmente, na elaboração de projetos de pesquisa, geralmente, concedidos por instituições de fomento à pesquisa e à inovação tecnológica. Segundo o entrevistado, a FAPITEC lançou edital específico para atender demandas tecnológicas explicitadas nos PDs do NEAPL/SE.

Visto que, a atuação dos centros de pesquisa junto aos APLs está diretamente ligada às ações de caráter tecnológico, de forma a beneficiar a produção, tal atuação é de relevante importância para o sucesso dos arranjos à medida que proporciona à produção de produtos mais competitivos para o mercado.

No que diz respeito à consultoria e assistência técnica na área de gestão, tecnologia e mercado, o SEBRAE/SE, cujo objetivo principal é promover e consolidar a força empreendedora dos pequenos negócios, de forma a gerar contribuição para o desenvolvimento econômico e social do estado, é considerado um dos precursores neste tipo de capacitação

voltada para pequenos empreendimentos no estado. Embora a atuação com foco em APLs ainda esteja sendo disseminada, a instituição antes trabalhava com a concepção de *clusters* e de cadeia produtiva. Sua atuação se dá por meio da prestação de serviços de apoio aos APLs nas seguintes áreas: capacitação; suporte técnico; gestão e tecnologia e mercado sob as formas de consultoria e assistência técnica; comercialização através do fornecimento de informações que auxiliam a classe empresarial (elaboração de plano de negócio, definição de gasto, fluxo de caixa e etc); divulgação dos produtos por meio da promoção de feiras e eventos destinados à inserção dos produtos no mercado. De modo semelhante, o SENAI contribui com o desenvolvimento do estado a partir do foco nas indústrias, qualificação de mão-de-obra, técnicas de produção e novas tecnologias direcionadas às pequenas e microempresas através de ações diretas de consultoria, capacitação, ações de desenvolvimento tecnológico e serviços de laboratórios.

A política institucional das instituições constitui-se um elemento propulsor das políticas de apoio aos APLs à medida que o compromisso que possuem com o desenvolvimento local envolve elementos com a necessidade de fortalecimento das atividades produtivas, inclusão social e redução das desigualdades. Nesse sentido, algumas instituições, principalmente, instituições de pesquisa e centros tecnológicos como EMBRAPA, CODEVASF e ENDAGRO, além de procurar atender as demandas externas têm a iniciativa de atender suas próprias demandas, o que pode ser visto como a autocombustão do pesquisador através de editais que proporcionam o desenvolvimento de pesquisas em cima de APLs.

**Quadro 3 - Sergipe: Atuação, Projetos, Programas e/ou Ações voltadas para os APLs, por instituição - 2008-2009**

Instituição	Funções/objetivos gerais	Papel que exerce junto ao APL	Formas de apoio	Parceiros no apoio aos APLs
ACESE	Catalisar idéias e ações, relacionadas com o desenvolvimento econômico e social de Sergipe.	Atuar em parceria com o governo do Estado.	Consultoria e realização de eventos locais.	SEBRAE, prefeituras, BB e BNB
ADEMA	Fiscalizar, licenciar e monitorar os empreendimentos no estado de Sergipe.	Apoio.	Divulgação de informações sobre licenciamento na área ambiental.	O governo do Estado
BANESE	Satisfazer as necessidades de informações e serviços financeiro.	Apoio na disponibilização de recursos.	Financiamento através de linha de crédito.	BNDES, FNE (BNB), SEDETEC, EMDAGRO, SAGRI, COHIDRO e SEBRAE
BB	Impulsionar a economia e o desenvolvimento, atuando de forma responsável.	Através do crédito/financiamento.	Linha de crédito, através do BB Giro APL.	Núcleo de APLs do Estado.

Instituição	Funções/objetivos gerais	Papel que exerce junto ao APL	Formas de apoio	Parceiros no apoio aos APLs
BNB	Desenvolvimento/ Crédito	Apoio através do crédito, ações complementares ao crédito.	Crédito, projetos de pesquisa e transferência de tecnologia, participação nos projetos.	EMBRAPA, ENDAGRO, SEBRAE, SENAC, TKDE turístico, Universidades, Governo do Estado
CODEVASF	Promover o desenvolvimento e a revista ligação das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.	Através de capacitação e infra-estrutura.	Infra-estrutura básica.	SEBRAE, Secretarias do Estado (SAGRI, PRONESE), Ministério de integração nacional, associações locais.
CODISE	Fomentar a geração de negócios.	Apoio.	Divulgação e análise de: Incentivos do PSDI, apoio técnico nos planos de ação, conscientização.	SEBRAE, SESI, SENAI, Sindicatos.
COHIDRO	Assistência técnica, manutenção e perfuração poços.	O papel é de parceria.	Assistência técnica, projetos de crédito, manejo fitossanitário e apoio à comercialização.	O Núcleo de APLs do Estado, da SEDETEC.
EMBRAPA	Viabilizar pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura.	Capacitação de produtores.	Projetos de pesquisa da própria EMBRAPA ou projetos externos.	SEDETEC, BNB, EMDAGRO e SEBRAE.
EMDAGRO	Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio .	Assistência técnica, pesquisa e fomento.	Assistência técnica, capacitação e treinamento.	SENAC (SENAI rural), SEBRAE, INCRA, SEAGRI, associações
FAPITEC	Fomento à pesquisa e inovação tecnológica.	Apoio.	Apoio a partir de projetos de pesquisa.	NEAPL, BNB, UFS, ITP e EMBRAPA
IEL	Promover a capacitação empresarial e interação entre empresas e centros de conhecimento.	Parceria.	Capacitação e Consultoria	As instituições que fazem parte do NEAPLs
IFS (antigo CEFET)	Contribuir com a educação do cidadão.	Existe contribuição através do lançamento de novos campus e cursos.	Através de ações de capacitação e apoio técnico.	SEBRAE
INCRA	Promover a reforma agrária e regularização fundiária.	Apoio no âmbito da assistência técnica com o Programa "Terra-Sol".	Assistência técnica especializada e financiamento através do programa "Terra-Sol".	SEBRAE, BB, SEPLAN, EMBRAPA, UFS, PETROBRAS, BNB E CONAB.
ITPS	Prestar serviços tecnológicos, de metrologia e de pesquisa para a sociedade sergipana.	Apoio através da prestação de serviços.	A prestação de serviços, através da análise e consultoria.	Os principais parceiros são os membros do Núcleo de APLs e a UFS.
MCS	Disseminar e promover a excelência da gestão nas organizações e integrações.	Capacitação e reconhecimento da melhoria da qualidade.	A mobilização, capacitação e reconhecimento.	Petrobrás, SEBRAE, SEDETEC e das academias.

Instituição	Funções/objetivos gerais	Papel que exerce junto ao APL	Formas de apoio	Parceiros no apoio aos APLs
PRONESE	Implementar programas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.	Apoio através da execução de vários programas que convergem para o atendimento das APLs.	Financiamento com investimento, crédito e assistência técnica e acesso de mercado.	EMDRAGO, SEBRAE, Petrobrás e organizações não governamentais, Ministério da Agricultura.
SAGRI	Promover o desenvolvimento rural sustentável.	Coordenação e articulação das ações.	Orientação tecnológica, mercadológica, acompanhamento da produção.	EMBRAPA, EMDAGRO, SEPLAN, CODEVASF, BNB, BB.
SEBRAE	Promover e consolidar a força empreendedora dos pequenos negócios	Apoio nas área de capacitação, suporte técnico, gestão, tecnologia e mercado.	Consultoria e assistência técnica	BB , PRONESE,Secretaria do Trabalho, SEDETEC , UFS, PIOX,e UNIT
SEDETEC	Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável de todos os territórios do Estado	Coordenação do Núcleo de APL	Elaborar os PDs, articular e acompanha as ações dos demais parceiros.	Todas as instituições que apóiam os APLs.
SENAC	Capacitar e aperfeiçoar	Capacitação e aperfeiçoamento das pessoas que atuam em APLs	Capacitação e aperfeiçoamento das pessoas envolvidas nos APLs	Ministério da integração nacional, SEBRAE e SEDETEC.
SENAI	Contribuir para o desenvolvimento industrial do Estado.	Capacitação e consultoria	Capacitação, ações de desenvolvimento tecnológico, serviços de laboratório e consultorias.	SEBRAE, SEDETEC, UFS, IEL, BNB, Federação das Indústrias e outros.
SEPLAN	Contribuir no desenvolvimento sustentável do Estado	Apoio.	Agregação de valor aos produtos; e Capacitação em gestão.	Sociedade, poder público e iniciativa privada.
SERGIPETEC	Fomento ao empreendedorismo nas áreas de TI, Biotecnologia e Energia.	Apoio e fomento nas ações.	Estudos e capacitações.	Petrobrás, Embrapa, SEBRAE, FAPITEC e SEDETEC
SETRAPIS	Requalificação profissional e aproximação entre instituição e trabalhador	Qualificação	Qualificação profissional, comercialização dos produtos e intermediação financeira.	BANESE,PRONESE,SEBRAE ,EMSETUR E EMDAGO.

Fonte: APL-SE/SEDETEC, 2008. Elaborada pelo autor.

Conforme quadro 03, verifica-se que o tipo de apoio concedido aos arranjos está relacionado com as competências de cada instituição e que as instituições estabelecem parcerias entre si, à medida que as funções possam ser auxiliares ou complementares entre elas no apoio aos APLs. Haja vista, os elementos que desencadeiam o apoio das instituições aos APLs surgem por conta, principalmente, da existência de demanda.

Segundo a SEDETEC, os elementos que desencadeiam o apoio voltado para APLs têm relação não apenas com a política definida pelo do governo do estado, mas também por conta de outros elementos que configuram o apoio aos APLs, entre eles, a solicitação de apoio para atender demandas referentes a transporte/deslocamento de produtores ou empresários de pequeno porte que visa a participação em encontros, feiras, missões e aquisição de passagens aéreas. Além do trabalho que vem sendo realizado dentro da abordagem de APLs contidas na política de desenvolvimento local atribuída pelo governo estadual, a secretaria informa que recebe convite para trabalhar com APLs que não estão entre os prioritários, mas por limitação de recursos humanos/equipe, não há condições de atender essa demanda, mas em casos como esse a SEDETEC orienta esses APLs que não são prioritário, conforme o plano do governo atual, sobre as possibilidades de articulação com outras instituições que possam suprir determinada demanda.

Em suma, a partir da visão de que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção do desenvolvimento econômico e social da região, no enfoque de desenvolvimento regional expressado nesta sessão, nota-se que a estratégia de política estadual de Sergipe para os APLs está focada em atividades produtivas de vocação local. Observa-se ainda que tal estratégia propõe-se a melhorar as condições locais para o crescimento das empresas e das atividades/negócios rurais, para o incentivo a interiorização dos investimentos e para a promoção à inovação tecnológica nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e no ambiente rural; além disso, visa também promover o aumento do emprego e da renda local. No entanto, grande parte das instituições que desenvolvem ações de apoio junto aos APLs, apresentou baixo nível de assimilação no que diz respeito às ações de apoio voltadas ao desenvolvimento local, já que tais ações ainda não foram adotadas oficialmente sob a condição de estratégia de fomento aos arranjos produtivos.

## CAPÍTULO 3

### FLUXOS COMERCIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM SERGIPE

---

Neste capítulo, serão observados os fluxos comerciais de mercadorias e serviços realizados entre Sergipe e as demais unidades federativas do país, bem como suas relações comerciais com o exterior. As relações inter-regionais e intersetoriais de Sergipe com outros estados e com o exterior serão analisadas nesta seção a partir de dados coletados no MDIC-SECEX e de dados fornecidos pela SEFAZ/SE - Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, referentes ao ano de 2006. Além disso, serão levantadas as implicações dessas transações do ponto de vista do desenvolvimento regional a partir do foco em APL's. Para tanto, serão expostos dados pertinentes a balança comercial de Sergipe com base nas transações comerciais de compra (entradas) e venda (saídas) interestaduais, bem como serão ilustrados dados das transações do estado com o exterior, correspondentes à exportação e importação no período em análise.

#### **3.1 Balança Comercial de Sergipe**

No âmbito das relações comerciais que o estado de Sergipe estabelece com os demais estados nacionais e com o exterior, as exportações representam um peso relativamente pequeno para o conjunto da economia sergipana. Tal fato deve ser observado a partir da composição do Produto Interno bruto de Sergipe, cujo maior destaque diz respeito às participações da indústria extrativa mineral, da produção de energia elétrica e da administração pública no PIB estadual. Nesse sentido, Sergipe respondeu por 0,64% do PIB nacional e 4,8% do PIB da região Nordeste, o que de certa forma expõe que, em termos de PIB estadual, o fluxo de comércio interestadual de Sergipe teve um significado muito mais relevante para a economia sergipana do que os fluxos internacionais, prevalecente durante o ano de 2006.

De acordo com os dados coletados a respeito das transações comerciais de Sergipe, no ano de 2006, o fluxo interestadual de mercadorias (somatório das transações comerciais – compra e venda - realizadas com os estados nacionais) resultou num total de R\$ 15.481,5 bilhões frente a R\$ 375,8 milhões do fluxo internacional (somatório das transações comerciais – compra e venda - realizadas com o exterior). O comércio interestadual foi, assim, 41,2 vezes



mais importante do que o fluxo comercial externo para a economia sergipana, o que reflete bem o grau de integração interna da economia sergipana, particularmente, com a região Nordeste e Sudeste que será constatado ao longo do capítulo.

### 3.2 Relações Comerciais Interestaduais

Considerando que as relações comerciais do estado com outros Estados apresentaram-se mais forte do que a sua relação com o exterior, as vendas do estado de Sergipe para os demais estados nacionais, em 2006, somaram cerca de R\$ 6,5 bilhões enquanto as vendas externas se limitaram a R\$ 171,4 milhões. Ou seja, as vendas interestaduais foram 37,6 vezes maiores dos que as vendas externas. De forma semelhante, as compras interestaduais apresentaram maior desempenho em relação às compras internacionais, uma vez que, as primeiras alcançaram um total de R\$ 9,0 bilhões, enquanto que as compras externas se limitaram a R\$ 204,1 milhões, resultando numa diferença de 44,2 vezes menor. Naquele ano, o comércio interestadual representou 97,4% das vendas totais do estado, 97,8% das compras, 97,6% do fluxo comercial e 98,8% do saldo comercial (ver Tabela 5).

**Tabela 5 - Balança Comercial Externa e Interestadual de Sergipe - 2006.**

DISCRIMINAÇÃO	VENDAS		COMPRAS		FLUXO COMERCIAL		SALDO	
	R\$ mil	PART. %	R\$ mil	PART. %	R\$ mil	PART. %	R\$ mil	PART. %
EXTERNAS	171.718	2,6	204.064	2,2	375.782	2,4	-32.346	1,2
INTERNAS	6.456.247	97,4	9.025.243	97,8	15.481.490	97,6	-2.568.996	98,8
TOTAL	6.627.965	100,0	9.229.307	100,0	15.857.273	100,0	-2.601.342	100,0

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração própria.

### 3.3 Fluxos de Comércio Interestadual

O fluxo de comércio interestadual de Sergipe relaciona o volume de compra e venda de bens e serviços do estado com os demais estados da federação brasileira. Pelo volume de entradas e saídas ocorridos durante o ano de 2006, verifica-se que a economia sergipana encontrava-se mais integrada às regiões Nordeste e Sudeste, notadamente com os estados mais próximos como Bahia, Pernambuco e Alagoas, e no caso de Sudeste destaca-se o estado de São Paulo.

De acordo com os dados coletados através da Secretaria da Fazenda do estado de Sergipe, durante o período de 2006, do total dos fluxos de comércio interestadual de Sergipe, 54,42%, ou seja, mais da metade das transações foram realizadas com outros estados da Região Nordeste. A participação das demais regiões ocorre da seguinte maneira: 34,12% das transações realizadas ficavam por conta do Sudeste; a região Sul participou com apenas 5,51%; o Centro-Oeste de forma ainda menos expressiva com 3,5%; restando ao Norte um percentual de 2,46%.

Em relação à direção dos fluxos comerciais de Sergipe, nota-se que, no período em questão, o mercado nordestino apresentou maior destaque como local de destino, representando 55,89% das transações realizadas, enquanto que sob a condição de local de origem representou 53,37% dos fluxos comerciais; já no caso da região Sudeste observa-se o inverso, uma vez que, nas relações comerciais do estado sergipano com a região Sudeste, o total de compras respondia por 34,88% enquanto que o total de vendas respondia por 33,05% (ver Tabela 6).

Ainda de acordo com tabela 6, a relação comercial mais intensa dá-se com o Estado vizinho, Bahia, que respondia por 32,75% do fluxo comercial total, sendo que desse percentual 29,75% era por conta das transações de compra e 36,94% de vendas interestaduais de Sergipe, em 2006. O estado de São Paulo representava, naquele ano, 22,26% das transações comerciais de Sergipe, com 23,1% das compras e 21,1% das vendas. Têm ainda peso significativo no comércio interestadual de Sergipe os estados de Alagoas (7,70%), Pernambuco (7,69%), e Minas Gerais (6,41%).

**Tabela 6 - Fluxo de comércio do estado de Sergipe com as macrorregiões e estados selecionados – 2006 (%)**

<b>ESTADOS BRASILEIROS</b>	<b>PART. TOTAL ENTRADAS (%)</b>	<b>PART. TOTAL SAÍDAS (%)</b>	<b>PART. FLUXO COMERCIAL (%)</b>
<b>NORTE</b>	<b>2,62</b>	<b>2,23</b>	<b>2,46</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>53,37</b>	<b>55,89</b>	<b>54,42</b>
BA	29,75	36,94	32,75
PE	9,91	4,58	7,69
AL	7,67	7,75	7,70
<b>SUDESTE</b>	<b>34,88</b>	<b>33,05</b>	<b>34,12</b>
SP	23,1	21,1	22,26
MG	5,57	7,6	6,41
RJ	4,18	3,62	3,95
<b>SUL</b>	<b>6,98</b>	<b>3,45</b>	<b>5,51</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,15</b>	<b>5,38</b>	<b>3,50</b>
<b>BRASIL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

A respeito das entradas, nota-se que a região Nordeste teve uma significativa participação nas transações do estado, representando R\$ 4,8 bilhões (53,4%) do total das compras no estado sergipano; seguida pelas regiões Sudeste e Sul, que juntas resultaram num total de R\$ 3,8 bilhões (41,9%), dos quais São Paulo foi responsável por R\$ 2,1 bilhões (23,1%). Dos estados nordestinos que apresentaram maior importância, merecem destaque o estado da Bahia, com R\$ 2,6 bilhões (29,75%), e o estado de Pernambuco, com R\$ 894,8 milhões (9,9%). A região Norte e região Centro-Oeste somaram apenas um total de R\$ 430,2 milhões (4,8%) das entradas registradas no estado de Sergipe (ver Tabela 7).

Em relação ao registro de saídas, o Nordeste respondeu por R\$ 3,6 bilhões e o Sudeste por R\$ 2,1 bilhões, no entanto o volume total de bens e serviços das saídas foi significativamente menor, com R\$ 6,5 bilhões em relação ao volume total de entradas registradas naquele ano, representado por R\$ 9 bilhões, conforme Tabela 7. Esta discrepância pode refletir, em grande parte, um viés de registro por parte das instituições fazendárias estaduais que não contabilizam com o mesmo rigor das entradas, as saídas de bens e serviços. Levando em consideração esse importante viés, os registros da fazenda estadual apontam uma situação deficitária na balança comercial com a ampla maioria dos demais estados brasileiros. Assim, diante dos resultados da Tabela 7, constata-se que, em termos de saldo da Balança

Comercial, tais resultados demonstram que Sergipe apresentou-se deficitário com as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul e superavitário apenas com a região Centro-Oeste.

É importante destacar que o estado da Bahia e o estado de São Paulo, destacados na condição de principais parceiros do estado de Sergipe, apresentaram comportamento semelhante em relação ao volume de entradas registradas para o ano de 2006 em Sergipe, o primeiro respondendo por R\$ 2,68 bilhões e o segundo por R\$ 2,08 bilhões. Todavia, pela ótica das saídas registradas naquele ano, observa-se que a relação de Sergipe com esses estados, apresentou-se de forma peculiar para cada caso. Embora o estado sergipano tenha apresentado dependência semelhante quanto ao volume de bens e serviços fornecidos pelos dois estados, o volume de produtos destinados aos esses estados apresentou significativa diferenças que resultaram no saldo deficitário no fluxo comercial de suas transações com São Paulo. Conforme Tabela 7, São Paulo (R\$ 1,36 milhões) apresentou-se com uma expressividade menor do que aquele consumido pelo estado da Bahia (R\$ 2,38 milhões).

**Tabela 7 - Fluxo de comércio do estado de Sergipe, conforme suas transações comerciais com outros Estados – 2006**

ESTADOS	ENTRADAS (E) (R\$)	PART. ENTRADAS %	SAÍDAS (S) (R\$)	PART. SAÍDAS %	SALDO (S-E) (R\$)	PART. SALDO TOTAL %
<b>NORTE</b>	<b>236.114.510,17</b>	<b>2,62</b>	<b>144.186.942,46</b>	<b>2,23</b>	<b>-91.927.567,71</b>	<b>3,58</b>
RO	1.119.188,36	0,01	2.770.355,68	0,04	1.651.167,32	-0,06
AC	12.336,46	0,00	1.005.881,19	0,02	993.544,73	-0,04
AM	175.307.338,90	1,94	36.194.302,66	0,56	-139.113.036,24	5,42
RR	36.421,61	0,00	993.204,57	0,02	956.782,96	-0,04
PA	43.956.980,94	0,49	82.304.125,60	1,27	38.347.144,66	-1,49
AP	666.202,77	0,01	7.583.560,25	0,12	6.917.357,48	-0,27
TO	15.016.041,13	0,17	13.335.512,51	0,21	-1.680.528,62	0,07
<b>NORDESTE</b>	<b>4.816.643.519,72</b>	<b>53,37</b>	<b>3.608.303.084,48</b>	<b>55,89</b>	<b>-1.208.340.435,24</b>	<b>47,04</b>
MA	6.780.773,39	0,08	58.851.298,83	0,91	52.070.525,44	-2,03
PI	19.141.385,43	0,21	64.957.696,70	1,01	45.816.311,27	-1,78
CE	229.648.506,86	2,54	107.079.490,55	1,66	-122.569.016,31	4,77
PB	157.810.990,62	1,75	70.101.618,69	1,09	-87.709.371,93	3,41
PE	894.762.755,62	9,91	295.512.603,66	4,58	-599.250.151,96	23,33
AL	692.097.854,13	7,67	500.113.193,66	7,75	-191.984.660,47	7,47
RN	131.132.814,55	1,45	126.832.474,84	1,96	-4.300.339,71	0,17
BA	2.685.268.439,12	29,75	2.384.854.707,55	36,94	-300.413.731,57	11,69
<b>SUDESTE</b>	<b>3.148.448.234,27</b>	<b>34,88</b>	<b>2.133.709.974,47</b>	<b>33,05</b>	<b>-1.014.738.259,80</b>	<b>39,50</b>
MG	502.299.000,50	5,57	490.583.456,56	7,60	-11.715.543,94	0,46
ES	184.474.190,26	2,04	46.904.402,98	0,73	-137.569.787,28	5,36
RJ	377.051.067,14	4,18	233.911.731,64	3,62	-143.139.335,50	5,57
SP	2.084.623.976,37	23,10	1.362.310.383,29	21,10	-722.313.593,08	28,12
SUL	629.902.830,04	6,98	222.840.348,47	3,45	-407.062.481,57	15,85
PR	194.345.647,46	2,15	66.591.064,52	1,03	-127.754.582,94	4,97
SC	203.580.251,34	2,26	80.757.538,31	1,25	-122.822.713,03	4,78
RS	231.976.931,24	2,57	75.491.745,64	1,17	-156.485.185,60	6,09
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>194.133.967,12</b>	<b>2,15</b>	<b>347.206.820,41</b>	<b>5,38</b>	<b>153.072.853,29</b>	<b>-5,96</b>
MS	11.335.199,33	0,13	6.335.798,74	0,10	-4.999.400,59	0,19
MT	19.895.023,67	0,22	12.503.381,69	0,19	-7.391.641,98	0,29
GO	140.835.575,27	1,56	283.889.556,73	4,40	143.053.981,46	-5,57
DF	22.068.168,85	0,24	44.478.083,25	0,69	22.409.914,40	-0,87
<b>BRASIL</b>	<b>9.025.243.061,32</b>	<b>100,00</b>	<b>6.456.247.170,29</b>	<b>100,00</b>	<b>-2.568.995.891,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração Própria.

No que se refere ao fluxo de comércio interestadual de Sergipe por setores de atividade econômica, em 2006, os dados indicam que, com base na Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE 2.0, os setores que apresentaram maiores fluxos de comércio

foram “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”, “Indústrias de Transformação”, “Indústrias Extrativas”, representando juntos 91,8% do fluxo de entradas e saídas. Essas três atividades respondiam por 92,3% das entradas interestaduais e 91,1% das saídas interestaduais de Sergipe. Com uma participação de 54,3% das entradas, o “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas” foi o que mais se destacou. No caso das saídas, o principal setor foi “Indústria de Transformação”, correspondendo a aproximadamente 60% das vendas (ver Tabela 8).

Ainda de acordo com a Tabela 8, participam com menor expressividade as atividades de informação e comunicação, que naquele ano, responderam por 1,92% das compras e 3,24% das vendas registradas no estado sergipano; eletricidade e gás, com 1,72% e 0,47%; construção, 1,45% e 1,15%; e, por fim, transporte armazenagem e correio representando 0,68% das compras e 2,88% das vendas.

**Tabela 8 - Fluxo de Comércio Interestadual do Estado de Sergipe por Tipo de Atividade – 2006**

SETORES	ENTRADAS (E) (R\$)	PART. ENTRADAS %	SAÍDAS (S) (R\$)	PART. SAÍDAS %	SALDO (R\$) (S-E)	PART. NO DÉFICIT TOTAL %
Comércio; Rep. Veíc. e Motocicletas	4.897.199.781,72	54,26	964.763.859,85	14,94	-3.932.435.921,87	153,07
Indústrias de Transformação	2.519.924.470,19	27,92	3.859.128.521,53	59,77	1.339.204.051,34	-52,13
Indústrias Extrativas	912.929.264,90	10,12	1.055.980.028,34	16,36	143.050.763,44	-5,57
Informação e Comunicação	173.217.875,35	1,92	209.456.960,67	3,24	36.239.085,32	-1,41
Eletricidade e Gás	155.029.578,76	1,72	30.337.033,06	0,47	-124.692.545,70	4,85
Construção	131.009.989,32	1,45	74.101.918,88	1,15	-56.908.070,44	2,22
Transporte, Armaz. e Correio	61.515.300,37	0,68	186.239.071,86	2,88	124.723.771,49	-4,85
Agropecuária	48.952.542,86	0,54	15.792.178,94	0,24	-33.160.363,92	1,29
Aloj. e Alimentação	37.772.209,69	0,42	29.210.760,58	0,45	-8.561.449,11	0,33
Ativ. Adm. e Serv. Complementares	21.641.779,10	0,24	16.590.810,07	0,26	-5.050.969,03	0,2
Adm. Pub., Def. e Seguridade Social	20.916.223,93	0,23	748.735,31	0,01	-20.167.488,62	0,79
Saúde Humana e Serv. Sociais	17.008.653,09	0,19	0,00	0	-17.008.653,09	0,66
Água, Esgoto, Ativ. Gestão Resíduos	11.390.087,32	0,13	9.766.880,14	0,15	-1.623.207,18	0,06
Ativ. Profissionais, Científ., Tecnol.	9.387.071,23	0,1	299.692,78	0	-9.087.378,45	0,35
Outras Atividades De Serviços	6.086.880,73	0,07	3.688.556,41	0,06	-2.398.324,32	0,09
Educação	974.220,75	0,01	73.208,25	0	-901.012,50	0,04
Artes, Cult., Esp. e Recreação	208.315,81	0	68.953,62	0	-139.362,19	0,01
Ativ. Financeira. de Seguros	45.092,99	0	0,00	0	-45.092,99	0
Atividades Imobiliárias	19.870,07	0	0	0	-19.870,07	0
Serviços Domésticos	13.853,14	0	0,00	0	-13.853,14	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.025.243.061,32</b>	<b>100</b>	<b>6.456.247.170,29</b>	<b>100</b>	<b>-2.568.995.891,03</b>	<b>100</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração Própria.

Com base na tabela 9, dos 32,75% de participação no fluxo comercial do estado de Sergipe, a Bahia apresentou forte relação comercial de compras através do setor de Comércio, Representação de Veículos Automotores e Motocicletas cuja participação foi de 61,31% no período em questão; já em relação às transações totais de vendas estabelecidas pelo estado sergipano com o estado da Bahia durante o ano de 2006, consta de uma participação maior na Indústria de Transformação com um percentual de 45,58% do total de saídas realizadas no estado com a Bahia.

Por outro lado, nota-se também que ambos os estados mantêm uma relação bastante pequena no que diz respeito ao setor de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura, cujas relações de compra e venda de Sergipe com a Bahia representaram, respectivamente, 0,29% e 0,23% do total das transações comerciais realizadas entre os dois estados no ano de 2006, o que implica também que, embora de forma reduzida, há uma relação de dependência proporcional para ambos os estados em relação às atividades ligadas a este setor.

Sob a ótica dos principais setores da economia, a indústria extrativa representou apenas 5,44% das entradas registradas no estado durante o ano de 2006. No entanto, em relação ao volume de saídas registradas no estado, neste mesmo período, a indústria extrativa respondeu por 24,56% das vendas de Sergipe destinadas ao estado da Bahia, de forma significativa num total de R\$ 585,67 milhões (ver Tabela 9).

**Tabela 9 - Participação do Estado da Bahia nas Transações Comerciais de Sergipe, conforme os principais setores da economia - 2006**

SETORES	ENTRADAS	%	SAÍDAS	%
Agricultura e Pecuária	R\$ 7.719.166,76	0,29	R\$ 5.412.710,34	0,23
Alojamento E Alimentação	R\$ 10.813.512,94	0,40	R\$ 8.505.031,88	0,36
Comércio (serviços)	R\$ 1.646.391.215,51	61,31	R\$ 507.790.729,67	21,29
Construção	R\$ 30.972.955,75	1,15	R\$ 21.848.140,68	0,92
Ind. De Transformação	R\$ 736.206.647,82	27,42	R\$ 1.087.062.644,71	45,58
Indústrias Extrativas	R\$ 146.048.704,23	5,44	R\$ 585.665.683,57	24,56
Inform. E Comunicação	R\$ 55.446.302,33	2,06	R\$ 75.134.095,28	3,15
Transp., Armaz. E Correio	R\$ 24.365.094,21	0,91	R\$ 60.628.737,92	2,54
Outros Setores	R\$ 27.304.839,57	1,02	R\$ 32.806.933,50	1,38
<b>Total geral</b>	<b>R\$ 2.685.268.439,12</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 2.384.854.707,55</b>	<b>100</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

### 3.3.1 Fluxos de Entradas Interestaduais

Conforme a Tabela 8, relativa ao quadro de compras de bens e serviços, por estado, dos principais setores e atividades econômicas de Sergipe, verificou-se que, em 2006, o setor de “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”, com R\$ 4,9 bilhões (54,3%), ocupou a primeira posição no ranking das entradas. As próximas posições foram para a “Indústria de Transformação”, com R\$ 2,5 bilhões (27,9%), “Indústria Extrativa”, com R\$ 912,9 milhões (10,1%), “Informação e Comunicação”, com R\$ 173 milhões (1,9%), e “Eletricidade e Gás”, com R\$ 155 milhões (1,7%). Já as atividades que compõem o setor “Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura” responderam apenas por R\$ 48,9 milhões (0,54%) das entradas totais registradas no estado.

Em relação à participação dos estados brasileiros no volume de entradas registradas em Sergipe pertinentes à atividade de maior peso no setor de comércio, verifica-se que, as transações interestaduais de compra seguem a mesma tendência observada no volume total de entradas dos bens e serviços registradas no estado Sergipano. Em que o Nordeste representa mais da metade de participação nas transações comerciais interestaduais realizadas pelo estado com um percentual de 55,66%, correspondente a importância de R\$ 2,73 bilhões. Sendo que, 33,62% deste total correspondiam à participação do estado da Bahia, sob a importância de R\$ 1,65 bilhão; Pernambuco e Alagoas responderam naquele ano, respectivamente, por 9,11% e 8,48% do volume de entradas registradas no referido setor (ver Tabela 10).

Ainda de acordo com a Tabela 10, que demonstra a relação de Sergipe com os outros estados brasileiros a respeito do volume de entradas registradas na principal atividade de compra do estado pertinente ao setor de maior peso na economia, outro fato interessante diz respeito à participação do estado de São Paulo nestas transações. Uma vez que tal estado apresentou-se sob a condição de segundo estado mais importante nas relações interestaduais de Sergipe, à medida que representa 21,46% do total de entradas registradas no setor de “Comércio, Reparação de Veículos Automotores”. Assim, participando com a importância de R\$ 1,05 bilhão, chegando a atingir quase a totalidade do valor representado pelos outros estados nordestinos que juntos participam desse volume de entradas no setor em questão com 22,04, sob a importância de R\$ 1,07 bilhão.



**Tabela 10 - Participação dos Estados Brasileiros no volume de entradas correspondente ao setor de comércio, reparação de veículos automotores**

<b>ESTADO</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>PARTICIPAÇÃO ENTRADAS %</b>
<b>NORTE</b>	<b>R\$ 181.256.676,35</b>	<b>3,70</b>
RO	R\$ 499.889,27	0,01
AC	R\$ 8.330,11	0,00
AM	R\$ 140.901.377,29	2,88
RR	R\$ 15.834,86	0,00
PA	R\$ 32.156.677,24	0,66
AP	R\$ 37.969,48	0,00
TO	R\$ 7.636.598,10	0,16
<b>NORDESTE</b>	<b>R\$ 2.725.700.308,84</b>	<b>55,66</b>
MA	R\$ 2.696.512,69	0,06
PI	R\$ 3.319.255,78	0,07
CE	R\$ 95.188.088,79	1,94
PB	R\$ 69.639.498,86	1,42
PE	R\$ 446.096.233,34	9,11
AL	R\$ 415.474.403,98	8,48
RN	R\$ 46.895.099,89	0,96
BA	R\$ 1.646.391.215,51	33,62
<b>SUDESTE</b>	<b>R\$ 1.501.135.015,15</b>	<b>30,65</b>
MG	R\$ 226.341.647,53	4,62
ES	R\$ 59.484.235,37	1,21
RJ	R\$ 164.402.052,26	3,36
SP	R\$ 1.050.907.079,99	21,46
<b>SUL</b>	<b>R\$ 377.643.975,85</b>	<b>7,71</b>
PR	R\$ 127.664.241,07	2,61
SC	R\$ 113.916.066,11	2,33
RS	R\$ 136.063.668,67	2,78
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>R\$ 111.463.805,53</b>	<b>2,28</b>
MS	R\$ 5.883.879,74	0,12
MT	R\$ 10.002.321,71	0,20
GO	R\$ 85.044.540,03	1,74
DF	R\$ 10.533.064,05	0,22
<b>BRASIL</b>	<b>R\$ 4.897.199.781,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Visto que, a respeito das transações comerciais interestadual de Sergipe, a Bahia se revelou como seu parceiro de maior peso no fluxo comercial do estado sergipano, durante o ano de 2006, o setor de destaque nas relações de compra de Sergipe com tal estado correspondeu, naquele ano, ao setor de comércio (bens e serviços) com aproximadamente R\$ 1,65 bilhões. Sendo assim, diante da concentração das compras nos agrupamentos de

Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Indústria de Transformação e Indústria Extrativa Mineral cabe fazer uma análise mais desagregada de suas compras.

No setor correspondente às atividades de comércio (Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas), que respondeu por mais da metade (54,3%) das compras interestaduais de Sergipe em 2006, totalizando R\$ 4,9 bilhões, as atividades de supermercado e hipermercado (Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Hipermercados e Supermercados) somaram R\$ 1,1 bilhão, representando 12,41% do total das entradas registradas no estado e 22,82% do total das entradas registradas no setor. Em seguida, o comércio atacadista de combustíveis (Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP) atingiu o montante de R\$ 542, 3 milhões, representando um percentual de 6,01% do total das compras sergipanas e 11,07% do total das compras do setor (ver Tabela 11).

**Tabela 11 - Fluxo de Comércio Interestadual (entradas) do Estado de Sergipe Correspondente ao Setor de Comércio, Atividades Seleccionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL DE ENTRADAS (R\$ MILHÕES)	PART ENTRADAS % TOTAIS	PART ENTRADAS % NO SETOR
<b>COMÉRCIO; REP. DE VEÍC. AUTOMOTORES e MOTOCICLETAS</b>		<b>R\$ 4.897,20</b>	<b>54,26</b>	<b>100</b>
47113	Com. varejista (hipermercados e supermercados)	R\$ 1.119,70	12,41	<b>22,86</b>
46818	Com. atacad. de combustíveis, exceto gás natural e GLP	R\$ 542,30	6,01	<b>11,07</b>
45111	Com. a varejo e por atacado de veículos automotores	R\$ 485,00	5,37	<b>9,9</b>
47318	Com. varejista de combustíveis para veículos automotores	R\$ 298,00	3,3	<b>6,09</b>
46354	Com. atacadista de bebidas	R\$ 265,30	2,94	<b>5,42</b>
47440	Com. varejista de ferragens, madeira e mat. de construção	R\$ 192,70	2,14	<b>3,94</b>
47814	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	R\$ 148,00	1,64	<b>3,02</b>
45307	Com. de peças e acessórios para veículos automotores	R\$ 121,20	1,34	<b>2,47</b>
47547	Com. varejista (móveis colchoaria e artigos de iluminação)	R\$ 113,80	1,26	<b>2,32</b>
46443	Com. atacadista de produtos farmacêuticos	R\$ 101,30	1,12	<b>2,07</b>
Subtotal demais itens		R\$ 3.387,50	37,5	<b>69,2</b>
Demais setores		R\$ 4.128,00	45,74	-
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>		<b>R\$ 9.025,20</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração Própria.

De acordo com a Tabela 12, no caso das aquisições de Sergipe relacionadas com as atividades do comércio de hipermercados e supermercados (Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados), os principais estados fornecedores para Sergipe foram os estados da Bahia,

que respondeu por R\$ 302,15 milhões (26,9%); São Paulo, representando R\$ 223,5 milhões (19,9%); Pernambuco, por R\$ 176,7 milhões (15,78%); e merece destaque ainda, o estado de Alagoas que naquele ano foi responsável por um volume de entrada de mercadorias em Sergipe na importância de R\$ 84,8 milhões (7,57%).

**Tabela 12 - Principais Estados Fornecedores de Produtos Relacionados com A Atividade de Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Hipermercados e Supermercados**

<b>ESTADO</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>PARTICIPAÇÃO ENTRADAS %</b>
BA	R\$ 302.152.983,24	26,99
SP	R\$ 223.476.311,57	19,96
PE	R\$ 176.714.422,29	15,78
AL	R\$ 84.759.472,54	7,57
AM	R\$ 76.772.414,19	6,86
SC	R\$ 37.396.829,16	3,34
PR	R\$ 32.053.129,73	2,86
GO	R\$ 28.992.848,87	2,59
MG	R\$ 26.441.506,18	2,36
RJ	R\$ 24.670.268,29	2,20
PB	R\$ 23.118.912,68	2,06
RS	R\$ 14.848.245,24	1,33
CE	R\$ 14.042.463,54	1,25
ES	R\$ 12.687.455,17	1,13
PA	R\$ 10.835.378,44	0,97
MT	R\$ 8.278.647,01	0,74
TO	R\$ 7.232.369,09	0,65
RN	R\$ 5.884.247,44	0,53
DF	R\$ 5.034.694,43	0,45
MS	R\$ 3.170.802,31	0,28
PI	R\$ 607.514,99	0,05
RO	R\$ 480.503,49	0,04
MA	R\$ 19.551,78	0,002
AC	R\$ 2.866,30	0,0003
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.119.673.837,97</b>	<b>100</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Conforme foi observado na Tabela 11, a atividade de maior destaque no setor de “Comércio; reparação de veículos automotores”, durante o ano de 2006, correspondeu à atividade de “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos

alimentícios - hipermercados e supermercados”, a qual representou 12,41% do total de entradas de bens e serviços registradas em Sergipe naquele ano, e de forma mais específica, 22,86% de participação nas compras registradas no setor; nota-se também que a segunda atividade de maior representatividade no volume de entradas relacionadas ao setor de comércio, dizia respeito à atividade de “Comércio atacadista de Combustíveis Sólidos, Líquidos e Gasosos, exceto gás natural e GLP”. Naquele ano, a participação desta atividade correspondia a 6,01% do volume total de entradas, e de 11,1% no setor de “Comércio; Reparação de Veículos Automotores”, sob a importância de R\$ 542,3 milhões.

A partir de uma visão voltada para a região Nordeste, é interessante observar que deste total de entradas registradas no setor, a Bahia respondeu por 91,03%, ou seja, naquele ano foi responsável pelo valor de R\$ 479,6 milhões; já o estado de Alagoas participou com R\$ 26 milhões (4,9%), Pernambuco com R\$ 18,2 milhões (3,37%), e os demais estados nordestinos (MA, PB, PI e RN), juntos participaram dessas entradas na proporção de 0,56%, representando a importância de R\$ 2,97 milhões (ver Tabela 13).

**Tabela 13 - Participação dos Estados Nordestinos nos fluxos comerciais de entrada da atividade de comércio atacadista de combustível sólidos, líquidos e gasosos – 2006**

<b>COMÉRCIO ATACADISTA DE COMBUSTÍVEIS SÓLIDOS, LÍQUIDOS E GASOSOS, EXCETO GÁS NATURAL E GLP</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>ENTRADAS (R\$ mil)</b>	<b>Part. (%)</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>R\$ 526.864.539,79</b>	<b>100</b>
AL	R\$ 26.024.241,06	4,94
BA	R\$ 479.584.477,36	91,03
CE	R\$ 466.136,60	0,09
MA	R\$ 842.626,58	0,16
PB	R\$ 761.488,98	0,14
PE	R\$ 18.289.374,74	3,47
PI	R\$ 767.624,50	0,15
RN	R\$ 128.569,97	0,02

**Fonte:** SEFAZ/SE. Elaboração própria

No setor correspondente a Indústria de Transformação cujas compras interestaduais somaram R\$ 2,52 bilhões em 2006, a atividade de Fabricação de malte,

cervejas e chopes adquiriu em outros estados o montante de R\$ 646 milhões, que corresponde a 7,16% das compras interestaduais do estado e 25,65% das aquisições pertinentes à indústria de transformação (ver Tabela 14). As atividades de fabricação de embalagens metálicas, torrefação e moagem de café, fabricação de cimento e diversas atividades vinculadas à fabricação de têxteis e confecções também registraram peso relativamente significativo nas aquisições interestaduais da indústria de transformação.

Também responderam por mais de 1% das aquisições interestaduais da indústria de transformação, outras atividades vinculadas à fabricação de cimentos, adubos, calçados, materiais plásticos e fabricação de bolachas e biscoitos. A lista completa das aquisições interestaduais segundo a CNAE 2.0 a cinco dígitos encontra-se no anexo I.

**Tabela 14 - Fluxo de Comércio Interestadual (Entradas) do Estado de Sergipe da Seção Indústria de Transformação, Atividades Selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL ENTRADAS (MILHÕES)	PART ENTRADAS % TOTAIS	PART ENTRADAS % NO SETOR
<b>TOTAL DA SEÇÃO INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>		<b>R\$ 2.519,90</b>	<b>27,92</b>	<b>100</b>
11135	Fabricação de malte, cervejas e chopes	R\$ 646,20	7,16	25,65
25918	Fabricação de embalagens metálicas	R\$ 201,20	2,23	7,98
10813	Torrefação e moagem de café	R\$ 193,20	2,14	7,67
23206	Fabricação de cimento	R\$ 158,90	1,76	6,31
13308	Fabricação de tecidos de malha	R\$ 102,60	1,14	4,07
14126	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	R\$ 93,50	1,04	3,71
13219	Tecelagem de fios de algodão	R\$ 88,60	0,98	3,52
15335	Fabricação de calçados de material sintético	R\$ 87,10	0,97	3,46
13111	Preparação e fiação de fibras de algodão	R\$ 81,70	0,9	3,24
20134	Fabricação de adubos e fertilizantes	R\$ 70,80	0,78	2,81
13405	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	R\$ 69,00	0,76	2,74
13511	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	R\$ 48,00	0,53	1,9
22226	Fabricação de embalagens de material plástico	R\$ 45,10	0,5	1,79
22293	Fabricação de artefatos de material plástico	R\$ 42,30	0,47	1,68
10996	Fabricação de prod. aliment. não especificados anteriormente	R\$ 41,80	0,46	1,66
27597	Fabricação de aparelhos eletrod. não especificados anteriormente	R\$ 36,60	0,41	1,45
13596	Fabricação de outros prod. têxteis não especific. anteriormente	R\$ 29,80	0,33	1,18
14118	Confecção de roupas íntimas	R\$ 29,40	0,33	1,17
10929	Fabricação de biscoitos e bolachas	R\$ 29,30	0,32	1,16
Subtotal demais itens		R\$ 424,80	4,71	16,86
Demais setores		R\$ 6.505,30	-	-
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>		<b>R\$ 9.025,20</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria.

No tocante à Indústria de Transformação, no que concerne à atividade “Fabricação de Malte, cerveja e chopes”, haja vista, apresentou-se sob a condição de atividade de maior relevância no volume de entradas registradas em Sergipe em relação ao referido setor, durante o ano de 2006. Dentre os principais estados que participam dessas transações de entrada na indústria de transformação, a Bahia respondeu por 29,22%, com um total de R\$ 736,2 milhões, sendo que deste percentual 15,9% é atribuído à compra de produtos oriundos da atividade de “Fabricação de Malte, cerveja e malte”, o correspondente à importância de R\$ 400,64 milhões, um valor bastante significativo. Além da Bahia, outro estado de relevante importância no volume de entradas ocorridas na indústria de transformação, diz respeito ao estado de Pernambuco com percentual de 12,65% de participação no setor, sob a importância de R\$ 319,00 milhões dos quais 6,34% foi proveniente da atividade “Fabricação de Malte, cerveja e chopes” (ver Tabela 15).

Depois da Bahia, que se apresentou como principal parceiro nas transações de compra, o maior destaque foi representado pelo estado de São Paulo, com participação de 28,95% das entradas registradas na indústria de transformação para o ano de 2006, abrangendo a importância de R\$ 729,46 milhões. É interessante observar que embora a atividade “Fabricação de Malte, cervejas e chopes” tenha sido a atividade de maior peso no total das vendas registradas dentro da indústria de transformação, tal atividade em relação a São Paulo representou apenas 0,86% deste total. Sendo que, a atividade de destaque considerável com maior peso na integração produtiva entre os dois estados (Sergipe e São Paulo) correspondeu à atividade “Fabricação de embalagens metálicas” com participação de 26,8% do total dessas transações, o equivalente a R\$ 1,95 bilhão.

**Tabela 15 - Participação dos Estados nas Entradas referentes à Indústria de Transformação e sua Atividade Principal no Estado de Sergipe – 2006**

ESTADO	IND. DE TRANSFORMAÇÃO		PRINCIPAL ATIVIDADE	
	Entradas (mil)	Part. no Setor (%)	Entradas (mil)	Part. no Setor (%)
BA	R\$ 736.206.647,82	29,22	R\$ 400.644.383,16	15,90
SP	R\$ 729.457.509,51	28,95	R\$ 21.661.583,49	0,86
PE	R\$ 319.208.452,25	12,67	R\$ 159.833.583,30	6,34
MG	R\$ 148.750.743,50	5,90	R\$ 747.817,67	0,03
AL	R\$ 85.152.068,90	3,38	R\$ 21.356.282,88	0,85
ES	R\$ 81.657.156,84	3,24	-	-
PB	R\$ 80.118.850,48	3,18	R\$ 3.377.814,41	0,13
RS	R\$ 68.527.517,98	2,72	R\$ 3.957.040,85	0,16
SC	R\$ 63.303.234,86	2,51	R\$ 1.449.174,22	0,06
PR	R\$ 37.019.815,88	1,47	R\$ 3.281.217,76	0,13
RJ	R\$ 36.455.315,61	1,45	R\$ 6.900.455,54	0,27
CE	R\$ 27.049.993,63	1,07	R\$ 509.602,41	0,02
Demais	R\$ 107.017.162,93	4,25	R\$ 22.521.286,88	0,89
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.519.924.470,19</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 646.240.242,57</b>	<b>25,65</b>

Fonte: SEFAZ/SE;MDIC-SECEX. Elaboração própria.

Considerando que em relação à indústria extrativa, esta representou apenas 10,2% do total de entradas de bens e serviços registradas em Sergipe (ver Tabela 8), durante o período de 2006, as aquisições interestaduais referente às atividades integrantes deste setor foram realizadas num valor equivalente a R\$ 912,9 milhões. Em destaque, conforme Tabela 16, a atividade de extração de petróleo e gás natural e suas atividades de apoio responderam juntas por cerca de 84,4% do total das compras interestaduais adquiridas por Sergipe neste setor. Outra parcela importante foi adquirida pelas atividades de extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes (13,77%), que respondem por R\$ 125,7 milhões do total dessas entradas, para o período em questão. Vale lembrar que o principal fator responsável pelo destaque nesta última atividade diz respeito à existência da indústria de Fertilizantes em Sergipe, fato que leva a crer que tais entradas ocorram, sobretudo, em virtude da necessidade de insumos, adquiridos fora do estado, para a produção.

**Tabela 16 - Fluxo de Comércio Interestadual (entradas) do Estado de Sergipe correspondente à Indústria Extrativa, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL ENTRADAS (milhões)	PART ENTRADAS % TOTAIS	PART ENTRADAS % NO SETOR
<b>TOTAL DO SETOR INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>		<b>912,9</b>	<b>10,12</b>	<b>100</b>
6000	Extração de petróleo e gás natural	686,5	7,61	75,2
8916	Extração de minerais para fabricação de Adubos e Fertilizantes	125,7	1,39	13,77
9106	Ativ. de apoio à ext. de pet. e gás natural	83,6	0,93	9,16
8100	Extração de pedra, areia e argila	17,1	0,19	1,88
Demais setores		8.112,30	89,88	-
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>		<b>R\$ 9.025,20</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração Própria.

Em relação aos principais parceiros de Sergipe nas transações interestaduais de compra pertinentes à indústria extrativa, de acordo com a Tabela 17, a liderança na participação dos estados foi ocupada pelo estado de Alagoas; o qual representou 18,95% de participação, assumindo assim um valor de R\$ 173 milhões, cuja atividade de maior relevância na relação de compra entre os dois estados, durante o ano de 2006, correspondeu à atividade de “Extração de Petróleo e Gás” representando 82,7% desse total, ou seja, R\$ 143,08 milhões. Outras participações significativas no setor concernem ao estado da Bahia com 16% de participação, São Paulo com 13,63%, Rio de Janeiro com 12,78%, e Ceará com 10,4% de participação no registro de entradas pertinentes à indústria extrativa de Sergipe, durante o ano de 2006.



**Tabela 17 - Participação dos principais Estados Fornecedores da Indústria Extrativa no Estado de Sergipe, conforme atividades econômicas – 2006**

ESTADO		PART. (%)
Atividade Econômica	Entradas (R\$ mil)	
<b>INDÚSTRIA EXTRATIVA</b>	<b>R\$ 912.929.264,90</b>	<b>100</b>
<b>AL</b>	<b>R\$ 173.009.940,58</b>	<b>18,95</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 143.081.088,37	82,70
Extração de pedra, areia e argila	R\$ 79.196,11	0,05
Extração de minerais	R\$ 1.325.026,84	0,77
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 28.524.629,26	16,49
<b>BA</b>	<b>R\$ 146.048.704,23</b>	<b>16,00</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 107.565.014,10	73,65
Extração de pedra, areia e argila	R\$ 3.723.643,58	2,55
Extração de minerais	R\$ 24.207.114,64	16,57
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 10.552.931,91	7,23
<b>SP</b>	<b>R\$ 124.471.115,75</b>	<b>13,63</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 85.700.321,85	68,85
Extração de pedra, areia e argila	R\$ 4.164.866,32	3,35
Extração de minerais	R\$ 32.998.731,20	26,51
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 1.607.196,38	1,29
<b>RJ</b>	<b>R\$ 116.635.950,21</b>	<b>12,78</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 92.485.203,65	79,29
Extração de pedra, areia e argila	R\$ 126.686,68	0,11
Extração de minerais	R\$ 4.951.147,47	4,24
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 19.072.912,41	16,35
<b>CE</b>	<b>R\$ 94.924.046,36</b>	<b>10,40</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 85.882.685,81	90,48
Extração de pedra, areia e argila	R\$ 6.988,80	0,01
Extração de minerais	R\$ 1.109.125,33	1,17
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 7.925.246,42	8,35
<b>MG</b>	<b>R\$ 74.645.186,62</b>	<b>8,18</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 53.994.702,27	72,34
Extração de pedra, areia e argila	R\$ 3.160.809,82	4,23
Extração de minerais	R\$ 17.430.525,06	23,35
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 59.149,47	0,08
<b>RN</b>	<b>R\$ 64.234.902,25</b>	<b>7,04</b>
Extração de petróleo e gás natural	R\$ 57.449.122,27	89,44
Extração de minerais	R\$ 6.567,44	0,01
Ativ. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 6.779.212,54	10,55
<b>Demais Estados</b>	<b>R\$ 118.959.418,90</b>	<b>13,03</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Conforme Tabela 18, a participação do setor de “Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura” no volume total de entradas de bens e serviços na economia sergipana, durante o ano de 2006, representou apenas 0,54%, um percentual correspondente a importância de aproximadamente R\$ 49 milhões. De acordo com os dados da Tabela 14, em relação às atividades que, segundo a CNAE 2.0, fazem parte deste setor a maioria dos produtos que entraram no estado sergipano, diz respeito às atividades de “Criação de Aves”, com R\$ 31,2 milhões (63,4%), “Criação de Bovinos”, com R\$ 6,9 milhões (14%), e de “Cultivo de Cana-de-açúcar”, com R\$ 4,1 milhões (8,4%).

**Tabela 18 - Fluxo de Comércio Interestadual (entradas) do Estado de Sergipe Correspondente à Indústria de Transformação, Atividades Seleccionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 díg.)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL DE ENTRADAS (R\$ mil)	PART ENTRADAS % TOTAIS	PART ENTRADAS % NO SETOR
<b>Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura</b>		<b>R\$ 48.952.542,86</b>	<b>0,54</b>	<b>100</b>
1555	Criação de aves	R\$ 31.214.200,20	0,35	63,76
1512	Criação de bovinos	R\$ 6.898.099,58	0,08	14,09
1130	Cultivo de cana-de-açúcar	R\$ 4.110.384,93	0,05	8,40
3213	Aqüicultura em água salgada e salobra	R\$ 2.521.168,61	0,03	5,15
1334	Cult. frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	R\$ 1.885.399,31	0,02	3,85
1610	Atividades de apoio à agricultura	R\$ 656.629,37	0,01	1,34
1539	Criação de caprinos e ovinos	R\$ 465.263,08	0,01	0,95
1521	Criação de outros animais de grande porte	R\$ 333.782,97	0,0037	0,68
3124	Pesca em água doce	R\$ 217.032,88	0,0024	0,44
1318	Cultivo de laranja	R\$ 206.192,05	0,0023	0,42
1547	Criação de suínos	R\$ 127.668,59	0,0014	0,26
1211	Horticultura	R\$ 109.313,46	0,0012	0,22
Outras atividades		R\$ 207.407,83	0,42	0,00
Demais setores		R\$ 8.976.290.518,46	99,46	-
<b>TOTAL DE ENTRADAS</b>		<b>R\$ 9.025.243.061,32</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Quanto aos principais parceiros na compra dos produtos advindos das atividades pertinente ao setor de “Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura”, durante o ano de 2006, de acordo com os dados da Tabela 19, o estado líder na participação dessas entradas correspondeu ao estado de Pernambuco com 19,48%, um percentual equivalente a R\$ 9,53 milhões. Dentre os principais fornecedores destaca-se também o estado

da Bahia com participação de 15,77%, representando a importância de R\$ 7,71 milhões; Goiás (13,55%), Minas Gerais (13,29%), e São Paulo (11,09%).

**Tabela 19 - Participação dos Estados nas Entradas Referentes ao Setor de Agropecuária no Estado de Sergipe – 2006**

<b>ESTADO</b>	<b>ENTRADAS (R\$ mil)</b>	<b>PARTICIPAÇÃO ENTRADAS %</b>
PE	R\$ 9.534.232,99	19,48
BA	R\$ 7.719.166,76	15,77
GO	R\$ 6.635.350,60	13,55
MG	R\$ 6.505.330,85	13,29
SP	R\$ 5.427.526,23	11,09
AL	R\$ 2.431.774,05	4,97
PI	R\$ 2.338.259,00	4,78
DF	R\$ 1.732.562,75	3,54
TO	R\$ 1.436.910,00	2,94
PR	R\$ 1.097.102,57	2,24
CE	R\$ 986.244,86	2,01
PB	R\$ 879.739,90	1,80
Demais Estados	R\$ 2.228.342,30	5,44
<b>Total</b>	<b>R\$ 48.952.542,86</b>	<b>100</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Visto que, a respeito das transações comerciais interestaduais de Sergipe, a Bahia se revelou como seu parceiro de maior peso no fluxo comercial do estado sergipano, durante o ano de 2006. O estudo revelou também que o setor de maior destaque nas relações de compra de Sergipe com a Bahia correspondeu ao setor de “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas” com aproximadamente R\$ 1,65 bilhões. Objetivando, explicar detalhes desta relação entre os dois estados a Tabela 20 relaciona as transações de compra realizadas no ano de 2006 por meio das principais atividades econômicas.

Considerando tais fatos, por meio da Tabela 20, percebe-se que a principal atividade responsável por esse destaque na relação entre os dois estados é pertinente à atividade de “Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás e GLP” que respondeu por R\$ 479,58 milhões, ou seja, 29,13% do total de compras realizados por Sergipe com a Bahia neste setor; em segundo lugar, apresenta-se a atividade de “Comércio atacadista de mercadorias em geral (hipermercados e supermercados em geral)”,

representando 18,35% das compras relacionadas ao referido setor num total de R\$ 302,15 milhões; as atividades de “Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores” e “Comércio atacadista de bebidas” também são de relevante significância no total de entrada de produtos adquiridos com a Bahia, representando, respectivamente 13,09% no valor de R\$ 215,48 milhões, e 11,20% no valor de R\$ 184,43 milhões destinados à compra de produtos no setor de serviços.

Em relação à indústria de transformação com 27,42% de participação do total de entradas registradas provenientes da Bahia, sendo responsável por R\$ 736,20 milhões, de acordo com a Tabela 20, Sergipe apresentou forte relação com esse estado por meio das transações de compra pertinentes à atividade de “Fabricação de malte, cervejas e chopes” que na ocasião representou 54,42% das compras registradas num total de R\$ 400,64 milhões.

Apesar da pequena representatividade da indústria extrativa, em termos percentuais (5,44%), nas entradas registradas, durante o ano de 2006, vale ressaltar que a atividade de maior relevância concernente ao setor diz respeito à atividade de “Extração de petróleo e gás natural” que representou 73,4% das entradas registradas neste setor, num total de R\$ 107,53 milhões para o período em questão (ver tabela 20).

Ainda conforme os dados da Tabela 20, a respeito das relações comerciais agropecuárias de Sergipe com o estado da Bahia, embora o setor represente apenas 0,29% do total de entradas registradas através das transações realizadas entre os dois estados, num total de R\$ 7,72 milhões, merece destaque a atividade de “Criação de aves” cuja participação desta atividade no setor é de 80,43%, representando um valor de R\$ 6,21 milhões.

**Tabela 20 - Principais Atividades Conforme as Transações de Compra do Estado de Sergipe Realizadas com o Estado da Bahia - 2006**

SETORES		ENTRADAS	%
Cód. CNAE	Desc. CNAE		
<b>Agropecuária</b>		<b>R\$ 7.719.166,76</b>	<b>100</b>
1555	Criação de aves	R\$ 6.208.237,16	80,43
1334	Cult. de frutas de lav. Permanente	R\$ 515.583,76	6,68
1130	Cultivo de cana-de-açúcar	R\$ 288.664,83	3,74
1512	Criação de bovinos	R\$ 203.505,94	2,64
3213	Aqüicultura em água salgada e salobra	R\$ 191.101,97	2,48
1547	Criação de suínos	R\$ 83.052,89	1,08
1318	Cultivo de laranja	R\$ 75.466,20	0,98
1610	Atividades de apoio à agricultura	R\$ 70.459,27	0,91
1229	Cultivo de flores e plantas ornamentais	R\$ 56.608,83	0,73
1521	Criação de outros animais de grande porte	R\$ 9.562,18	0,12
<b>Indústria Extrativa</b>		<b>R\$ 146.048.704,23</b>	<b>100</b>
6000	Extração de petróleo e gás natural	R\$ 107.565.014,10	73,65
8100	Extração de pedra, areia e argila	R\$ 3.723.643,58	2,55
8916	Ext. de minerais e outros prod. quím.	R\$ 24.207.114,64	16,57
9106	Ativid. de apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 10.552.931,91	7,23
<b>Indústrias de transformação</b>		<b>R\$ 736.206.647,82</b>	<b>100</b>
11135	Fabricação de malte, cervejas e chopes	R\$ 400.644.383,16	54,42
15335	Fabricação de calçados de material sintético	R\$ 49.660.311,11	6,75
10813	Torrefação e moagem de café	R\$ 45.398.205,15	6,17
13219	Tecelagem de fios de algodão	R\$ 28.512.386,26	3,87
13111	Preparação e fiação de fibras de algodão	R\$ 25.289.073,53	3,44
20134	Fabricação de adubos e fertilizantes	R\$ 21.941.933,73	2,98
23206	Fabricação de cimento	R\$ 20.244.092,34	2,75
22226	Fabricação de embalagens de mat. plástico	R\$ 18.750.501,10	2,55
13596	Fabricação de outros produtos têxteis	R\$ 12.468.391,52	1,69
20142	Fabricação de gases industriais	R\$ 12.370.861,31	1,68
<b>Bens e Serviços</b>		<b>R\$ 1.646.391.215,51</b>	<b>100</b>
46818	Com. Atacad. de combust. exceto gás natural e GLP	R\$ 479.584.477,36	29,13
47113	Com. Varej. de mercad. em geral (hiperm. e superm.)	R\$ 302.152.983,24	18,35
47318	Com. Varej. de combust. para veículos. automotores	R\$ 215.485.383,12	13,09
46354	Comércio Atacad. de bebidas	R\$ 184.434.174,13	11,20
45111	Com. varejo/atacado de veículos. automotores	R\$ 63.108.976,29	3,83
47440	Com. Varej. de ferragens, madeira e mat. de const.	R\$ 40.165.451,91	2,44
47539	Com. Varej. (eletrod. e equipam. de áudio e vídeo)	R\$ 38.475.256,50	2,34
47237	Comércio Varejista de bebidas	R\$ 37.517.970,36	2,28
47547	Com. Varej. (móveis, colchoaria e art. de iluminação)	R\$ 22.048.712,18	1,34
47717	Com. Varej. de prod. farmacêuticos	R\$ 20.887.344,88	1,27

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

### 3.3.2 Fluxos de Saídas Interestaduais

No que se refere aos fluxos de saídas, os principais setores de destaque na economia sergipana foram a “Indústria de Transformação” com um valor de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões (59,8%), do total de vendas registradas no estado, durante o ano de 2006; em seguida, a “Indústria Extrativa” com aproximadamente R\$ 1,1 bilhão (16,4%); em terceira posição, destaca-se o setor de “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas” com R\$ 964,8 milhões (14,9%). Já em relação ao setor de “Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura”, este se apresenta numa colocação bem abaixo dos anteriores, já que, naquele ano, foi registrado apenas o montante de R\$ 15,8 milhões, correspondente a 0,25% do total de vendas dos produtos sergipanos, durante o ano de 2006 (ver Tabela 21).

**Tabela 21 - Volume de Saídas (vendas) Interestaduais de Sergipe – 2006**

SETORES	SAÍDAS (R\$ mil)	%
Indústrias de transformação	R\$ 3.859.128.521,53	59,77
Indústrias extrativas	R\$ 1.055.980.028,34	16,36
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	R\$ 964.763.859,85	14,94
Informação e comunicação	R\$ 209.456.960,67	3,24
Transporte, armazenagem e correio	R\$ 186.239.071,86	2,88
Construção	R\$ 74.101.918,88	1,15
Eletricidade e gás	R\$ 30.337.033,06	0,47
Alojamento e alimentação	R\$ 29.210.760,58	0,45
Atividades administrativas e serviços complementares	R\$ 16.590.810,07	0,26
Agropecuária	R\$ 15.792.178,94	0,24
Água, esgoto, ativ. de gestão de res. e descontaminação	R\$ 9.766.880,14	0,15
Outras atividades de serviços	R\$ 3.688.556,41	0,06
Administração pública, defesa e seguridade social	R\$ 748.735,31	0,01
Atividades profissionais, científicas e técnicas	R\$ 299.692,78	0,00
Educação	R\$ 73.208,25	0,00
Artes, cultura, esporte e recreação	R\$ 68.953,62	0,00
<b>Total geral</b>	<b>R\$ 6.456.247.170,29</b>	<b>100</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Conforme Tabela 22, percebe-se que a região Nordeste também se apresentou de forma significativa na realização das vendas interestaduais realizadas por Sergipe, durante o ano de 2006, à medida que sua participação no volume total das vendas foi de 55,89%, sob a

importância de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, dos quais 36,94% foram registrados nas transações realizadas com o estado da Bahia num montante de R\$ 2,38 bilhões; já o estado de Alagoas com uma representatividade menor, participou com um percentual de 7,75%, responsável pelo valor de R\$ 500 milhões, enquanto Pernambuco responsabilizou-se pelo percentual de 4,58%, ou seja, o valor de R\$ 295,5 milhões do total das vendas registradas, naquele ano.

**Tabela 22 - Participação dos Estados Brasileiros no Volume Total de Saídas (vendas) registrado em Sergipe - 2006**

ESTADO	SAÍDAS	PART. SAÍDAS %
<b>NORTE</b>	<b>R\$ 144.186.942,46</b>	<b>2,23</b>
RO	R\$ 2.770.355,68	0,04
AC	R\$ 1.005.881,19	0,02
AM	R\$ 36.194.302,66	0,56
RR	R\$ 993.204,57	0,02
PA	R\$ 82.304.125,60	1,27
AP	R\$ 7.583.560,25	0,12
TO	R\$ 13.335.512,51	0,21
<b>NORDESTE</b>	<b>R\$ 3.608.303.084,48</b>	<b>55,89</b>
MA	R\$ 58.851.298,83	0,91
PI	R\$ 64.957.696,70	1,01
CE	R\$ 107.079.490,55	1,66
PB	R\$ 70.101.618,69	1,09
PE	R\$ 295.512.603,66	4,58
AL	R\$ 500.113.193,66	7,75
RN	R\$ 126.832.474,84	1,96
BA	R\$ 2.384.854.707,55	36,94
<b>SUDESTE</b>	<b>R\$ 2.133.709.974,47</b>	<b>33,05</b>
MG	R\$ 490.583.456,56	7,60
ES	R\$ 46.904.402,98	0,73
RJ	R\$ 233.911.731,64	3,62
SP	R\$ 1.362.310.383,29	21,10
<b>SUL</b>	<b>R\$ 222.840.348,47</b>	<b>3,45</b>
PR	R\$ 66.591.064,52	1,03
SC	R\$ 80.757.538,31	1,25
RS	R\$ 75.491.745,64	1,17
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>R\$ 347.206.820,41</b>	<b>5,38</b>
MS	R\$ 6.335.798,74	0,10
MT	R\$ 12.503.381,69	0,19
GO	R\$ 283.889.556,73	4,40
DF	R\$ 44.478.083,25	0,69
<b>BRASIL</b>	<b>R\$ 6.456.247.170,29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFAZ/SE. Elaboração própria

Ainda de acordo com a Tabela 22, dentre os principais locais de maior integração regional, a região Sudeste destaca-se na segunda posição, sob a representatividade de 33,05%, correspondente ao montante de R\$ 2,13 bilhões do volume total de vendas registradas no referido ano. Deste montante registrada nas transações de venda com a região Sudeste, o estado de São Paulo representou, naquele ano, a importância de R\$ 1,36 bilhão, cuja participação foi de 21,1% do total de vendas registradas na economia sergipana. Os demais estados dessa região (MG, ES, RJ), que se relacionam com Sergipe nas transações de vendas, respondem juntos por um percentual de 11,95%, sob a importância de R\$ 771,4 milhões, dos quais o estado de Minas Gerais responde por um montante de R\$ 490,6 milhões do total das saídas interestaduais registradas no estado sergipano durante o período de 2006.

Em relação ao registro de saídas por setores da economia, a Tabela 23 demonstra o volume de saídas registradas em Sergipe de acordo com as principais atividades econômicas do setor de maior relevância no estado, cujo maior destaque foi representado pela “Indústria de Transformação”, durante o período de 2006. Os dados da tabela em observação demonstram que a atividade econômica “Fabricação de Adubos e Fertilizantes” assumiu a liderança nas vendas interestaduais dos produtos sergipanos para aquele período, com participação 9,6% no volume total de vendas registradas no estado, o correspondente a R\$ 618,5 milhões do total das saídas registradas e 16% das vendas registradas, especificamente, na Indústria de Transformação.

Em segundo lugar, ainda em relação às vendas pertinentes à indústria de transformação, destaca-se a atividade de “Fabricação de malte, cervejas e chopes” com o montante de R\$ 530,4 milhões que naquele ano representaram 8,2% do total de saídas registradas no estado e 13,7% das saídas registradas no setor. Conforme Tabela 23, destacam-se também as atividades de “Fabricação de Embalagens Metálicas” e “Fabricação de Cimento”, ambas, respectivamente, com participação de 4,5% (R\$ 292,8 milhões) e 4,1% (R\$ 267,10 milhões), no total de saídas totais registradas e com 7,6% e 6,9% das saídas registradas apenas na Indústria de Transformação.



**Tabela 23 - Fluxo de Comércio Interestadual (saídas) do Estado de Sergipe por meio da Indústria de Transformação, Principais Atividades – 2006**

CNAE 2.0 (5 DIG.)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL DE SAÍDAS (R\$ milhões)	PART SAÍDAS TOTAIS %	PART SAÍDAS SETOR %
<b>INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>		<b>3.859,10</b>	<b>59,79</b>	<b>100</b>
20134	Fabricação de adubos e fertilizantes	618,50	9,58	16,03
11135	Fabricação de malte, cervejas e chopes	530,40	8,22	13,74
25918	Fabricação de embalagens metálicas	292,80	4,54	7,59
23206	Fabricação de cimento	267,00	4,14	6,92
10813	Torrefação e moagem de café	205,50	3,18	5,33
13219	Tecelagem de fios de algodão	180,50	2,8	4,68
13111	Preparação e fiação de fibras de algodão	167,10	2,59	4,33
15335	Fabricação de calçados de material sintético	158,00	2,45	4,09
13405	Acab. fios, tecidos e artefatos têxteis	142,20	2,2	3,68
14126	Conf. de peças do vest., exceto roupas íntimas	139,70	2,16	3,62
Subtotal demais itens		1.157,40	17,93	<b>29,99</b>
Demais setores		2.597,10	40,21	-
<b>TOTAL DE SAÍDAS</b>		<b>6.456,20</b>	<b>100</b>	-

Fonte: MDIC-SECEX. Elaboração Própria.

A respeito dos principais compradores dos produtos e serviços provenientes da Indústria de Transformação em Sergipe, durante o período estudado, através da Tabela 24 verifica-se que o estado de São Paulo apresentou-se naquele ano como seu principal comprador, representando 28,21% do volume total de vendas registradas em Sergipe, o correspondente ao montante de R\$ 1,09 bilhão. Neste caso, dentre os principais parceiros de Sergipe em suas transações interestaduais de venda, o estado da Bahia apresentou-se na segunda posição, com participação muito próxima do estado de São Paulo, assim, representando 28,17% do volume total de saídas registradas na indústria de transformação, durante o ano de 2006.

Considerando que a Tabela 24 relaciona os principais destinos das vendas interestaduais de Sergipe com a atividade de maior relevância no fluxo de saídas dentro da indústria de transformação, atividade “Fabricação de Adubos e Fertilizantes” revelou-se como atividade de maior peso no setor. Sob tal prisma, é interessante observar que apesar do estado de São Paulo ter se apresentado como principal parceiro de Sergipe nas transações interestaduais pertinentes à indústria de transformação, diante das vendas realizadas através da principal atividade do setor, a atividade de “Fabricação de Adubos e Fertilizantes”, o mesmo representa apenas 13% das vendas registradas para essa atividade; enquanto que, a

liderança das vendas na principal atividade econômica da indústria transformação de Sergipe foi assumida pelo estado de Minas Gerais que representou 33,62% dessas vendas, sob a importância de R\$ 207,9 milhões; e o estado de Goiás com participação de 21,77%, o equivalente a R\$ 134,6 milhões das vendas pertinentes a principal atividade da indústria de transformação.

**Tabela 24 - Participação dos Estados nas Transações de vendas referentes à Indústria de Transformação e sua Atividade Principal no Estado de Sergipe – 2006**

ESTADO	IND. DE TRANSFORMAÇÃO		PRINCIPAL ATIVIDADE	
	SAÍDAS (mil)	PART. NO SETOR (%)	SAÍDAS (mil)	PART. NO SETOR (%)
SP	R\$ 1.088.678.898,39	28,21	R\$ 80.372.049,13	13,00
BA	R\$ 1.087.062.644,71	28,17	R\$ 87.499.411,89	14,15
MG	R\$ 346.763.884,19	8,99	R\$ 207.928.689,17	33,62
PE	R\$ 190.501.335,07	4,94	R\$ 23.908.785,14	3,87
GO	R\$ 186.877.309,58	4,84	R\$ 134.613.692,69	21,77
AL	R\$ 168.841.040,71	4,38	R\$ 24.548.781,66	3,97
RJ	R\$ 93.585.238,83	2,43	R\$ 314.146,71	0,05
CE	R\$ 86.113.992,28	2,23	R\$ 3.776.885,10	0,61
PA	R\$ 74.123.200,39	1,92	R\$ 506.001,81	0,08
RS	R\$ 67.322.161,03	1,74	R\$ 3.333,00	0,001
SC	R\$ 65.872.905,30	1,71	R\$ 6.000,00	0,001
PI	R\$ 60.336.756,03	1,56	R\$ 17.396.440,15	2,81
PB	R\$ 57.633.646,01	1,49	R\$ 1.504.622,90	0,24
MA	R\$ 53.452.341,63	1,39	R\$ 3.275.052,25	0,53
PR	R\$ 51.692.444,81	1,34	R\$ 282.323,90	0,05
RN	R\$ 42.126.104,81	1,09	R\$ 2.486.250,91	0,40
DF	R\$ 34.271.449,77	0,89	R\$ 6.269.420,51	1,01
AM	R\$ 32.885.755,05	0,85	R\$ 6,03	0,00
ES	R\$ 30.394.266,55	0,79	R\$ 6.782.591,01	1,10
TO	R\$ 11.959.730,54	0,31	R\$ 9.206.136,37	1,49
MT	R\$ 11.101.595,80	0,29	R\$ 6.866.771,68	1,11
AP	R\$ 7.442.434,21	0,19	-	-
MS	R\$ 5.907.221,24	0,15	R\$ 891.787,83	0,14
RO	R\$ 2.465.951,51	0,06	R\$ 21.789,27	0,00
AC	R\$ 864.336,08	0,02	-	-
RR	R\$ 851.877,01	0,02	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.859.128.521,53</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 618.460.969,11</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração Própria.

A respeito das transações de vendas provenientes da “Indústria Extrativa” que respondeu por cerca de R\$ 1,1 bilhão (16,4%) do total das saídas registradas em Sergipe, nota-se que a atividade líder nas vendas do setor foi “Extração de Petróleo e Gás Natural” com aproximadamente R\$ 647 milhões (10%) do total dos produtos vendidos para outros estados. Percebe-se também que esta atividade representa 61,3% das vendas correspondentes ao setor em questão (ver Tabela 25), sendo assim, a atividade principal da Indústria Extrativa em Sergipe.

A atividade “Extração de Minerais para fabricação de Adubos, Fertilizantes e outros Produtos” destacou-se nas vendas totais do estado sergipano com participação de R\$ 272,3 milhões, representando naquele ano 25,78% das vendas no setor. Conforme Tabela 25, as demais vendas pertinentes às atividades da “Indústria Extrativa” com aproximadamente 13%, são representadas pelas “Atividades de Apoio à Extração de Petróleo e Gás Natural” e “Extração de Pedra, Areia e Argila” cada uma, respectivamente, com participação de R\$ 72,9 milhões (1,1%) e de R\$ 63,8 milhões (0,9%) do total das vendas registradas na economia sergipana.

**Tabela 25 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe referente à indústria de transformação, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígit.)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL DE SAÍDAS (R\$ milhões)	PART SAÍDAS % TOTAIS	PART SAÍDAS % NO SETOR
<b>INDÚSTRIA EXTRATIVA</b>		<b>1055,98</b>	-	<b>100</b>
6000	Extração de petróleo e gás natural	646,98	0,95	61,27
8916	Extração de minerais (fab. adubos, fertiliz. e outros prod. químicos)	272,27	0,40	25,78
9106	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	72,98	0,11	6,91
8100	Extração de pedra, areia e argila	63,76	0,09	6,04
<b>TOTAL DE SAÍDAS</b>		<b>6456,2</b>	<b>100</b>	-

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração Própria.

De acordo com Tabela 26, os principais parceiros nas vendas de bens e serviços sergipanos pertinentes às “Indústrias Extrativas”, durante o período de 2006, foram o estado da Bahia com R\$ 585,7 milhões (55,5%) do total das vendas registradas no setor; o estado de Alagoas com R\$ 101,2 milhões (9,6%) e o estado do Rio de Janeiro com R\$ 87 milhões (8,2%) das vendas registradas na seção “Indústrias Extrativas”. É interessante observar também que do total das vendas realizadas com o estado da Bahia, 42,23 % correspondeu à

venda de bens e serviços relacionados com a principal atividade do setor, ou seja, a atividade “Extração de Petróleo e Gás Natural”; no entanto, o mesmo não aconteceu com os outros parceiros, ao passo que, a participação desta atividade em Alagoas foi de apenas 5,74% e no Rio de Janeiro apenas 6,45%. Isto implica que a respeito do referido setor, para esses dois últimos estados as vendas de bens e serviços provenientes da principal atividade não tiveram grande representatividade para o estado Sergipano, ao ser comparado com o estado da Bahia.

**Tabela 26 - Participação dos Estados nas Transações de vendas (saídas), referentes à Indústria Extrativa e sua Atividade Principal no Estado de Sergipe – 2006**

ESTADO	IND. EXTRATIVA		PRINCIPAL ATIVIDADE	
	Saídas (mil)	Part. no Setor (%)	Saídas (mil)	Part. no Setor (%)
BA	R\$ 585.665.683,57	55,46	R\$ 445.918.973,00	42,23
AL	R\$ 101.245.508,81	9,59	R\$ 60.565.490,65	5,74
RJ	R\$ 87.025.237,69	8,24	R\$ 68.077.615,72	6,45
SP	R\$ 71.274.644,68	6,75	R\$ 7.395.975,82	0,70
RN	R\$ 69.629.017,76	6,59	R\$ 55.507.374,77	5,26
Demais	R\$ 141.139.935,83	13,37	R\$ 9.510.130,34	0,90
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.055.980.028,34</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 646.975.560,30</b>	<b>61</b>

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração Própria.

Analisando as atividades ligadas ao setor de “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”, percebe-se que as atividades que compõem este setor responderam por 14,94% do total de saídas interestaduais registradas em Sergipe, sob a importância de R\$ 964,8 milhões, durante o ano de 2006. Em destaque, a atividade “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados”, naquele ano representou 3,8% das saídas registradas no saldo da balança comercial de Sergipe, e participou com R\$ 243,3 milhões (25,2%) das saídas registradas no setor em questão (ver Tabela 27).

Ainda em relação à análise dos dados do setor correspondente às atividades de comércio, outra atividade de destaque em relação ao fluxo de saídas interestaduais diz respeito ao “Comércio Atacadista de Bebidas” com representação de R\$ 125 milhões, o que equivale a 1,9 % no total de saídas e a aproximadamente 13% nas saídas registradas no setor para aquele ano. Semelhante a isso, a atividade de “Comércio a varejo e por atacado de

veículos automotores” destaca-se com participação de R\$ 115,3 milhões nas saídas interestaduais, na proporção de 1,8% das saídas totais e aproximadamente 12% do total de saídas registradas no setor de comércio.

**Tabela 27 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe das atividades pertinentes ao setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 DIG.)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL DE SAÍDAS R\$ milhões	PART SAÍDAS % TOTAIS	PART SAÍDAS % NO SETOR
<b>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>		<b>964,8</b>	<b>14,94</b>	<b>100</b>
47113	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	243,3	3,77	25,22
46354	Comércio atacadista de bebidas	125,0	1,94	12,96
45111	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	115,3	1,79	11,95
47890	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	85,6	1,33	8,87
46231	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	57,8	0,90	6,00
46443	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	36,1	0,56	3,74
46818	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	27,9	0,43	2,89
47237	Comércio varejista de bebidas	26,1	0,40	2,71
45307	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	25,8	0,40	2,68
46494	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, não especificados anteriormente	18,7	0,29	1,94
46338	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	13,0	0,20	1,34
45412	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	11,4	0,18	1,18
Subtotal demais itens		178,8	2,77	18,54
Demais setores		5.400,20	83,64	-
<b>TOTAL DE SAÍDAS</b>		<b>6.456,20</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração Própria.

Com base na tabela 28, as atividades pertencentes ao setor de comércio (“Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”), tem como principais estados de destino o estado da Bahia que no período analisado foi responsável por mais da metade das saídas em Sergipe, com R\$ 507,8 milhões (52,6%); o estado de Alagoas com participação de R\$ 192,9 milhões (19,9%); e em terceiro lugar, destaca-se o estado de São Paulo que respondeu por R\$ 131,5 milhões (13,6%) das saídas interestaduais registradas neste setor durante o período de 2006.

É importante observar que a respeito das saídas registradas por meio das atividades relacionadas ao setor de comércio, Sergipe mostrou-se bastante integrado com a região Nordeste também em relação à principal atividade desse setor (Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados e supermercados). Visto que, o estado da Bahia, liderou na primeira posição com participação de 37,73% das compras realizadas com o estado de Sergipe, o equivalente a importância de R\$ 191,58 milhões, durante o período estudado. No caso do estado de Alagoas, a atividade de maior destaque dentro do setor de comércio diz respeito ao “Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente”, com participação de 27,99% das compras realizadas por este estado com Sergipe, o correspondente a um total de R\$ 53,99 milhões.

A seguir, Tabela 28 demonstra o fluxo de comércio interestadual através da relação entre o registro de saídas por local de destino e atividade principal de acordo com os principais estados compradores. De acordo com os dados ilustrados na referida tabela, em relação ao estado de São Paulo, a atividade de maior representatividade nas vendas realizadas por Sergipe com esse estado correspondeu à atividade de “Comércio por varejo e atacado de veículos automotores”, com participação de 54,94%, das saídas destinadas para este estado a partir das transações interestaduais de Sergipe, durante o ano de 2006.

**Tabela 28 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe das atividades pertinentes ao setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, atividades selecionadas – 2006**

UNIDADE FEDERATIVA			
PRINCIPAIS ATIVIDADES	SAÍDAS (mil)	PART. NO ESTADO %	PART. NO SETOR %
<b>BA</b>	<b>R\$ 507.790.729,67</b>	<b>100,00</b>	<b>52,63</b>
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	R\$ 191.584.364,05	37,73	19,86
Comércio atacadista de bebidas	R\$ 92.873.949,46	18,29	9,63
Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	R\$ 29.834.776,51	5,88	3,09
Comércio varejista de bebidas	R\$ 23.491.080,56	4,63	2,43
Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	R\$ 23.124.957,29	4,55	2,40
<b>AL</b>	<b>R\$ 192.876.205,64</b>	<b>100,00</b>	<b>19,99</b>
Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	R\$ 53.990.443,26	27,99	5,60
Comércio atacadista de bebidas	R\$ 25.099.558,97	13,01	2,60
Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	R\$ 23.109.331,52	11,98	2,40
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	R\$ 21.717.253,95	11,26	2,25
Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, não especificados anteriormente	R\$ 9.897.072,07	5,13	1,03
<b>SP</b>	<b>R\$ 131.546.406,79</b>	<b>100,00</b>	<b>13,64</b>
Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	R\$ 72.273.285,09	54,94	7,49
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	R\$ 23.633.465,59	17,97	2,45
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	R\$ 5.697.265,12	4,33	0,59
Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	R\$ 3.524.123,32	2,68	0,37
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	R\$ 2.620.873,25	1,99	0,27
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 964.763.859,85</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração Própria.

No que diz respeito às atividades relacionadas ao setor de agropecuária, conforme Tabela 29, embora a representatividade do setor no volume total de saídas registradas em Sergipe tenha sido de apenas 0,24%, durante 2006, é interessante observar que a atividade “cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva” participou com 27,77% das vendas registradas no setor, sob a importância de R\$ 4,37 milhões; sendo que, deste total o estado de São Paulo apresentou-se na condição de principal parceiro de Sergipe nas transações de venda deste estado para esta atividade, à medida que foi responsável por 38,04% (R\$ 1,67 milhão) das saídas registradas quanto às vendas correspondentes a atividade “Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva” (ver Tabela 30).

Ainda de acordo com a Tabela 29, as atividades “Criação de Aves” e “Aqüicultura em água salgada e salobra”, durante o período de 2006, também se destacaram dentre as atividades de maior representatividade quanto às vendas pertinentes ao setor de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura”. A primeira com participação de 25,57 % do total de saídas registradas no setor, percentual correspondente ao valor de R\$ 4,04 milhões; enquanto a segunda apresentou participação de 14,34 % no total das saídas registradas no setor, representando a importância de R\$ 2,27 milhões, durante aquele ano.

**Tabela 29 - Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe das atividades pertinentes ao setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 DIG.)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	TOTAL DE SAÍDAS (R\$ mil)	PART SAÍDAS % TOTAIS	PART SAÍDAS % NO SETOR
<b>Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura</b>		<b>R\$ 15.792.178,94</b>	<b>0,24</b>	<b>100</b>
1334	Cultivo de frutas de lav. permanente, exceto laranja e uva	R\$ 4.386.219,44	0,07	27,77
1555	Criação de aves	R\$ 4.038.603,74	0,06	25,57
3213	Aqüicultura em água salgada e salobra	R\$ 2.265.348,72	0,04	14,34
1521	Criação de outros animais de grande porte	R\$ 1.097.872,50	0,02	6,95
1318	Cultivo de laranja	R\$ 1.014.100,00	0,02	6,42
1547	Criação de suínos	R\$ 1.003.728,66	0,02	6,36
1539	Criação de caprinos e ovinos	R\$ 635.458,75	0,01	4,02
1393	Cult. de plantas de lav. Perm., não especif. anteriormente	R\$ 373.481,00	0,01	2,36
1130	Cultivo de cana-de-açúcar	R\$ 329.202,50	0,01	2,08
1610	Atividades de apoio à agricultura	R\$ 324.388,10	0,01	2,05
1512	Criação de bovinos	R\$ 167.731,52	0,003	1,06
1229	Cultivo de flores e plantas ornamentais	R\$ 76.144,00	0,001	0,48
1628	Atividades de apoio à pecuária	R\$ 47.400,00	0,0007	0,30
3221	Aqüicultura em água doce	R\$ 25.770,00	0,0004	0,16
3124	Pesca em água doce	R\$ 6.730,01	0,0001	0,04
Demais Setores		R\$ 6.440.454.991,35	99,76	-
<b>TOTAL SAÍDAS</b>		<b>R\$ 6.456.247.170,29</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração própria

A Tabela 30 demonstra o fluxo de comércio interestadual de Sergipe a partir das atividades de maior representatividade e a participação dos principais estados nas transações de vendas realizadas por Sergipe, durante o período de 2006. Por meio da tabela em questão, nota-se que a respeito da principal atividade do setor (“Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva”), o principal parceiro de Sergipe correspondeu ao estado de



São Paulo, o qual representou 38,04% das saídas pertinentes a atividade em questão; enquanto que Alagoas ocupou a segunda posição com um percentual de 20,65%; e o estado da Bahia, na terceira posição, com participação de 17,39% das saídas registradas em Sergipe, durante 2006, correspondentes a atividade de maior representatividade no setor.

**Tabela 30 - Participação dos Principais Estados no Fluxo de comércio interestadual (saídas) do estado de Sergipe, pertinentes ao setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura, atividades selecionadas – 2006**

<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>%</b>
<b>Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva</b>	<b>R\$ 4.386.219,44</b>	<b>100,00</b>
SP	R\$ 1.668.355,31	38,04
AL	R\$ 905.545,06	20,65
BA	R\$ 762.686,65	17,39
Demais	R\$ 1.049.632,42	23,93
<b>Criação de aves</b>	<b>R\$ 4.038.603,74</b>	<b>100,00</b>
BA	R\$ 2.566.339,88	63,55
AL	R\$ 820.839,90	20,32
PE	R\$ 349.150,14	8,65
Demais	R\$ 302.273,82	7,48
<b>Aqüicultura em água salgada e salobra</b>	<b>R\$ 2.265.348,72</b>	<b>100</b>
BA	R\$ 1.022.051,90	45,12
CE	R\$ 604.900,00	26,70
RJ	R\$ 517.608,00	22,85
Demais	R\$ 120.788,82	5,33

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração Própria

Conforme Tabela 31, em relação ao volume de saídas registradas em Sergipe, durante o ano de 2006, sob uma análise voltada para o estado da Bahia, seu principal parceiro nessas transações, que de forma agregada representou 36,94% de participação destas vendas, sob a importância de R\$ 2,38 bilhões no período estudado, observa-se que desta participação no volume total de saídas, os principais setores foram estes: a “indústria de transformação” com R\$ 1,08 bilhão, representados por 45,58% de participação nas relações de vendas destinados ao estado da Bahia; a “indústria extrativa” com 24,56% de participação nas vendas, sob a importância de R\$ 585,67 milhões; e em terceiro lugar, o setor de “comércio;

reparação de veículos automotores e motocicletas” que representou em 2006, 21,09% de participação nas vendas interestaduais de Sergipe com a Bahia, responsabilizando-se por tanto pela importância de R\$ 507,78 milhões do valor total de tais vendas.

Diante disso, por meio da Tabela 31 percebe-se que a principal atividade econômica responsável pela grande participação da indústria de transformação no volume total de vendas entre os dois estados diz respeito à “Fabricação de malte, cervejas e chope”, numa proporção de 38,85%, representando a importância de R\$ 422,35 milhões no valor total de saídas que foi de 1,08 bilhão. Tal fato leva a crer que a Bahia apresenta-se como um forte consumidor dos produtos que fazem parte desta atividade econômica desenvolvida em Sergipe. A atividade correspondente a fabricação de cimento em Sergipe também apresenta grande relevância no volume de saídas, à medida que representou 19,48% sob a importância de R\$ 211,75 milhões no período em questão.

Em relação ao setor de extrativismo que se apresenta como o segundo setor de maior peso no volume de vendas sergipanas realizadas com a Bahia durante o ano de 2006, a principal atividade deste setor diz respeito à “Extração de petróleo e gás natural” que naquele ano participou com 76,14% do volume total de vendas no setor, responsável pela importância de R\$ 445,91 milhões. A extração de minerais e outros produtos químicos realizadas no estado durante aquele ano, participou do volume de vendas total com 17,3% representando R\$ 101,35 milhões (ver Tabela 31).

Quanto ao setor de “Comércio; representação de veículos automotores e motocicletas”, a principal atividade pelo destaque do setor no volume de vendas do estado com a Bahia em 2006, correspondeu à atividade de “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados”, numa proporção de 37,73% do valor total deste setor no volume de vendas, responsável pela importância de R\$ 191,58 milhões. Naquele ano, a partir dos dados da Tabela 31, observa-se que outro destaque no setor correspondeu à atividade de “Comércio atacadista de bebidas” com participação de 18,29%, sob a importância de R\$ 92,87 milhões.

É interessante observar que embora o setor agropecuário, assim como no volume de compras (0,29%) registradas em Sergipe a partir de suas transações comerciais com a Bahia, o volume de vendas registradas neste setor também representou um percentual reduzido com participação de apenas 0,23% naquele ano, através das transações comerciais entre os dois estados. Todavia, em relação a esse volume de vendas que, naquele ano, correspondeu R\$ 5,41 milhões, a atividade de maior destaque no setor foi a atividade

“Criação de aves” com 47,41%; e em seguida, as atividades de “Aqüicultura em água salgada e salobra” com 18,88% e o “Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva” com participação de 14,09% (Ver Tabela 31).

**Tabela 31 - - Principais atividades conforme as transações de vendas do Estado de Sergipe realizadas com o Estado da Bahia - 2006**

SETORES		SAÍDAS	%
Cód. CNAE	Desc. CNAE		
<b>Agropecuária</b>		<b>R\$ 5.412.710,34</b>	<b>100</b>
1555	Criação de aves	R\$ 2.566.339,88	47,41
3213	Aqüicultura em água salgada e salobra	R\$ 1.022.051,90	18,88
1334	Cult. de frutas de lavoura permanente	R\$ 762.686,65	14,09
1547	Criação de suínos	R\$ 511.752,45	9,45
1539	Criação de caprinos e ovinos	R\$ 204.563,91	3,78
1130	Cultivo de cana-de-açúcar	R\$ 158.980,00	2,94
1229	Cult. de flores e plantas ornamentais	R\$ 71.648,05	1,32
1628	Atividades de apoio à pecuária	R\$ 47.400,00	0,88
1512	Criação de bovinos	R\$ 25.000,00	0,46
1318	Cultivo de laranja	R\$ 22.900,00	0,42
<b>Indústria Extrativa</b>		<b>R\$ 585.665.683,57</b>	<b>100</b>
6000	Extração de petróleo e gás natural	R\$ 445.918.973,00	76,14
8916	Ext. de minerais e outros prod. quím.	R\$ 101.346.472,50	17,30
8100	Extração de pedra, areia e argila	R\$ 26.336.619,10	4,50
9106	Ativid. apoio à ext. de petróleo e gás natural	R\$ 12.063.618,97	2,06
<b>Ind. De Transformação</b>		<b>R\$ 1.087.062.644,71</b>	<b>100</b>
11135	Fabricação de malte, cervejas e chopes	R\$ 422.353.324,02	38,85
23206	Fabricação de cimento	R\$ 211.752.385,39	19,48
20134	Fabricação de adubos e fertilizantes	R\$ 87.499.411,89	8,05
10813	Torrefação e moagem de café	R\$ 44.994.878,65	4,14
10627	Moagem de trigo e fabricação de derivados	R\$ 40.346.625,08	3,71
19314	Fabricação de álcool	R\$ 25.881.085,03	2,38
10929	Fabricação de biscoitos e bolachas	R\$ 25.522.172,58	2,35
10716	Fabricação de açúcar em bruto	R\$ 24.023.412,93	2,21
22293	Fabricação de embalagens de mat. plástico	R\$ 16.116.141,17	1,48
10996	Fabricação de outros prod. alimentícios	R\$ 15.700.873,79	1,44
<b>Bens e Serviços (comércio)</b>		<b>R\$ 507.790.729,67</b>	<b>100</b>
47113	Com. Varej. de mercad. em geral (hiperm. e superm.)	R\$ 191.584.364,05	37,73
46354	Comércio atacadista de bebidas	R\$ 92.873.949,46	18,29
46231	Com. Atacad. de animais vivos	R\$ 29.834.776,51	5,88
47237	Comércio varejista de bebidas	R\$ 23.491.080,56	4,63
46443	Com. Atacad. de produtos farmacêuticos	R\$ 23.124.957,29	4,55
47890	Com. Varej. de outros produtos novos	R\$ 20.193.497,42	3,98
46818	Com. Atacad. combustíveis, exceto gás natural e GLP	R\$ 18.339.992,42	3,61
45111	Com. Varejo/atacado de veículos automotores	R\$ 14.254.974,83	2,81
45307	Com. de peças e acessórios para veíc. automotores	R\$ 7.009.572,74	1,38
47555	Com. Varej. (tec. e art. de cama, mesa e banho)	R\$ 6.522.814,29	1,28

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC-SECEX. Elaboração Própria.

### 3.3.3 Saldo das Transações Interestaduais

O saldo das transações interestaduais corresponde à diferença entre o total de vendas e o total de compras de bens e serviços de um determinado estado. De acordo com os dados da Tabela 32 que expõe o saldo das transações interestaduais de Sergipe em 2006, os principais setores e atividades econômicas totalizaram um déficit de R\$ 2,6 bilhões. O setor que mais contribuiu para esse resultado foi o de “Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”, com um déficit apresentado no valor de R\$ - 3,9 bilhões (153,07%). Embora numa proporção menor o setor de “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura”, também contribuíram com o saldo deficitário com 1,29%, correspondente ao déficit de R\$ 33,2 milhões. Dos poucos setores que apresentaram superávit no saldo das transações interestaduais de Sergipe, durante o ano de 2006, destacaram-se a “Indústria de Transformação”, ao apresentar superávit no valor de R\$ 1,3 bilhão (-52,13%) e a “Indústria Extrativa”, com superávit de R\$ 143 milhões (-5,57%).

**Tabela 32 - Saldo das Transações Interestaduais do Estado de Sergipe, Setores Selecionados – 2006**

<b>PRINCIPAIS SETORES</b>	<b>ENTRADAS (R\$ mil)</b>	<b>SAÍDAS (R\$ mil)</b>	<b>SALDO (S - E) (R\$ mil)</b>	<b>PART. NO SALDO (%)</b>
Indústrias de transformação	2.519.924.470,19	3.859.128.521,53	1.339.204.051,34	-52,13
Indústrias extrativas	912.929.264,90	1.055.980.028,34	143.050.763,44	-5,57
Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicult.	48.952.542,86	15.792.178,94	(33.160.363,92)	1,29
Comércio; reparação de veíc. Autom.e motoc.	4.897.199.781,72	964.763.859,85	(3.932.435.921,87)	153,07
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.025.243.061,32</b>	<b>6.456.247.170,29</b>	<b>(2.568.995.891,03)</b>	<b>100</b>

Fonte: SEFAZ/SE; MDIC/SECEX. Elaboração própria

A partir de uma demonstração mais detalhada, percebe-se que no que diz respeito ao setor de comércio (Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas), as atividades de supermercado e hipermercado (“Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados e supermercados”) registraram um déficit de R\$ 876 milhões, com participação de 34,11% no saldo total, e 22,29% de participação no setor, durante 2006; além disso, destaca-se também o comércio atacadista de combustíveis (“Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP”), que apresenta, no ano estudo, um déficit de R\$ 514 milhões, participando com 20,03% do saldo total e participação de 13,08% do setor em questão (ver Tabela 33).

**Tabela 33 - - Fluxo de comércio interestadual (saldo) do estado de Sergipe da seção de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SEÇÕES, GRUPOS E ATIVIDADES	SALDO (R\$ MILHÕES)	PART. SALDO % TOTAIS	PART. SALDO % SETOR
<b>TOTAL DO DÉFICIT</b>		<b>-2.569,0</b>	<b>100</b>	
<b>TOTAL DA SEÇÃO COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>		<b>-3.932,4</b>	<b>153,07</b>	<b>100</b>
47113	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	-876,4	34,11	22,29
46818	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	-514,4	20,03	13,08
45111	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	-369,7	14,39	9,40
47318	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	-288,4	11,23	7,33
47440	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	-181,6	7,07	4,62
47814	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	-141,4	5,50	3,60
46354	Comércio atacadista de bebidas	-140,3	5,46	3,57
47547	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	-104,0	4,05	2,64
45307	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	-95,4	3,71	2,43
47717	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	-82,0	3,19	2,08
46915	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	-74,2	2,89	1,89
45412	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	-71,3	2,78	1,81
47121	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	-69,7	2,71	1,77
46397	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	-68,2	2,66	1,73
46443	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	-65,2	2,54	1,66
47539	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	-54,1	2,11	1,38
47822	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	-52,3	2,03	1,33
46931	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	-51,1	1,99	1,30
46494	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	-46,2	1,80	1,18
46371	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	-45,7	1,78	1,16
Subtotal dos itens		-540,7	21,05	13,75

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Vale observar que embora o estado da Bahia apresente um percentual menor (11,7%) de participação no saldo total de Sergipe, ao ser comparado com Pernambuco (23,33%), tal fato não implica menor relevância daquele primeiro nas transações comerciais de Sergipe. Pois, deve-se levar em consideração que a Bahia além de se apresentar como um dos principais fornecedores de bens e serviços que entraram no estado de Sergipe, durante o período em questão, também se apresentou como um dos principais estados de destino dos bens e serviços sergipanos, o que conseqüentemente resultou numa participação de apenas 11,7% no saldo da balança.

Em relação à participação dos estados brasileiros no saldo das transações interestaduais de Sergipe, durante o ano de 2006, por meio da Tabela 34 é possível perceber que dentre os saldos das transações interestaduais de Sergipe com os demais estados brasileiros, apenas a região Centro-oeste apresentou superávit para aquele ano, representando um superávit de R\$ 153,07. No entanto, é interessante observar que o fluxo de transações de compra e venda com os estados dessa região apresentaram pouco relevância para Sergipe, principalmente, se comparado com o fluxo de transações com os estados da região Nordeste e Sudeste, embora estes apresentem saldo deficitário.

Assim, de acordo com a tabela 34, a região Nordeste apresentou grande peso nas transações interestaduais de Sergipe com participação de 47,04% no saldo total dessas transações, representando um déficit de R\$ 1,21 bilhão, durante o período analisado. Dentre os estados nordestinos de maior destaque no fluxo de transações (entradas e saídas) de Sergipe, o estado de Pernambuco apresenta-se com maior representatividade no saldo deficitário gerado naquele ano na economia sergipana, representando 23,33% deste déficit equivalente a um déficit de R\$ 599,3 milhões obtido nas transações realizadas de Sergipe com esse estado.

Apesar da grande representatividade do estado de Pernambuco (23,33%) no saldo total das transações comerciais de Sergipe, merece destaque o estado da Bahia por conta do elevado fluxo comercial que Sergipe realizou com esse estado. Tal fato pode ser visto, tanto pela participação de bens e serviços adquiridos por Sergipe com o estado da Bahia, sob um montante de R\$ 2,69 bilhões, quanto pela participação de bens e serviços sergipanos destinados ao estado da Bahia, representados pela importância de R\$ 2,38 bilhões (ver Tabela 34).

**Tabela 34 - Saldo das Transações Comerciais de Sergipe, conforme o Fluxo de Comércio Interestadual do Estado – 2006**

<b>ESTADO</b>	<b>ENTRADAS (R\$ mil)</b>	<b>SAÍDAS (R\$ mil)</b>	<b>SALDO (R\$ mil)</b>	<b>PART. SALDO %</b>
<b>NORTE</b>	<b>236.114.510,17</b>	<b>144.186.942,46</b>	<b>(91.927.567,71)</b>	<b>3,58</b>
RO	1.119.188,36	2.770.355,68	1.651.167,32	(0,06)
AC	12.336,46	1.005.881,19	993.544,73	(0,04)
AM	175.307.338,90	36.194.302,66	(139.113.036,24)	5,42
RR	36.421,61	993.204,57	956.782,96	(0,04)
PA	43.956.980,94	82.304.125,60	38.347.144,66	(1,49)
AP	666.202,77	7.583.560,25	6.917.357,48	(0,27)
TO	15.016.041,13	13.335.512,51	(1.680.528,62)	0,07
<b>NORDESTE</b>	<b>4.816.643.519,72</b>	<b>3.608.303.084,48</b>	<b>(1.208.340.435,24)</b>	<b>47,04</b>
MA	6.780.773,39	58.851.298,83	52.070.525,44	(2,03)
PI	19.141.385,43	64.957.696,70	45.816.311,27	(1,78)
CE	229.648.506,86	107.079.490,55	(122.569.016,31)	4,77
PB	157.810.990,62	70.101.618,69	(87.709.371,93)	3,41
PE	894.762.755,62	295.512.603,66	(599.250.151,96)	23,33
AL	692.097.854,13	500.113.193,66	(191.984.660,47)	7,47
RN	131.132.814,55	126.832.474,84	(4.300.339,71)	0,17
BA	2.685.268.439,12	2.384.854.707,55	(300.413.731,57)	11,69
<b>SUDESTE</b>	<b>3.148.448.234,27</b>	<b>2.133.709.974,47</b>	<b>(1.014.738.259,80)</b>	<b>39,50</b>
MG	502.299.000,50	490.583.456,56	(11.715.543,94)	0,46
ES	184.474.190,26	46.904.402,98	(137.569.787,28)	5,36
RJ	377.051.067,14	233.911.731,64	(143.139.335,50)	5,57
SP	2.084.623.976,37	1.362.310.383,29	(722.313.593,08)	28,12
<b>SUL</b>	<b>629.902.830,04</b>	<b>222.840.348,47</b>	<b>(407.062.481,57)</b>	<b>15,85</b>
PR	194.345.647,46	66.591.064,52	(127.754.582,94)	4,97
SC	203.580.251,34	80.757.538,31	(122.822.713,03)	4,78
RS	231.976.931,24	75.491.745,64	(156.485.185,60)	6,09
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>194.133.967,12</b>	<b>347.206.820,41</b>	<b>153.072.853,29</b>	<b>(5,96)</b>
MS	11.335.199,33	6.335.798,74	(4.999.400,59)	0,19
MT	19.895.023,67	12.503.381,69	(7.391.641,98)	0,29
GO	140.835.575,27	283.889.556,73	143.053.981,46	(5,57)
DF	22.068.168,85	44.478.083,25	22.409.914,40	(0,87)
<b>BRASIL</b>	<b>9.025.243.061,32</b>	<b>6.456.247.170,29</b>	<b>(2.568.995.891,03)</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Ainda com base na Tabela 34, considerando que o saldo total da balança comercial de Sergipe resultou em um déficit de R\$ 2,6 bilhões, a região Sudeste apresentou significativo destaque na participação desse saldo, ao passo que representou um percentual de 39,5%, gerando, assim, um déficit de R\$ 1,01 bilhão no saldo das transações comerciais de Sergipe com essa região. Deste resultado, o estado de São Paulo destaca-se dentre os demais, com participação de 28,12%, correspondente ao déficit de R\$ 722,31 milhões para o estado de Sergipe a partir das relações estabelecidas com o estado de São Paulo, durante o período de 2006.

Contudo, embora as participações do estado de São Paulo e de Pernambuco tenham se apresentado maiores que a do estado da Bahia, é importante ressaltar que tal fato não implica maior relevância nas transações comerciais de Sergipe com os dois primeiros estados do que com este último. Pois, é possível perceber que estes resultados foram obtidos por conta de uma maior dependência de Sergipe para com os dois primeiros estados, à medida que o volume de compras foi maior que o volume de vendas destinado a ambos os estados a partir das transações comerciais com Sergipe, durante o período em questão. Por outro lado implica também que as participações do estado de São Paulo com R\$ 722,3% (28,1%) e de Pernambuco com R\$ 599,2 (23,3%) são bem mais significativas em virtude da independência econômica que estes estados possuem em relação ao estado de Sergipe (ver Tabela 34).

A Tabela 35 ilustra o saldo de transações comerciais por meio da participação da “Indústria de Transformação”, durante o ano de 2006. De acordo com a referida tabela, a atividade de maior destaque no setor em questão correspondeu à atividade “Fabricação de adubos e fertilizantes”, que apresentou saldo superavitário de R\$ 547,7 milhões, respondendo por -21,32% do saldo total, representados por aproximadamente 41% de participação nessas transações. As atividades de “Fabricação de cimento”, “Tecelagem de fios de algodão”, “Fabricação de embalagens metálicas”, “Preparação e fiação de fibras de algodão”, “Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis” e “Fabricação de calçados de material sintético” também apresentaram expressivo destaque; à medida que juntas somaram um montante de R\$ 520,9 milhões superavitários, o que significou -20,3% de participação no saldo total das transações comerciais de Sergipe, e participação de 38,9% no setor.

Logo, a partir do saldo da balança comercial (saída menos entrada) que se apresentou deficitário no valor de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, o Nordeste representou 47,04% desse déficit, o equivalente a R\$ 1,2 bilhão, dos quais a Bahia foi responsável por 11,69%. Enquanto que a região Sudeste representou 39,5% do déficit total gerado no saldo da



balança comercial, em que São Paulo foi responsável por 28,12% representando a importância de R\$ 722,3 milhões em déficit. Desta forma, é possível concluir que em termos nominais a Bahia se apresentou bem mais deficitária que o estado de São Paulo nas transações comerciais de Sergipe.

**Tabela 35 - - Fluxo de Comércio Interestadual (saldo) do Estado de Sergipe, Indústria de Transformação – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SEÇÕES, GRUPOS E ATIVIDADES	SALDO (R\$ milhões)	PART. SALDO % TOTAIS	PART. SALDO % SEÇÃO
<b>TOTAL DO DÉFICIT</b>		<b>-2.569,0</b>	<b>100</b>	
<b>TOTAL DA SEÇÃO INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>		<b>1.339,2</b>	<b>-52,13</b>	<b>100</b>
20134	Fabricação de adubos e fertilizantes	547,7	-21,32	40,90
23206	Fabricação de cimento	108,1	-4,21	8,07
13219	Tecelagem de fios de algodão	91,9	-3,58	6,86
25918	Fabricação de embalagens metálicas	91,6	-3,57	6,84
13111	Preparação e fiação de fibras de algodão	85,4	-3,33	6,38
13405	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	73,1	-2,85	5,46
15335	Fabricação de calçados de material sintético	70,8	-2,76	5,29
27597	Fab. de aparelhos eletrod. não especific. anteriormente	53,8	-2,09	4,02
14126	Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	46,2	-1,80	3,45
23427	Fab. Prod. cerâmicos não-refratários (uso estrut. na const.	44,8	-1,75	3,35
Subtotal dos itens		125,6	-4,89	9,38

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração Própria.

No que diz respeito às atividades pertinentes à “Indústria Extrativa”, de acordo com a Tabela 36, as entradas e saídas de bens e serviços de tais atividades resultaram em um superávit de R\$ 143,1 milhões, representando um percentual de -5,57% do saldo total das transações comerciais de Sergipe, durante o período estudado. É possível perceber que este resultado foi obtido em grande parte por conta das transações relacionadas à atividade “Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos”, com participação de R\$ 146,6 milhões (-5,71%); “Extração de pedra, areia e argila”, com R\$ 46,6 milhões (-1,81%); nota-se também que houve resultados negativos na referida indústria, por conta de “Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural”, com R\$ -10,6 milhões (0,41%), e “Extração de petróleo e gás natural”, respondendo por um déficit no valor de R\$ -39,5 milhões (1,54%), porém estes resultados não foram suficientes para gerar um saldo deficitário na “indústria extrativa” (ver tabela 36).

**Tabela 36 - Saldo das Transações Comerciais Interestaduais (saldo) do Estado de Sergipe, correspondente à Indústria Extrativa – 2006**

CNAE 2.0 (5 DIG.)	SEÇÕES, GRUPOS E ATIVIDADES	SALDO (R\$ MILHÕES)	PART. SALDO % TOTAIS	PART. SALDO % SETOR
<b>TOTAL DO DÉFICIT</b>		<b>-2.569,0</b>	<b>100</b>	
<b>TOTAL DA SEÇÃO INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>		<b>143,1</b>	<b>-5,57</b>	<b>100</b>
8916	Extração de minerais	146,6	-5,71	102,47
8100	Extração de pedra, areia e argila	46,6	-1,81	32,59
9106	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	-10,6	0,41	-7,43
6000	Extração de petróleo e gás natural	-39,5	1,54	-27,64

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração Própria.

Quanto à participação das transações comerciais pertinentes a estas atividades no saldo total das transações comerciais interestaduais de Sergipe, durante 2006 ocorreu um percentual de 102,47% por parte da atividade “Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos”; já a atividade “Extração de pedra, areia e argila” respondeu apenas por 32,59% do saldo total registrado no referido setor. Ao contrário destes percentuais positivos, as “Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural” e “Extração de petróleo e gás natural” representaram -7,43% e -27,64%, respectivamente (ver Tabela 36).

### 3.4 Fluxo de Comércio Internacional de Sergipe

Em relação às transações comerciais que o estado de Sergipe realizou com o exterior, durante o ano de 2006, percebe-se que a partir da Tabela 37, as Exportações de Sergipe representaram apenas 0,057% do volume total de exportações gerado na economia nacional, durante o ano de 2006; enquanto que, com uma representatividade um pouco mais expressiva, as importações revelaram-se com maior dinamismo na economia sergipana, ao passo que representam 0,103% do volume total de importações na economia nacional, durante o período em questão (ver Tabela 37).

**Tabela 37 - Participação do Estado Sergipano nas Transações Comerciais do Brasil com o Exterior – 2006**

TERRITÓRIO	EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)	(%)	IMPORTAÇÃO (US\$ FOB)	(%)
<b>SERGIPE</b>	78.939	0,057	94.224	0,103
<b>DEMAIS ESTADOS</b>	137.390.761	99,943	91.301.397	99,897
<b>BRASIL</b>	<b>137.469.700</b>	<b>100</b>	<b>91.395.621</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC-SECEX/ALICE WEB. Elaboração Própria.

Em termos de Brasil, a diferença obtida entre o valor das exportações e o valor das importações gera um saldo superavitário de US\$ 46,07 bilhões, conforme Tabela 37. É interessante acrescentar que esse resultado positivo no saldo da balança comercial, segundo Siqueira (2006) reflete uma tendência observada a partir do ano de 2000 quando as exportações (17% ao ano) passaram a crescer mais rapidamente do que as importações (7% ao ano). Proporcionando, assim, um crescimento acelerado dos saldos comerciais com a geração de consecutivos superávits recordes, entre eles, o de 2005 que atingiu o valor de US\$ 44,8 bilhões, que de acordo com o sistema de conversão de moedas do Banco Central seria equivalente ao valor de R\$ 104,83 bilhões.

Em relação a Sergipe, ainda conforme os dados da Tabela 37, o que se pode perceber é que este estado apresenta-se com um perfil de economia fechada, à medida que sua participação é pouco expressiva tanto nas transações de compra (exportação) quanto nas transações de venda (importação) com o exterior, ao contribuir, respectivamente, apenas com 0,057% e 0,103% do valor total. Tal relação será tratada mais adiante de forma detalhada ao passo que serão demonstrados os fluxos comerciais de Sergipe das transações comerciais que se apresentam relacionadas à produção dos arranjos produtivos identificados no estado.

### **3.4.1 Fluxo de Exportações**

Em 2006, as vendas internacionais registradas pela Secretária da Fazenda somaram um montante de R\$ 171,7 milhões. Sendo que deste total, a “Indústria de Transformação” responsabilizou-se pelo percentual de 99,98% do volume total de exportações, cabendo ao setor de “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” os 0,02% restante. Conforme a tabela 33, as principais atividades pertinentes a indústria de transformação quanto

à participação no volume de exportações gerado no setor, corresponde à “Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes” representando R\$ 97, 2 milhões, cuja participação no volume total de exportação foi de 56,60% e de 56,61% no volume de exportações gerado no referido setor.

A segunda atividade sergipana que mais exportou produtos, durante o período de 2006, foi a atividade de “Fabricação de cimento” com participação de 17,88% do volume total de exportações; em seguida, a atividade de “Tecelagem de fios de algodão” com representatividade de 8,4%; e ocupando a quarta posição a atividade de “Fabricação de calçados de material sintético” com participação de 6,35% do volume total das exportações registrado em Sergipe, durante aquele ano (ver Tabela 38).

**Tabela 38 - Fluxo de comércio internacional (exportações) do estado de Sergipe, correspondente à indústria de transformação, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SEÇÕES, GRUPOS E ATIVIDADES	EXPORTAÇÕES (R\$ MILHÕES)	PART. EXPORT. % TOTAIS	PART. EXPORT. % SEÇÃO
<b>TOTAL DAS EXPORTAÇÕES</b>		<b>171,7</b>	<b>100</b>	
<b>TOTAL DA SEÇÃO INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>		<b>171,7</b>	<b>99,98</b>	<b>100</b>
10333	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	97,2	56,60	56,61
23206	Fabricação de cimento	30,7	17,88	17,89
13219	Tecelagem de fios de algodão	14,4	8,40	8,41
15335	Fabricação de calçados de material sintético	10,9	6,35	6,35
15319	Fabricação de calçados de couro	3,2	1,87	1,87
13511	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	2,9	1,69	1,69
20932	Fabricação de aditivos de uso industrial	2,6	1,50	1,50
15394	Fabr. de calçados de mat. não especific. anteriormente	2,5	1,43	1,43
30121	Construção de embarcações para esporte e lazer	2,3	1,31	1,31
15106	Curtimento e outras preparações de couro	1,5	0,90	0,90
Subtotal dos itens		3,5	2,04	2,04

Fonte: SEFAZ-SE;MDIC-SECEX. Elaboração própria.

Em relação aos produtos exportados que fazem parte da indústria de transformação, a Tabela 39, expõe os principais produtos deste setor, conforme o valor exportado, a participação no setor e a quantidade dos produtos exportados. Conforme tabela em questão, nota-se que a pauta de exportação de Sergipe encontra-se concentrada basicamente nos primeiros cinco produtos, ao passo que a representação em conjunto destes produtos é de um percentual de 80,93% do valor total das vendas para o exterior, durante aquele ano.

Dessa forma, é possível perceber que o produto classificado como “Sucos de laranjas, congelados, não fermentados” contribuiu significativamente para o bom desempenho das vendas de bens industrializados para o exterior, durante o ano de 2006, apresentando-se

como o principal produto exportado, à medida que representa 40,69% do total de exportações realizadas por Sergipe em relação à indústria de transformação (ver Tabela 39).

O segundo produto mais exportado por Sergipe diz respeito ao produto classificado como “Cimentos “portland”, comuns” com participação de 17,38% no volume total de exportações; enquanto que a terceira posição é ocupada pelo produto classificado como “Sucos de outras frutas, prods. Horticolas, n f”, o qual representou 12,52% do volume total de exportações registradas naquele período; já os produtos classificados como “Outros calçados de borracha ou plástico” e “Tecido de algodão>=85%,fio color.denim,indigo” representaram apenas 6,33% e 4,01%, respectivamente, do volume total de exportações registradas em Sergipe, durante o ano de 2006.

**Tabela 39 - Fluxo Comercial de Exportações conforme os Principais Produtos Exportados do Estado de Sergipe – 2006**

	PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	US\$ F.O.B	Part%	Kg Líquido
	<b>TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS</b>	<b>78.939.173</b>	<b>100</b>	<b>495.230.028</b>
1	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	32.118.831	40,69	19.860.114
2	Cimentos "portland", comuns	13.722.235	17,38	452.642.314
3	Sucos de outras frutas, prods. horticolas, não f	9.880.802	12,52	2.024.345
4	Outros calçados de borracha ou plástico	4.996.575	6,33	231.241
5	Tecido de algodão>=85%, fio color. denim, indigo	3.163.599	4,01	1.074.952
6	Outros sucos de laranjas, não fermentados	1.527.831	1,94	1.525.160
7	Outros calçados de couro natural	1.476.827	1,87	61.701
8	Roupas de toucador/cozinha, de tecidos atalh.	1.301.655	1,65	203.519
9	Outros óleos essenciais, de laranja	1.180.409	1,5	681.036
10	Tecido de algodão>=85%, cru, ponto sarjado, peso	1.172.579	1,49	282.088
11	Outros sucos de abacaxi	1.139.393	1,44	1.146.705
12	Outs. tecidos de algodão>=85%, fio color. denim,	1.137.280	1,44	363.977
13	Outs. calçados de material textil, sola de borra	1.128.514	1,43	55.078
14	Barcos a vela, mesmo c/motor auxiliar	940.000	1,19	56.000
15	Outs. Couros Int. Bovinos, "Wet Blue", S<=2,6m2	613.367	0,78	225.310
16	Tecido de algodão>=85%, tinto, ponto sarjado, pe	468.263	0,59	94.927
17	Aquecedores eletr. de água, incl. de imersão, uso	444.580	0,56	32.482
18	Tecido de algodão>=85%, fio color. ponto tafeta	414.457	0,53	121.547
19	Café torrado, não descafeinado	411.094	0,52	57.600
20	Cimentos não pulverizados ("clinkers")	388.500	0,49	14.000.000
21	Tecido Poliéster<85% C/Algodão, P>170g/M2, Sarj	189.294	0,24	29.600
101	Demais produtos	1.123.088	1,43	460.332

Fonte: MIDIC - SECEX. Elaboração Própria.

No caso dos demais produtos pertencentes à indústria de transformação, a participação deles foi inferior a 2% do volume total de exportações. Por exemplo, “Outros

sucos de laranja não fermentados” representou apenas 1,94%; “Outros calçados de couro natural” participou com um percentual de 1,87%; “Roupas de toucador/cozinha de tecidos atalh.” teve participação de 1,65%; e “Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente” 1,43%, “Outros óleos essenciais de laranja” com participação de 1,5% do volume total de exportações registradas em Sergipe, durante o ano de 2006 (ver tabela 39).

Com relação ao destino das exportações sergipanas, o maior destaque ficou para o desempenho do mercado da União Européia, cujas compras aumentaram numa proporção de 54,35% de 2005 para 2006, elevando sua participação de 36,54% para 47,45% no período em questão. Por outro lado, os demais blocos econômicos, exceto a Europa Ocidental, declinaram substancialmente no valor das compras de produtos sergipanos, sobretudo, a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) que sofreu um declínio de 36, 21% das vendas do estado entre os anos em estudo (ver Tabela 40).

**Tabela 40 - Valor das Exportações de Sergipe para os Principais Blocos Econômicos – 2006**

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS	2006 (Jan/Dez)		2005 (Jan/Dez)		Var%
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	6/mai
UNIAO EUROPEIA – EU	37.459.699	47,45	24.269.143	36,54	54,35
ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	14.679.462	18,6	16.609.114	25	-11,62
MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	7.591.487	9,62	6.467.326	9,74	17,38
ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	7.389.605	9,36	11.584.989	17,44	-36,21
EUROPA ORIENTAL	4.129.343	5,23	915.298	1,38	351,15
DEMAIS BLOCOS	7.689.577	9,74	6.578.015	9,9	16,9

Fonte: MIDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

### 3.4.2 Fluxo de Importações

Conforme dados coletados, a partir da Tabela 41, percebe-se que as compras internacionais, em 2006, registraram um volume de R\$ 204,1 milhões. Esse total foi constituído nas seguintes proporções, “Indústria de Transformação”, com R\$ 166,5 milhões (81,61%) e “Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura”, com R\$ 35,4 milhões (17,33%).

No tocante à “Indústria de Transformação”, em 2006, as atividades com maior expressividade foram “Fabricação de produtos do refino de petróleo”, com R\$ 19,6 milhões (9,6%), “Fabricação de intermediários para fertilizantes”, com R\$ 17,8 milhões (8,72%),

“Fiação de fibras artificiais e sintéticas”, com R\$ 17,6 milhões (8,6%), “Preparação e fiação de fibras de algodão”, com R\$ 13,5 milhões (6,61%). A quinta posição foi ocupada pela atividade “Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil”, com R\$ 12,2 milhões (5,96%) (ver Tabela 41).

**Tabela 41 - Fluxo de comércio internacional (importações) do estado de Sergipe da seção indústrias de transformação, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SEÇÕES, ATIVIDADES ECONÔMICAS	IMPORTAÇÕES (R\$ milhões)	PART. IMPORT. % TOTAIS	PART. IMPORT. % SETOR
<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>		<b>204,1</b>	<b>100</b>	
<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>		<b>166,5</b>	<b>81,61</b>	<b>100</b>
19217	Fabricação de produtos do refino de petróleo	19,6	9,60	11,76
20126	Fabricação de intermediários para fertilizantes	17,8	8,72	10,68
13138	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	17,6	8,60	10,54
13111	Preparação e fiação de fibras de algodão	13,5	6,61	8,10
28631	Fabricação de máq. e equipamentos para a indústria têxtil	12,2	5,96	7,31
24415	Metalurgia do alumínio e suas ligas	9,3	4,57	5,59
28691	Fabricação de máq. e equip. para uso industrial específico	6,8	3,35	4,10
24237	Produção de laminados longos de aço	5,7	2,77	3,40
20401	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	5,4	2,64	3,23
28291	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	5,3	2,61	3,20
25322	Produção de artef. estampados de metal; metalurgia do pó	4,8	2,33	2,86
26515	Fabricação de aparelhos e equip. de medida, teste e controle	4,6	2,23	2,73
10201	Preservação do pescado e fabricação de prod. do pescado	4,6	2,23	2,73
22234	Fab. de tubos e acessórios de matl plást. para construção	3,3	1,63	2,00
20291	Fabr. de prod. quím. orgânicos não espec. anteriormente	2,5	1,22	1,50
20312	Fabricação de resinas termoplásticas	2,4	1,19	1,46
28151	Fabricação de equip. de transmissão para fins industriais	2,2	1,07	1,31
28526	Fab. máq. e equip. para uso na ext. min., exceto na ext. de petróleo	2,0	0,97	1,19
28135	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes	1,9	0,93	1,14
28119	Fab. de motores e turbinas	1,9	0,91	1,11
27902	Fab. de equip. e aparelhos elétricos	1,8	0,88	1,07
Subtotal dos itens		21,6	10,60	12,99

Fonte: MIDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Conforme tabela abaixo, o setor correspondente às atividades de “Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” representou, durante o ano de 2006, um percentual de 34,4% do volume total de bens e serviços importados pelo estado de Sergipe naquele ano. Diante disso, a atividade “Cultivo de Cereais”, com R\$ 34,8 milhões (17,08%), respondeu por quase totalidade das compras internacionais do pertinente ao setor. As demais atividades deste setor, “Horticultura”, “Cultivo de fumo”, “Cultivo de plantas de lavoura permanente, não especificadas anteriormente” chegaram a somar apenas 0,25% do total das importações; e 1,47% de participação na compras internacionais pertinentes ao setor (ver tabela 42).

**Tabela 42 - - Fluxo de comércio internacional (importações) do estado de Sergipe da seção agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, atividades selecionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SEÇÕES, GRUPOS E ATIVIDADES	IMPORTAÇÕES (R\$ milhões)	PART. IMPORT. % TOTAIS	PART. IMPORT. % SEÇÃO
<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>		<b>204,1</b>	<b>100</b>	
<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA</b>		<b>35,4</b>	<b>17,33</b>	<b>100</b>
1113	Cultivo de cereais	34,8	17,08	98,53
1211	Horticultura	0,3	0,14	0,83
1148	Cultivo de fumo	0,2	0,10	0,59
1393	Cultivo de plantas de lavoura permanente não especific. anteriormente	0,0	0,01	0,05

Fonte: MIDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Conforme Tabela 43, que ilustra os principais produtos importados por Sergipe em suas transações comerciais com o Exterior, o produto classificado como “Trigo (exc. Trigo duro ou p/semadura), e trigo” representa 17% do volume total de importações realizadas pelo estado, durante o período de 2006. Em seguida, os produtos “Coque de petróleo não calcinado” e “Algodão simplesmente debulhado, não cardado ne”, ocupam as segunda e terceira posições dentre os principais produtos importados pelo estado de Sergipe, ambas representando um percentual de 15,29% do volume total de bens e serviços importados por Sergipe naquele ano.

**Tabela 43 - - Fluxo Comercial de Exportações conforme os Principais Produtos Importados do Estado de Sergipe – 2006**

TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	US\$ F.O.B	Part%	Kg Líquido
	<b>87.685.790</b>	<b>93,06</b>	<b>408.871.078</b>
Trigo (exceto. trigo duro ou p/semadura), e trigo	16.014.855	17	107.804.301
Coque de petróleo não calcinado	9.000.444	9,55	212.341.514
Algodão simplesmente debulhado, não cardado ne	5.409.137	5,74	4.498.054
Sulfato de amônio	5.272.547	5,6	49.066.764
Fio de fibras de poliésteres com fibras artif	4.867.972	5,17	2.162.510
Chapas de ligas alumínio, 0.2<e<=0.3mm, l>=1468	2.843.394	3,02	691.810
Fio de fibras artificiais >=85%, simples	2.717.609	2,88	1.042.743
Demais produtos	48.097.755	51	32.158.922

Fonte: MIDIC-SECEX. Elaborada própria.

No que se refere às importações de Sergipe, em relação aos principais blocos econômicos, a Tabela 44 ilustra a variação ocorrida entre 2005 – 2006 no volume de compras de Sergipe com o Exterior. A partir dos dados ilustrados na referida tabela, nota-se que com



uma variação de 15,31% a.a, o bloco Estados Unidos passou de 31,27% em 2005 para 35,72% em 2006, mantendo sua posição de maior destaque entre os dois anos a respeito das compras realizadas por Sergipe durante o período estudado. No caso do MERCOSUL, embora este ocupe a segunda posição quanto ao volume total de importações de Sergipe realizadas com o exterior, houve uma redução significativa no volume de importações entre os anos estudados num percentual de 10,64 %, fazendo com que sua participação reduzisse de 25,44% em 2005, para 22,35% em 2006. De forma semelhante, houve redução significativa dos produtos provenientes do bloco econômico da União Européia, representada por 28,32%. Por outro lado, percebe-se também que a Ásia (37,59%) e a Europa Ocidental (59,97%) alcançaram variação expressiva de produtos vendidos entre 2005 e 2006, embora esta última apresente pouca representatividade nas transações comerciais de Sergipe com Exterior.

**Tabela 44 - Valor das Exportações de Sergipe para os Principais Blocos Econômicos – 2006**

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS	2006 (Jan/Dez)		2005 (Jan/Dez)		Var%
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	6/mai
ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	33.657.512	35,72	29.189.769	31,27	15,31
MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	21.226.858	22,53	23.754.485	25,44	-10,64
ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	14.278.295	15,15	10.377.386	11,12	37,59
UNIAO EUROPEIA – EU	14.002.218	14,86	17.160.729	18,38	-18,41
EUROPA ORIENTAL	3.314.447	3,52	2.071.974	2,22	59,97
DEMAIS BLOCOS	7.744.383	8,22	10.804.454	11,57	-28,32

Fonte: MIDIC-SECEX; SEFAZ/SE. Elaboração própria.

### 3.5 Fluxo de Comércio Total

A tabela 45 relaciona o fluxo das transações comerciais de Sergipe com base no saldo da balança comercial e expõe a participação das principais atividades ligadas ao setor de comércio. A partir dos dados ilustrados na referida tabela, observa-se que Sergipe apresentou-se deficitário em suas transações interestaduais, cuja contribuição das atividades deste setor respondeu por mais de 100% no déficit do saldo total da balança comercial, visto que o déficit do setor com R\$ 3,9 bilhões foi superior ao déficit total da balança comercial representado por R\$ 2,6 bilhões.

Diante do quadro deficitário registrado no setor em questão, a atividade “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios -

hipermercados e supermercados”, respondeu por R\$ 876,4 milhões desse déficit, o que representou 33,7% do déficit total na balança comercial e 22,3% no setor. Com base nesses resultados, o déficit no setor de comércio implica que o fluxo de entradas nas transações comerciais do estado de Sergipe com os outros estados foram excessivamente maiores que o fluxo de saídas registrado no período de 2006 (ver tabela 45).

**Tabela 45 - Fluxo de Comércio Total do Estado de Sergipe Correspondente ao Setor de Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, Atividades Seleccionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SETOR, GRUPOS E ATIVIDADES	SALDO DA BC (R\$ MILHÕES)	PART. BC % TOTAL	PART. BC % SEÇÃO
<b>TOTAL DA BALANÇA COMERCIAL</b>		-2.601,3	100,00	
<b>TOTAL DA SEÇÃO COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>		<b>-3.932,4</b>	<b>151,17</b>	<b>100,00</b>
47113	Com. Varej. de mercadorias em geral (hiper e supermercados)	-876,4	33,69	22,29
46818	Com. Atacad. de combustíveis, exceto gás natural e GLP	-514,4	19,78	13,08
45111	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	-369,7	14,21	9,40
47318	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	-288,4	11,09	7,33
47440	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	-181,6	6,98	4,62
47814	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	-141,4	5,44	3,60
46354	Comércio atacadista de bebidas	-140,3	5,39	3,57
47547	Com. varej. especializado (móveis, colchoaria e art. de iluminação)	-104,0	4,00	2,64
45307	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	-95,4	3,67	2,43
47717	Comércio varejista de prod. farmacêuticos ( humano e veterinário)	-82,0	3,15	2,08
Subtotal dos itens		-1.138,8	43,78	28,96

Fonte: MIDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Em relação ao saldo da balança comercial do setor “Indústrias de Transformação”, em 2006, este se apresentou de forma positiva com participação de R\$ 1,3 bilhão superavitário (ver Tabela 46). A atividade que se destacou de forma favorável ao superávit foi “Fabricação de adubos e Fertilizantes”, com R\$ 547,7 milhões, representando 10,32% deste resultado no saldo da balança comercial do setor em destaque; enquanto que a atividade “Fabricação de Malte, Cervejas e Chopes” apresentou um déficit de R\$ 115,8 milhões ao passo que representou 4,45% do saldo deficitário da balança comercial como um todo. Vale lembrar, que embora a atividade “Fabricação de Malte, Cervejas e Chopes” tenha apresentado déficit no saldo total da balança comercial, implicando que o volume de entradas foi maior do que o volume de saídas, o fluxo de saídas apresentou participação relevante à medida que representou 8,2% das saídas totais registradas no estado.

**Tabela 46 - Fluxo de Comércio Total do Estado de Sergipe Correspondente à Indústria de Transformação, Atividades Seleccionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SETOR, ATIVIDADES ECONÔMICAS	SALDO DA BC (R\$ MILHÕES)	PART. BC % TOTAL	PART. BC % SEÇÃO
<b>TOTAL DA BALANÇA COMERCIAL</b>		<b>-2.601,3</b>	<b>100,00</b>	
<b>TOTAL DA SEÇÃO INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>		<b>1.344,3</b>	<b>-51,68</b>	<b>100,00</b>
20134	Fabricação de adubos e fertilizantes	547,7	-21,05	40,74
23206	Fabricação de cimento	138,8	-5,33	10,32
13219	Tecelagem de fios de algodão	105,6	-4,06	7,85
10333	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	93,3	-3,59	6,94
25918	Fabricação de embalagens metálicas	91,6	-3,52	6,82
15335	Fabricação de calçados de material sintético	81,7	-3,14	6,08
13405	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	73,1	-2,81	5,44
13111	Preparação e fiação de fibras de algodão	71,9	-2,77	5,35
27597	Fab. aparelhos eletrod. não especific. anteriormente	54,9	-2,11	4,08
11135	Fabricação de malte, cervejas e chopes	-115,8	4,45	-8,62
Subtotal dos itens		201,5	-7,75	14,99

Fonte: MIDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Com base nos dados na tabela 47, o setor “Indústria Extrativa” também apresentou relação positiva com o saldo da balança comercial, à medida que representou por R\$ 140,9 milhões frente ao déficit de R\$ 2,6 bilhões da balança comercial. A atividade “Extração de Minerais para Fabricação de Adubos, Fertilizantes e outros Produtos Químicos” foi responsável por R\$ 144,6 milhões (32,9%) deste superávit na seção. Observa-se que, embora o fluxo de saídas da atividade “Extração de Petróleo e Gás Natural” tenha sido maior do que as saídas da atividade “Extração de Minerais para Fabricação de Adubos, Fertilizantes e outros Produtos Químicos”, no saldo da balança comercial a atividade que se sobressaiu de forma positiva foi esta última; já que no fluxo de entradas a atividade “Extração de Petróleo e Gás Natural” superou o valor das saídas e então passou a apresentar saldo negativo na balança comercial.

**Tabela 47 - Fluxo de Comércio Total do Estado de Sergipe Correspondente à Indústria extrativa, atividades seleccionadas – 2006**

CNAE 2.0 (5 dígitos)	SEÇÕES, GRUPOS E ATIVIDADES	SALDO DA BC (R\$ MILHÕES)	PART. BC % TOTAL	PART. BC % SEÇÃO
<b>TOTAL DA BALANÇA COMERCIAL</b>		<b>-2.601,3</b>	<b>100,00</b>	
<b>TOTAL DA SEÇÃO INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>		<b>140,9</b>	<b>-5,42</b>	<b>100,00</b>
8916	Ext. de minerais para fab. de adubos, fertiliz. e prod. quím.	144,6	-5,56	102,66
8100	Extração de pedra, areia e argila	46,4	-1,78	32,94
9106	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	-10,6	0,41	-7,54
6000	Extração de petróleo e gás natural	-39,5	1,52	-28,06

Fonte: MIDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

### **3.6 Articulação Comercial de Sergipe e APL's**

De acordo com a pesquisa elaborada acerca do mapeamento do APL's em Sergipe, a política de promoção dos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe extrapola o apoio às MPEs e às vocações ainda pouco estruturadas do interior do estado. Além disso, abrange também atividades com presença de empreendimentos de médio e grande portes e atividades intensivas em conhecimento tecnológico, definindo um amplo arco que incorpora desde atividades informais e de caráter familiar (como a produção de mel), a segmentos tradicionais (setor têxtil), até atividades de maior conteúdo tecnológico (como saúde, petróleo e gás e tecnologia da informação).

Nessa perspectiva, é interessante observar que a participação dos APLs na balança comercial do estado é mais significativa, notadamente, naqueles com forte presença de médios e grandes empreendimentos formais a exemplo de petróleo e gás, calçados, fertilizantes, citricultura, indústria naval e higiene e cosmético. Enquanto isso, nos empreendimentos com predomínio de atividades parcialmente formalizadas e informais a participação dos APL's apresenta-se bem menos expressiva. Vale lembrar que esses empreendimentos apresentam maior significado em termos de ocupação e fortalecimento do desenvolvimento local, do que em termos de geração do Produto Interno Bruto e dos fluxos comerciais interestaduais e internacionais

#### **3.6.1 Fluxos Comerciais de APLs com Atividades Formalizadas**

Na tentativa de demonstrar a aproximação entre a importância dos principais APL's e o fluxo comercial do estado, a Tabela 48 expõe a participação desses arranjos no volume total de Entradas interestaduais e internacionais, registradas em Sergipe durante o ano de 2006. Assim, percebe-se que em relação às compras totais, os APLs selecionados respondiam por R\$ 1,64 bilhão dos R\$ 9,20 bilhões adquiridos por Sergipe em suas transações comerciais com outros estados e com o exterior, valor equivalente a 17,8% do total. Tal participação apresenta restrita expressividade por conta do peso das atividades comerciais no total das entradas interestaduais (55,4%), que em parte concernem às compras das famílias, ou seja, não corresponde propriamente a nenhuma atividade produtiva, e em parte são adquiridas por alguns setores que integram os APLs, mas não são assim computados

por se tratar de compras internas no estado. Em relação às compras interestaduais, naquele ano, os APLs formais selecionados respondiam por 17,14% do total do estado. Enquanto que a respeito das compras externas, esses APLs respondiam, em 2006, por aproximadamente 44% do total adquirido, conforme tabela abaixo.

**Tabela 48 - - Participação dos APLs formalizados nas Entradas de comércio do Estado de Sergipe - 2006**

APL	Compras interestaduais		Compras externas*		Total de compras	
	R\$ milhões	Part. % do Estado	R\$ milhões	Part. % do Estado	R\$ milhões	Part. % do Estado
Petróleo e Gás	770,1	8,54	33,87	16,6	803,97	8,74
Têxtil e Confecção	558,41	6,19	32,3	15,84	590,71	6,42
Calçados	105,44	1,17	0	0	105,44	1,15
Fertilizantes	70,8	0,78	17,79	8,72	88,59	0,96
Citricultura	24,37	0,27	1,1	0,54	25,47	0,28
Indústria naval	6,75	0,07	5,31	2,26	12,06	0,13
Higiene e cosméticos	11	0,12	-	-	11	0,12
<b>Total dos itens</b>	<b>1.546,87</b>	<b>17,14</b>	<b>90,37</b>	<b>43,96</b>	<b>1.637,24</b>	<b>17,8</b>
Total do Estado	9.025,24	100	204,06	100	9.196,96	100

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

Ainda sob o aspecto da participação dos APLs formalizados nos fluxos comerciais interestaduais de Sergipe, durante o ano de 2006, é interessante observar que sob a ótica das saídas, a interferência do peso das atividades de comércio não se evidencia da mesma forma que ocorre no caso das entradas. Assim, a participação dos APLs formais é significativamente maior, correspondendo a 43,2% das vendas interestaduais e 82% das exportações; sendo que do percentual das vendas interestaduais, os APLs de maior relevância corresponderam aos que desenvolveram atividades ligadas à cadeia produtiva de Têxtil e Confecção (14,3%), Fertilizantes (13,8%), e em terceiro lugar, Petróleo e Gás (11,15%), conforme Tabela 49.

É importante destacar que a base de dados da SEFAZ/SE classifica as atividades segundo as empresas compradoras e não pela atividade do produto adquirido, enquanto os dados do MDIC de exportações e importações, as atividades são classificadas de acordo com a atividade dos produtos e não de acordo com as empresas compradoras. Para minimizar essa diferença, no presente capítulo, sempre que foi possível identificar o setor de atividade da empresa importadora (ou exportadora) e esse valor era superior ao valor das importações (ou exportações) segundo o setor de atividade do bem importado, utilizou-se a primeira opção.

**Tabela 49 - Participação dos APLs Formalizados nas Transações de Venda do Estado de Sergipe - 2006**

APL	Vendas interestaduais		Vendas externas		Total de Vendas	
	R\$ milhões	Part. % do Estado	R\$ milhões	Part. % do Estado	R\$ milhões	Part. % do Estado
Petróleo e Gás	719,96	11,15	0,21	0,12	720,17	10,87
Têxtil e Confecção	922	14,3	18,45	10,75	940,45	14,19
Calçados	203,9	3,16	18,12	10,55	222,02	3,35
Fertilizantes	890,73	13,8	0	0	890,73	13,44
Citricultura	21,3	0,31	99,77	58,1	121,07	1,83
Indústria naval	9,91	0,15	2,25	1,31	12,16	0,18
Higiene e cosméticos	21,2	0,33	0,94	1,19	22,14	0,33
<b>Total dos itens</b>	<b>2.789,00</b>	<b>43,2</b>	<b>139,74</b>	<b>82,02</b>	<b>2928,74</b>	<b>44,19</b>
Total do Estado	6.456,25	100	171,72	100	6.627,97	100

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração própria.

### 3.6.2 Fluxos Comerciais de APLs com Atividades Parcialmente Formalizadas e Informais

Visto que o comércio exterior representa tão somente 1,2% do fluxo comercial total do estado de Sergipe, justifica-se que Sergipe apresenta baixo grau de abertura comercial com o exterior. Sob tal aspecto, os arranjos produtivos locais caracterizados pela predominância de pequenos empreendimentos não registraram peso significativo no comércio exterior do estado demonstraram-se mais fortemente integrados com o mercado local e, em alguns casos, voltam-se parcialmente para o mercado interestadual.

Neste sentido, com base na tabela 50, a qual se orienta numa análise de dados desagregados quanto às atividades econômicas descritas por 7 dígitos a partir de CNAE 2.0, é possível analisar os dados em relação ao fluxo comercial de algumas atividades relacionadas aos arranjos produtivos identificados no estado de Sergipe. Desta forma, nota-se que tanto o “Cultivo da laranja” quanto o “Cultivo das demais frutas cítricas” cultivadas no estado, embora representem um percentual mínimo no total das transações registradas, o volume de vendas registrado foi superior ao volume de compras numa proporção de aproximadamente quatro vezes maior, durante o ano de 2006. Sendo que, das compras registradas pertinente à atividade “Cultivo de laranja” 36,6% foram provenientes do estado da Bahia, enquanto 38,53% das vendas registradas foram destinadas para o estado de Pernambuco.

Vale destacar que embora o “cultivo de laranja” represente uma participação pouco significativa no volume total de entradas e saídas de Sergipe registradas durante o ano

de 2006, o incentivo dessa atividade no estado é de suma importância à medida que a exportação de suco de laranja representa valor substancial no PIB do Estado Sergipano.

É interessante acrescentar que em se tratando de arranjos produtivos com forte influência de empreendimento informais como os de base rural a exemplo da apicultura, ovinocaprinocultura e mandiocultura, os registros fiscais não conseguem captar os fluxos comerciais interestaduais. Considerando tal restrição, com base na tabela 50, as vendas relativas à atividade “Criação de bovinos e caprinos” somaram em conjunto um total de R\$ 94,5 mil, representando, assim, um percentual de 0,001% do total das vendas em 2006. Já as atividades ligadas à criação de camarões foram mais expressivas ao somarem um total de R\$ 3,4 milhões, o equivalente a um percentual de 0,05% das vendas interestaduais de Sergipe, durante aquele período.

Apesar de não se constituir uma atividade parcialmente formalizada, tão pouco informal, outra atividade em destaque que possui relação com os arranjos produtivos identificados em Sergipe, correspondeu à atividade de “Extração de Petróleo e Gás”. Uma vez que, a partir da tabela 50, esta atividade, juntamente, com as “Atividades de apoio à extração de petróleo e gás”, representaram naquele ano 11,2% do total de vendas (saídas) interestaduais registradas, alcançando um valor de R\$ 719,9 milhões. No entanto, o volume de compras (entradas) registradas apresentou-se superior ao atingir o valor de R\$ 770,1 milhões, representando 8,53% das entradas interestaduais registradas em Sergipe, durante 2006.

Em relação às atividades ligadas ao APL de confecção, cuja concentração se dá na cidade de Tobias Barreto, observa-se que atividades como “Confecção de roupa íntima” representaram 0,48% das vendas interestaduais registradas em Sergipe, durante o ano de 2006, um percentual equivalente ao valor de R\$ 30,7 milhões. De forma mais expressiva as atividades de “Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente” (0,91%), bem como a atividade “Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico” (1,24%), naquele período teve representação de R\$ 58,5 milhões para a primeira atividade, e R\$ 79,8 milhões correspondente à segunda atividade (ver Tabela 50).

Tabela 49 - Fluxos Interestaduais das Atividades Relacionadas aos APLs Parcialmente Formais e Informais, Sergipe – 2006.

CÓDIGO CNAE 7 DÍG.	ATIVIDADES	ENTRADAS	%	SAÍDAS	%
131800	Cultivo de laranja	R\$ 206.192,05	0,002	R\$ 1.014.100,00	0,02
133404	Cultivo de cítricos, exceto laranja	R\$ 351.994,96	0,004	R\$ 1.208.070,25	0,02
139399	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	R\$ 39.769,86	0,0004	R\$ 373.481,00	0,01
151201	Criação de bovinos para corte	R\$ 6.630.929,33	0,07	R\$ 167.731,52	0,00
151202	Criação de bovinos para leite	R\$ 193.379,86	0,002	-	-
151203	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	R\$ 73.790,39	0,001	-	-
152101	Criação de camarões	R\$ 261.112,67	0,003	R\$ 1.097.872,50	0,02
153901	Criação de caprinos	-	-	R\$ 12.334,00	0,00
153902	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	R\$ 242.647,48	0,003	R\$ 82.152,18	0,00
159801	Apicultura	R\$ 929,25	0,00001	-	-
321302	Criação de camarões em água salgada e salobra	R\$ 2.521.168,61	0,03	R\$ 2.265.348,72	0,04
600001	Extração de petróleo e gás natural	R\$ 686.509.818,74	7,61	R\$ 646.975.560,30	10,02
891600	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	R\$ 125.685.560,78	1,39	R\$ 272.268.560,51	4,22
910600	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	R\$ 83.602.490,26	0,93	R\$ 72.980.636,88	1,13
1011201	Frigorífico - abate de bovinos	R\$ 4.477.056,62	0,05	R\$ 3.341.408,54	0,05
1051100	Preparação do leite	R\$ 670.021,90	0,01	R\$ 18.284,00	0,00
1063500	Fabricação de mandioca e derivados	-	-	R\$ 1.307,00	0,00
1351100	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	R\$ 47.996.101,69	0,53	R\$ 79.770.208,90	1,24
1359600	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	R\$ 29.771.333,81	0,33	R\$ 58.531.294,12	0,91
1411801	Confecção de roupas íntimas	R\$ 29.369.948,75	0,33	R\$ 30.724.299,86	0,48
1412601	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	R\$ 92.031.117,88	1,02	R\$ 4.391.366,59	0,07
2342702	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	R\$ 1.782.492,34	0,02	R\$ 11.409.217,37	0,18
2342703	Fab. de artefatos de cerâmica ou barro cozido para uso na const. civil - exclusive azulejos e pisos	R\$ 5.023,00	0,0001	R\$ 226.030,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.025.243.061,32</b>	<b>100</b>	<b>R\$ 6.456.247.170,29</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC-SECEX/SEFAZ-SE. Elaboração Própria.

Diante do exposto, considerando que embora a participação das atividades ligadas aos APLs parcialmente formais e informais tenha apresentado pouca expressividade nos fluxos comerciais do estado com o exterior, durante o período estudado, conforme Tabela 50, acredita-se que a expansão de setores exportadores pode ocasionar o crescimento das economias regionais. Neste sentido, fomentar as atividades de maior peso na exportação pode criar oportunidades de crescimento e desenvolvimento das atividades desenvolvidas por empresas de médio e pequeno porte que compõem esses arranjos. Sob tal aspecto, de acordo com Siqueira (2006), um exemplo emblemático seria o da expansão da fruticultura irrigada no semi-árido nordestino nos últimos anos, que tem transformando antigas áreas, consideradas vazios econômico em novas fronteiras para o desenvolvimento regional.



Além disso, a respeito das importações, a criação dessas oportunidades voltadas para as MPME's desempenha papel fundamental na produção de insumos que podem vir a substituir o volume de produtos importados para a produção do país; visto que, os arranjos produtivos locais produzem em caráter de atividades especializadas, podendo aumentar, cada vez mais, o grau de especialização destas atividades em bens intermediários. Sob tal assertiva, como forma de exemplificar a criação de tais oportunidades, Siqueira (2006) expõe que a respeito do setor de petróleo e gás e cadeias produtivas relacionadas à implantação de uma refinaria de petróleo em Suapé/PE<sup>5</sup> proporcionará a substituição competitiva de importações, criando estímulos para a geração de emprego e renda e maior adensamento da cadeia produtiva da petroquímica na região.

No intuito de promover o desenvolvimento regional por meio da implantação de projetos estratégicos, vale destacar o importante papel desempenhado pelo BNDES, caracterizando assim o processo de construção do novo modelo de desenvolvimento regional, baseado em grupos econômicos e *clusters* com competitividade internacional. Uma vez que, montantes elevados de capital são investidos pelo banco em prol da viabilização de grandes plantas industriais nas regiões, tais como a unidade Ford da Bahia, e projetos para a produção e beneficiamento de soja, carcinocultura e fruticultura, podendo citar também como exemplo o pólo de fertilizantes em Sergipe.

Nesse sentido, os resultados obtidos na participação dos estados no volume de exportações recebem influência da estrutura econômica de cada estado, ao passo que o maior desempenho cabe aos estados que responderem de forma mais eficaz aos estímulos decorrentes da ampliação da inserção internacional. Destarte, segundo Siqueira (2006) a Bahia distanciou-se da condição de uma simples economia primária exportadora e fortaleceu o perfil de economia industrial exportadora com empresas e *clusters* de classe mundial, ao atrair a montadora de veículos que proporcionou o aumento da competitividade dos clusters do agronegócio, e, por conseguinte, expandiu a produção de grãos (soja, milho e café) e fruticultura (manga, uva e mamão).

Ampliar a participação das empresas no mercado externo como estratégia de expansão é uma meta desejável e deve ser perseguida, sobretudo, por conta de benefícios que podem ser gerados, por meio do mercado externo, para aumentar a competitividade da

---

<sup>5</sup> A implantação desta refinaria corresponde a um projeto de investimento do governo federal para o desenvolvimento da região com o objetivo de proporcionar maior diversificação da atividade econômica e da pauta de exportação estadual, contribuindo assim, para o aumento da importância dos produtos industrializados e de maior valor agregado nas exportações estaduais.

economia local/regional. Desta forma, pretende-se ressaltar que tais benefícios são provenientes da abertura de novas oportunidades de expansão de negócios e da aprendizagem tecnológica e comercial para as empresas sergipanas através de ganhos de produtividade, e qualidade de produtos e processos, proporcionando, assim, maior desenvolvimento econômico para a região exportadora e para o país (LACERDA, 2010).

Por outro lado, além de gerar vantagens competitivas fundadas numa especialização produtiva as aglomerações de produtores dentro de uma região também são capazes de criar externalidades por meio do bom desempenho comercial das empresas que constituem tais aglomerações. Essas externalidades implicam redução de custos e eficiência coletiva à medida que criam infraestrutura, canais de distribuição comuns, escoamento da produção (comercialização), facilidade de acesso a insumos, presença de fornecedores de bens e serviços, e geram também aprendizado coletivo.

Ainda assim, Sergipe apresenta baixo grau de abertura econômica com o comércio mundial. Tal fato pôde ser entendido, ao longo da análise dos dados, em função do estado apresentar um perfil produtivo mais voltado para o mercado interno, seja em relação à própria região, seja a respeito das demais regiões do país, haja vista, os setores industriais e agrícolas, os mais expressivos da economia sergipana foram estruturados para atender a demanda interna. Outro exemplo emblemático que confirma tal assertiva diz respeito à produção de petróleo e gás, de fertilizantes, fabricação de cimento e das tradicionais indústrias de tecido cuja produção é destinada principalmente para o mercado interno brasileiro.

## CONCLUSÕES

---

Diante das desigualdades regionais provenientes da concentração de renda gerada pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo país ao longo do século XX, a necessidade de se discutir novas estratégias de desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas, sobretudo, o Nordeste levou países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, a adotarem o modelo de desenvolvimento regional endógeno. Com base em experiências internacionais bem sucedidas acredita-se que o novo modelo de desenvolvimento regional endógeno propõe alternativas para elaboração de uma nova política de desenvolvimento regional para o país, em que cada região deve procurar definir sua própria estratégia de desenvolvimento.

Assim, a respeito da questão do desenvolvimento regional o aspecto da valorização da localidade passou a configurar uma nova realidade econômica para os países, de forma que os Arranjos Produtivos Locais – APLs passaram a ser considerados instrumentos de desenvolvimento regional/local por meio da formulação de políticas públicas e privadas que constituem o novo modelo de política industrial. Visto que as especificidades locais passaram a ser consideradas na elaboração das estratégias de desenvolvimento regional, compreende-se que as regiões devem buscar potencializar o uso dos recursos locais para ampliar sua própria capacidade de desenvolvimento. Nesse sentido, no tocante aos APLs, tornou-se evidente que a capacidade de potencializar a região depende, cada vez mais, do conjunto de elementos locais, naturais, econômicos, sociais, políticos, complementares ou sistêmicos.

Outro aspecto relevante concerne às mudanças estruturais na produção, sobretudo, por meio de práticas de políticas horizontais direcionadas para o aumento da produtividade e das exportações por meio da interação entre os atores que podem gerar sinergias coletivas capazes de aumentar a eficiência das empresas inseridas nos arranjos facilitando, o acesso a mercados distantes. De tal forma, que tais sinergias fortalecem os arranjos e permitem que as empresas de pequeno e médio porte superem barreiras ao seu crescimento, produzam e comercializem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais, de maneira a garantir sua sobrevivência, seu crescimento e, sobretudo, promover o desenvolvimento da região por meio da geração de emprego e renda.

No entanto, destacou-se também que para se manter competitivo no mercado não basta estar fortalecido é necessário também um sistema de coordenação dessas ações comuns por meio de uma boa governança, a qual é imprescindível para a evolução dos arranjos na

condição de sistema produtivo local. Logo, à medida que as ações individuais tornam-se mais coletivas e considerando que a cooperação possibilita a criação de um espaço de aprendizagem coletiva, emerge a necessidade de uma coordenação das ações comuns a todos com o intuito de gerenciar problemas comuns, acomodar interesses conflitantes ou diferenciados e realizar ações cooperativas.

Além disso, outra evidência levantada no trabalho diz respeito à questão da inovação no desenvolvimento regional com foco em APLs, em que a permanência das empresas no mercado requer capacidade diferenciada de gerar conhecimento; uma vez que, independentemente do tamanho das empresas, o ambiente de extrema competitividade impõem que a única forma de sobreviver relaciona-se ao fato de ser o mais articulado e competitivo possível no cenário local, regional e global. Sendo assim, destacou-se que inovação assume o papel de motor do desenvolvimento econômico sob a condição de um processo que resulta da combinação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada a partir da interação entre institutos de pesquisa e entre as firmas envolvidas no processo de conhecimento proveniente do meio no qual estão inseridos.

Observadas as características dos arranjos produtivos locais no enfoque da nova política industrial de desenvolvimento regional, destacou-se também o panorama contextual no qual o estado de Sergipe está envolvido. Neste sentido, o estudo evidenciou que a economia sergipana acompanhou as tendências da economia nacional no final dos anos 90, ao passo que, neste período, começou a enfrentar problemas de concentração de atividade, de concentração de renda, e de baixa capacidade inovativa frente às desigualdades regionais estabelecidas ao longo do século XX.

No entanto cabe ressaltar, a adesão da nova política industrial voltada para o desenvolvimento regional endógeno com foco em APL's tem ocorrido de forma recente e gradual, à medida que os registros locais indicaram o ano de 2007 como sendo o ano em que ocorreram as primeiras iniciativas voltadas para a promoção de políticas públicas de apoio aos arranjos. Dessa forma, o governo estadual passa a desenvolver o planejamento territorial baseando-se também na estratégia de política setorial focada nas atividades produtivas de vocação territorial/local, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social; visando, assim, melhorar as condições locais para o crescimento das empresas por meio de incentivos e interiorização dos investimentos que possibilitem desenvolvimento tecnológico, aumento das exportações e, sobretudo, garanta emprego e renda local e territorial.

Os estudos realizados no presente trabalho permitiram também verificar que no tocante às características de Sergipe pertinentes aos estudos acerca de APLs, o estado possui um parque produtivo relativamente diversificado (segmentos de alimentos e bebidas, têxtil, calçados e confecções, agronegócios e turismo, atividades emergentes – aqüicultura, Ovinocaprinocultura e apicultura). Sendo que uma das principais características do estado está relacionada à riqueza minero-química existente em seu território, que proporciona à prática da extração de petróleo e gás natural.

As pesquisas revelaram ainda que o estado conta com 37 APLs, dentre os formais e informais, sendo que apenas alguns apresentam maior relevância para o desenvolvimento econômico de Sergipe. Desse total 60% são de base agropecuária em que se destacam as seguintes atividades: pecuária do leite, ovinocaprinocultura, citricultura, fruticultura e aqüicultura (piscicultura e carcinicultura). No setor industrial, destacam-se os APLs de Confecção e bordados, com concentração na cidade de Tobias Barreto, localizada a oeste do estado; e o APL de Petróleo e Gás que apresenta grande relevância para o desenvolvimento econômico de Sergipe.

Alem disso, verificou-se também que com base nos dados levantados, a partir da composição do PIB sergipano, cujo maior destaque concerne às riquezas minerais e à produção de energia hidroelétrica voltadas, sobretudo, para atender o mercado interno, as exportações representam peso relativamente pequeno para o conjunto da economia sergipana; à medida que, durante o período analisado, o fluxo de comércio interestadual apresentou um significado muito mais relevante para economia local do que o fluxo de comércio internacional, visto que o desempenho do primeiro foi superior ao segundo em 41,2 pontos percentuais.

O levantamento dos dados apontou ainda que em termos de fluxos comerciais, Sergipe apresentou-se mais integrado com as regiões Nordeste e Sudeste, cujos estados de destaque foram a Bahia (32,75%) no caso da primeira região, e São Paulo (22,26%) no caso do Sudeste.

Outra evidência observada por meio da análise dos dados diz respeito ao perfil de integração que Sergipe estabeleceu com seus principais parceiros, no caso o estado da Bahia e o estado de São Paulo, durante o período estudado. Sob tal aspecto, conclui-se que diante da participação expressiva do setor de comércio (61,31%) nas transações de compra (entrada) de Sergipe com a Bahia, a integração estabelecida configura-se de forma mais comercial que produtiva; por outro lado, no que diz respeito às vendas (saídas) o estado manteve uma

articulação produtiva mais evidente com seu principal destinatário por meio da participação expressiva das atividades pertinentes a indústria de transformação e indústria extrativa, que juntas participaram com 70,14%, durante o ano de 2006. Em relação ao estado de São Paulo o mesmo perfil de integração foi verificado, visto que em relação às entradas Sergipe estabeleceu uma integração maior com o setor de comércio (50,41%), e em relação às saídas apresentou integração de caráter mais produtivo por meio da expressiva participação da indústria de transformação (79,91%).

A respeito da participação dos APLs na balança comercial do estado, ficou evidente que essa participação ocorreu de forma mais significativa naqueles segmentos com forte presença de médios e grandes empreendimentos formais a exemplo de petróleo e gás, calçados, fertilizantes, citricultura, indústria naval, higiene e cosmético. Por outro lado, os arranjos produtivos parcialmente formais e informais, caracterizados pela predominância de pequenos empreendimentos não registraram peso significativo no comércio exterior, o que implica que eles apresentam maior integração com o mercado local, e em alguns casos, voltam-se para o mercado interestadual.

Além disso, foi evidenciado que o comércio exterior apresentou pouco significado na geração de riqueza de Sergipe retratando, assim, uma situação de baixo grau de abertura econômica do estado em relação ao comércio mundial. Visto que, durante o período estudado, Sergipe apresentou um perfil produtivo mais voltado para o mercado interno, ao passo que, os setores mais expressivos da economia sergipana, industrial e agrícola, foram estruturados para atender a demanda interna.

Embora a participação das atividades ligadas aos APLs parcialmente formais e informais tenha apresentado pouca expressividade nos fluxos comerciais do estado com o exterior, acredita-se que a expansão de setores exportadores pode gerar o crescimento das economias regionais e locais, à medida que são constituídas cadeias produtivas competitivas das quais os APLs devem fazer parte no sentido de auferir ganhos de competitividade para a região/local. Sendo assim, fomentar as atividades de maior peso nas exportações pode criar oportunidade de crescimento e desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas MPME's que compõem os arranjos, uma vez que, por exemplo, o aumento das exportações de suco de laranja promoveria maior produtividade na atividade "cultivo de laranja".

No tocante às importações a criação dessas oportunidades desemboca a substituição de produtos importados por meio da produção de insumos produzidos no país com base no estímulo aos arranjos produtivos locais; visto que, tais arranjos produzem em

caráter de atividades especializadas, podendo aumentar, cada vez mais, o grau de especialização destas atividades em bens intermediários.

No entanto, deve-se atentar para o fato de que integrar as diversas economias regionais e melhor articulá-las aos mercados internacionais requer investimento nos setores considerados essenciais ao desenvolvimento econômico e social, são estes: infra-estrutura econômica (transporte, energia, telecomunicações e infra-estrutura hídrica), desenvolvimento social (educação, habitação, saúde e saneamento), informação e conhecimento (associados a atividades econômicas e a projetos de infra-estrutura) e meio ambiente (gestão de recursos hídricos, florestas e outros). De tal forma que os investimentos gerados em uma região possam promover, na maioria das vezes, o desenvolvimento de outras regiões que possuem atividades relacionadas à natureza desses investimentos, constituindo, assim, o caráter de integração entre as regiões no sentido de criar oportunidades para as regiões menos desenvolvidas por meio da promoção do desenvolvimento regional.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eduardo M.; SILVA, Leandro A.; PÓVOA, Luciano.. Diferenciação Intersetorial na Interação entre Empresas e Universidades no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 95-104, jan./mar. 2005.

AMARAL FILHO, J. . É Negócio ser Pequeno, mas em Grupo. In: Ana Célia Castro. (Org.). **Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, v. , p. 85-118.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno num Ambiente Federalista. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 14, dezembro/2006. p. 35-73.

ANDRADE. J. Roberto L.. O Papel do Local no Desenvolvimento Regional: proposições e limites. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento Regional e Local: Novas e Velhas Questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 183-197.

CASSIOLATO, J. Eduardo. A economia do conhecimento e as novas Políticas Industriais e Tecnológicas. In LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. (Org.) **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. v. 1. p. 164 a 190.

CASSIOLATO, J. Eduardo. A Economia do Conhecimento e As Novas Políticas Industriais e Tecnológicas. In CASSIOLATO, J. E. (Org.) ; LASTRES, H. M. M. (Org.) . **Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no MERCOSUL**. 1. ed. Brasília: IBICT, 1999. v. 1. 799 p.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M.. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: v. 05, p. 103-136, 2001.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M.. **Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais**. Parcerias estratégicas, Brasília: Fev. 2003. p. 5-29



CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M.. O Foco em Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas. In: LASTRES, Helena M. M. et al (Org.). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M.; LEMOS, Cristina; MALDONATO, José; e VARGAS, Marco. Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do MERCOSUL e Proposições de Políticas de C&T. **Nota Técnica 01/98**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ. Rio de Janeiro, março de 1998. Disponível em: <[www.race.nuca.ie.ufrj.br/gei/gil.shtml](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/gei/gil.shtml)>.

CEPLAN. Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômicas e Evolução dos Indicadores Sociais: 1970-2004. Recife, 2005. Mimeografado.

DINIZ, C. C.. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. IN: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 2001, Salvador. Anais em CD. Salvador: ANPEC, 2001.

DINIZ, C. Clélio; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local. In: DINIZ, C. Clélio e CROCCO, Marco (org.). **Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 87-122.

FEITOSA, Cid. O. Do Regional ao Local: uma Transição Conceitual. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento Regional e Local: Novas e Velhas Questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 131-154.

HANSEN, D. L. (Org.); FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira (Org.); BARRETO JR, Edison Rodrigues (Org.). **Cenários de Desenvolvimento Local: Estudos das Cadeias Produtivas de Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2003. v. II. 295 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais 2006. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CONAC. DPE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil, 2007

LOPES, Eliano S. A.. Estrutura Agrária e Produção de Alimentos em Sergipe. In: SILVA, Nilton P.; HANSEN, Dean Lee. **Economia Regional e Outros Ensaios/Organização**. Aracaju: Editora UFS, 2001. Pág. 293-332.

MDIC-SECEX. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>>

MELO, Ricardo L.. Notas sobre Tecnologia e Desenvolvimento Regional. **Revista de Economia Política de Iãs Tecnologias de la Información y Comunicación**. Vol.IV, n.1, Ene/Abr 2002. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br> >.

MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L.. Aglomeração de Pequenos Negócios na Indústria de Confecção. In: MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (Org.). **Desenvolvimento Regional e Local: Novas e Velhas Questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 201-234.

MELO, Ricardo O.. A Estrutura Industrial de Sergipe. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 21 de Fevereiro, 2010.

MELO, Ricardo O.. O Grau de Abertura da Economia Sergipana. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 04 de Abril, 2010.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

PUGA, Fernando P.. **Alternativas de apoio a MPME's localizadas em arranjos produtivos locais**. Texto para Discussão nº 99. Rio de Janeiro, JUN, 2003.

SEDETEC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. Sergipe: **Um Estado de Grandes Oportunidades**. Aracaju: s.n., 2008

SILVA, M. J..O Papel da Inovação e do Conhecimento na construção da Competitividade Regional. In: XXIIª JORNADAS HISPANO LUSAS DE GESTIÓN CIENTÍFICA: CONOCIMIENTO, INNOVACIÓN Y EMPRENDEDORES; LOGROÑO, Espanha: Universidade de Rioja, 2007.

SILVA, Nilton P.. Sergipe: Formação Econômica. In: SILVA, Nilton P.; HANSEN, Dean Lee (Org.). **Economia Regional e Outros Ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001. Pág. 11- 43.

SIQUEIRA, Tagore V.. Comércio Internacional: Oportunidades para o Desenvolvimento Regional. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 13, N. 25, P. 115-154, JUN. 2006.

SIQUEIRA, Tagore V.; SIFFERT FILHO, Nelson F.. Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 8, N.16, P. 79-118, DEZ, 2001.

SOLOMON, Steven. A Posição da Pequena Empresa na Economia. In: **A Grande Importância da Pequena Empresa – A Pequena Empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1986.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)